



© Gérald Bloncourt

Sara Frias Moura Ramos

Dinâmicas transnacionais da emigração portuguesa em França

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialização de Estudos Europeus, apresentada à
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Coimbra, 2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Sara Frias Moura Ramos

Dinâmicas transnacionais da emigração portuguesa em França

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialização de
Estudos Europeus, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de
Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Orientadora: Prof. Doutora Licínia Simão

Coimbra, 2014

AGRADECIMENTOS

Mais do que uma simples formalidade, quero por este meio agradecer a todos os que me encorajaram ao longo destes dois anos e que acreditaram em mim, mesmo quando eu própria não pensava ser capaz de concluir este trabalho.

Aos meus pais pelo apoio incondicional que sempre demonstraram face às minhas escolhas, e particularmente à minha mãe, o meu modelo de coragem e determinação.

A toda a minha família, sempre presente para me amparar e motivar nos momentos mais difíceis.

Ao Rémy, pela infundável paciência e pelo constante encorajamento, por escutar os meus monólogos existenciais, propor soluções a todos os problemas e por tudo o resto.

Um agradecimento especial à minha orientadora, Professora Doutora Licínia Simão, pela infundável simpatia e rigor com que me apoiou ao longo destes dois anos, pelas revisões minuciosas, críticas construtivas, sugestões e esclarecimentos, pela compreensão face aos meus atrasos e dúvidas e pelo empenho contínuo no aperfeiçoamento deste trabalho.

À professora Doutora Daniela Nascimento, por me ter permitido conciliar a elaboração desta tese com a realização de um estágio no Consulado Geral de Portugal em Bordéus e pela total compreensão que expressou aos percalços que me atrasaram na conclusão desta tese.

À professora Doutora Elsa Lechner, pelas revisões, correções e sugestões e por toda a amabilidade manifestada.

A toda a equipa do Consulado Geral de Portugal em Bordéus: ex-Cônsul Geral António Leão Rocha, ex-Vice Cônsul João Dinis Lourenço, Ana Dias, Emília Carneiro, Fernando Semião, Isabel Barradas, Isabel, Jorge Silva, Luís Pereira, Margarida Lourenço e Martine Molères. Agradeço todo o carinho e amizade que me demonstraram ao longo do estágio efetuado e até hoje, bem como toda a ajuda que me prestaram no âmbito deste trabalho.

Aos atores institucionais entrevistados no quadro deste trabalho, Ana Maria Torres António Leão Rocha, Carolina Ribeiro e Jorge Silva, pela disponibilidade manifestada, e cujas respostas claras e informadas me permitiram uma melhor compreensão da emigração portuguesa em França.

Aos emigrantes que participaram neste estudo, que se mostraram disponíveis para partilhar comigo as suas experiências de vida e opiniões.

Ao professor João Teixeira Lopes pelas preciosas sugestões bibliográficas e interesse demonstrado por este estudo.

Ao professor Patrick Zimmermann, que sempre se mostrou disponível para me informar, apoiar e orientar, tanto no quadro deste trabalho como durante o meu percurso escolar enquanto aluna da Filière Intégrée Franco-Portugaise.

Agradeço enfim a todos os meus amigos, que não cito individualmente por receio de omitir alguém, por todo o apoio moral.

RESUMO

Os movimentos de populações, e mais especificamente as migrações, são um tema ainda pouco estudado na disciplina de Relações Internacionais. Ora um tal fenómeno afeta e modela as relações que se estabelecem entre as vertentes do triângulo que se forma entre o país de origem, o país de acolhimento e o migrante. Guiado por esta convicção, o presente trabalho tem como objetivo analisar a emigração portuguesa para França à luz do conceito de transnacionalismo. A crise económica que se vive atualmente em Portugal tem levado inúmeros portugueses a procurar uma vida melhor fora do país, reproduzindo de certa forma o movimento de emigração em grande escala dos anos 60 e 70. Tradicional destino de eleição, a França tem acolhido nos últimos anos um contingente significativo de portugueses, cujo processo de emigração e integração se enquadra num contexto consideravelmente diferente, permitindo uma mobilidade livre graças à União Europeia. Focando-nos na comunidade portuguesa instalada na região de Aquitaine, procuramos saber em que medida estes migrantes se inscrevem na categoria de "transmigrantes" tal como ela é definida por Nina Glick Schiller, Linda Basch e Cristina Blanc-Szanton, ou seja, "migrantes que desenvolvem e mantêm múltiplas relações – familiares, económicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas – que atravessam fronteiras". Tendo em conta um quadro de indicadores correspondentes a práticas transnacionais de carácter económico, político e sociocultural, baseamo-nos nos dados obtidos junto de emigrantes portugueses e de responsáveis institucionais para medir o grau de transnacionalismo desta comunidade nestas três áreas. Os resultados obtidos permitem-nos concluir que os emigrantes participantes no nosso estudo desenvolvem e mantêm relações transfronteiriças mesmo se a frequência do recurso a estas práticas transnacionais é variável: se verificamos uma forte componente de cariz sociocultural e em certa medida económica (no que respeita aos hábitos de consumo e circulação de bens), os dados obtidos relativamente aos indicadores políticos levam-nos a declarar que esta componente é praticamente inexistente. Levamos ainda em consideração a deslocação frequente destes emigrantes a Portugal, em conjunto com o contato frequente através dos meios de telecomunicação, o interesse manifestado pela atualidade portuguesa e, sobretudo, a dupla identificação da maioria dos inquiridos com Portugal e com a França. Concluimos assim que a definição de "transmigrante" concebida por Glick Schiller, Basch e Szanton-Blanc se adequa à caracterização dos emigrantes inquiridos no âmbito deste trabalho.

Palavras-chave: Transnacionalismo; Emigração portuguesa; França; Aquitaine.

ABSTRACT

Population movements, and more precisely migrations, remain a relatively unexplored theme in the field of International Relations. Yet such a phenomenon affects and shapes the relationships established between the vertices of the triangle formed by the country of origin, the host country and the migrant. Guided by this belief, this paper aims to analyse the Portuguese emigration to France in the light of the concept of transnationalism. The economic crisis currently experienced in Portugal has led many Portuguese citizens to seek a better life abroad, somehow reproducing the movement of large-scale emigration from the 60s and 70s. A traditional destination of choice, France has hosted over the past years a significant contingent of Portuguese emigrants, whose process of immigration and integration takes place in a considerably different context permeated by the freedom of mobility granted by the European Union. Focusing on the Portuguese community settled in the region of Aquitaine, we aim to know to what extent these migrants fall into the category of "transmigrants" as it is defined by Nina Glick Schiller, Linda Basch and Cristina Blanc-Szanton, i.e. "migrants who develop and maintain multiple relationships – family, economic, social, organizational, religious, and political - that cross borders". Given a set of indicators pertaining to transnational economic, political and socio-cultural practices, we rely on data obtained from Portuguese emigrants and institutional managers to measure the degree of transnationalism of this community in these three domains. The gathered data allows us to conclude that the emigrants participating in our study develop and maintain cross-border relations even if the frequency of use of these transnational practices varies: we observed a strong component of sociocultural and to some extent economic nature (regarding consumption habits and movement of goods), while the data pertaining to the political indicators leads us to assert that this component is virtually non-existent. Additionally, taking into account the frequent travelling to Portugal, together with frequent contact through telecommunication means, the interest shown in the Portuguese news, and especially the fact that the majority of respondents identify themselves as being both Portuguese and French, we conclude that the definition of "transmigrants" given by Glick Schiller, Basch and Blanc - Szanton applies to the Portuguese emigrants who took part in this study.

Keywords: Transnationalism; Portuguese emigration; France; Aquitaine.

RESUME

Les mouvements de population, et plus particulièrement les migrations, demeurent peu étudiés dans la discipline des Relations Internationales. Or un tel phénomène affecte et façonne les relations établies entre les vecteurs du triangle qui se forme entre le pays d'origine, le pays d'accueil et le migrant. Guidé par cette conviction, ce mémoire vise à analyser l'émigration portugaise en France à la lumière du concept de transnationalisme. La crise économique qui a lieu actuellement au Portugal a conduit de nombreux Portugais à chercher une vie meilleure à l'étranger, en quelque sorte reproduire le mouvement d'émigration à grande échelle à partir des années 60 et 70. Destination traditionnelle par excellence, la France accueille depuis quelques années un important contingent de Portugais, dont le processus de l'immigration et de l'intégration a lieu dans un contexte très différent de celui du XXème siècle grâce à la libre circulation entre les pays membres de l'Union européenne. En mettant l'accent sur la communauté portugaise installée dans la région de l'Aquitaine, nous cherchons à établir dans quelle mesure ces migrants correspondent à la catégorie des « transmigrants » telle qu'elle est définie par Nina Glick Schiller, Linda Basch et Cristina Blanc-Szanton, à savoir les migrants "qui établissent et maintiennent des relations multiples - familiales, économiques, sociales, organisationnelles, religieuses et politiques – qui sont transfrontalières". En utilisant un ensemble d'indicateurs correspondants à des pratiques transnationales économiques, politiques et socio-culturelles, nous nous appuyons sur les données obtenues à partir d'un questionnaire auprès d'émigrés portugais et d'interviews auprès de gestionnaires institutionnels pour mesurer le degré de transnationalisme de cette communauté en ce qui concerne ces trois domaines. Les résultats obtenus nous permettent de conclure que les émigrants ayant participé à notre étude développent et entretiennent des relations transfrontalières, même si la fréquence de recours à ces pratiques transnationales est variable: on dénote une forte composante de nature socioculturelle et dans une certaine mesure économique (notamment en ce qui concerne les habitudes de consommation et de circulation des marchandises), alors que les données obtenues dans le cadre des indicateurs politiques nous amènent à déclarer que ce composant est pratiquement inexistant. En outre, en prenant en compte les voyages fréquents de ces émigrés au Portugal, le contact fréquent via les moyens de télécommunication, l'intérêt manifesté par l'actualité portugaise, et surtout le fait que la majorité des répondants s'identifie à la fois comme Portugais et comme Français, nous concluons que la définition de « transmigrant » conçue par Glick Schiller, Basch et

Blanc-Szanton correspond à la caractérisation des migrants interrogés dans le cadre du présent travail.

Mots-clés: Transnationalisme; Émigration portugaise; France; Aquitaine.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
A emigração portuguesa para França até à década de 1990	2
A emigração portuguesa para França desde a década de 1990.....	5
Justificação do estudo	8
Recursos.....	9
Objetivos do estudo	10
Questões de investigação.....	10
Definição da população em estudo	11
Estrutura do trabalho	11
I – CONTEXTUALIZAÇÃO E CONCEPTUALIZAÇÃO	13
1.1 – O panorama migratório atual	13
1.2 – As migrações internacionais em Relações Internacionais	16
1.3 – O conceito de transnacionalismo em Relações Internacionais	21
1.4 – O conceito de transnacionalismo aplicado às migrações internacionais: principais autores e conceitos	24
1.5 – A singularidade da emigração portuguesa para França enquanto objeto de estudo no âmbito do transnacionalismo migratório	34
Opções metodológicas	37
Síntese.....	42
II – ANÁLISE DOS DADOS EMPIRICOS RECOLHIDOS	43
2.1 – Informação recolhida através da aplicação de um questionário aos emigrantes.....	43
I Parte: Questões gerais	43
II Parte: Emigração para França.....	46
III Parte: Vida transnacional	49
IV Parte: Práticas políticas	54
V Parte: Práticas económicas	58
VI Parte: Práticas socioculturais.....	62
VII Parte: Portugal.....	64
VIII Parte: Identidade	68
2.2 - Informação recolhida através das entrevistas realizadas junto dos atores institucionais.....	73
2.3 - Análise dos resultados obtidos	87
Transnacionalismo político	89
Transnacionalismo económico	91
Transnacionalismo sociocultural	93
Em que medida podemos qualificar os emigrantes portugueses de transmigrantes?	95
CONCLUSÕES.....	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101
ANEXOS.....	109

INDICE DE TABELAS, FIGURAS E GRAFICOS

Tabelas

Tabela 1 - Indicadores de praticas economicas, politicas e socioculturais.....	37
Tabela 2 - Escala utilizada para avaliar qualitativamente o grau de participação dos emigrantes nas atividades transnacionais	88
Tabela 3 – Repetição da tabela de indicadores correspondentes as praticas económicas, políticas e socioculturais	88

Figuras

Figura 1 - Tipologia de práticas transnacionais segundo Portes, Guarnizo e Landolt	30
Figura 2 - Tipologia de práticas transnacionais segundo José Itzigsohn, Carlos Cabral, Esther Medina e Obed Vázquez.....	32
Figura 3 – Volume de remessas enviadas por emigrantes portugueses entre 2011 e Janeiro de 2014..	93

Gráficos

Grafico 1 - 10 Países Com Mais Portugueses Emigrados Entre 2001 E 2011	6
Grafico 2 - Distribuição Dos Inquiridos Por Sexo.	43
Grafico 3 - Distribuição Dos Inquiridos Por Faixa Etaria	44
Grafico 4 - Distribuição Dos Inquiridos Por Estado Civil.....	44
Grafico 5 - Distribuição Dos Inquiridos Por Distrito De Origem Em Portugal	45
Grafico 6 - Distribuição Dos Inquiridos Por Região Em França.....	45
Grafico 7 - Distribuição Dos Inquiridos Por Sector De Trabalho	46
Grafico 8 - Distribuição Dos Inquiridos Por Decada De Emigração.....	46
Grafico 9 - Distribuição Dos Inquiridos Por Razão Que Os Motivou A Emigrar.....	47
Grafico 10 - Distribuição Dos Inquiridos Em Resposta A Pergunta "Emigrou Sozinho Ou Acompanhado?".....	47
Grafico 11 - Distribuição Dos Emigrantes Em Resposta À Pergunta "Se Emigrou Acompanhado, Por Quem?"	48
Grafico 12 - Distribuição Dos Inquiridos Em Resposta À Pergunta "Emigrou Com A Ajuda De Pessoas Conhecidas Em França?"	48
Grafico 13 - Distribuição Dos Inquiridos Em Resposta À Pergunta "Quem Deixou Em Portugal?" ...	49
Grafico 14 - Distribuição Dos Inquiridos Em Resposta À Pergunta "Mantem Contacto Com Os Familiares E Amigos Em Portugal?"	49
Grafico 15 - Distribuição Dos Inquiridos Por Meio De Comunicação Utilizado Para Contactar Com Familiares E Amigos Em Portugal	50
Grafico 16 - Distribuição Dos Inquiridos Por Frequencia Com A Qual Contactam Com Familiares Ou Amigos Em Portugal.....	50
Grafico 17 - Distribuição Dos Inquiridos Em Resposta À Pergunta "Viaja Para Portugal?"	51
Grafico 18 - Distribuição Dos Inquiridos Por Frequencia Anual Das Deslocações A Portugal	51
Grafico 19 - Distribuição Dos Inquiridos Por Meio De Transporte Utilizado Para Se Deslocar A Portugal.....	52
Grafico 20 - Distribuição Dos Inquiridos Em Resposta À Pergunta "Esta A Par Das Noticias Portuguesas?".....	52
Grafico 21 - Distribuição Dos Inquiridos Por Meio Através Do Qual Se Mantem A Par Das Notícias Portuguesas.....	53
Grafico 22 - Distribuição Dos Inquiridos Em Resposta À Pergunta "Fala Portugues No Seu Dia-A-Dia?"	54
Grafico 23 - Distribuição Dos Inquiridos Em Resposta À Pergunta "Se Fala Portugues No Seu Dia-A-Dia, Com Quem?".....	54
Grafico 24 - Distribuição Dos Inquiridos Em Resposta À Pergunta "Participa Em Manifestações?" ..	55
Grafico 25 - Distribuição Dos Inquiridos Em Resposta À Pergunta "Esta Inscrito Nas Listas Para Votar Nas Eleições Portuguesas?"	55

Grafico 26 - Distribuição Dos Inquiridos Por Motivo Pelo Qual Não Votam Nas Eleições Portuguesas	56
Grafico 27 - Distribuição Dos Inquiridos Em Resposta À Pergunta "Sabe Que Pode Votar Nas Eleições Municipais Francesas?"	57
Grafico 28 - Distribuição Dos Inquiridos Em Resposta À Pergunta "Se Sabe Que Pode Votar Nas Eleições Municipais Francesas, Vota?"	57
Grafico 29 - Distribuição Dos Inquiridos Em Resposta À Pergunta "A Sua Profissão Está Ligada A Portugal?"	58
Grafico 30 - Distribuição Dos Inquiridos Em Resposta À Pergunta "Teve Ajuda De Portugueses Para Arranjar Trabalho Aqui Em França?"	59
Grafico 31 - Distribuição Dos Inquiridos Em Resposta À Pergunta "Envia Dinheiro À Sua Família Ou Amigos Em Portugal?"	59
Grafico 32 - Distribuição Dos Inquiridos Em Resposta À Pergunta "Compra Produtos Portugueses?"	60
Grafico 33 - Distribuição Dos Inquiridos Em Resposta À Pergunta "Faz Compras Em Comércio Portugueses Em França?"	60
Grafico 34 - Distribuição Dos Inquiridos Em Resposta À Pergunta "Quando Vai A Portugal Leva Produtos Franceses?"	61
Grafico 35 - Distribuição Dos Inquiridos Em Resposta À Pergunta "Quando Regressa A França, Traz Consigo Produtos Portugueses?"	61
Grafico 36 - Distribuição Dos Inquiridos Em Resposta À Pergunta "Quando Vai A Portugal, Vai Às Festas De Aldeia Ou Outras Festas?"	62
Grafico 37 - Distribuição Dos Inquiridos Em Resposta À Pergunta "Participa Em Festas Portuguesas Em França?"	62
Grafico 38 - Distribuição Dos Inquiridos Em Resposta À Pergunta "Faz Parte De Uma Associação De Emigrantes?"	63
Grafico 39 - Distribuição Dos Inquiridos Por Motivo Pelo Qual Não Fazem Parte De Uma Associação De Emigrantes	64
Grafico 40 - Distribuição Dos Inquiridos Em Resposta À Pergunta "Aqui Em França, O Que Lhe Faz Falta De Portugal?"	64
Grafico 41 - Distribuição Dos Inquiridos Em Resposta À Pergunta "Sente-se Apoiado Por Portugal?"	65
Grafico 42 - Distribuição Dos Inquiridos Em Resposta À Pergunta "Sente-se Apoiado Por Portugal?"	66
Grafico 43 - Distribuição Dos Inquiridos Em Resposta À Pergunta "Acha Que Deveriam Existir Mais Consulados?"	67
Grafico 44 - Distribuição Dos Inquiridos Em Resposta À Pergunta "Acha Que Os Consulados Deveriam Oferecer Mais Serviços?"	68
Grafico 45 - Distribuição Dos Inquiridos Relativamente Ao Sentimento De Pertença A Portugal E/Ou A França	69
Grafico 46 - Distribuição Dos Inquiridos Em Resposta À Pergunta "Tem Nacionalidade Francesa?"	70
Grafico 47 - Distribuição Dos Inquiridos Por Motivo Pelo Qual Pediram A Nacionalidade Francesa.	71
Grafico 48 - Distribuição Dos Inquiridos Por Motivo Pelo Qual Não Têm A Nacionalidade Francesa	71
Grafico 49 - Distribuição Dos Inquiridos Por Intenção De Obter A Nacionalidade Francesa	72
Grafico 50 - Distribuição Dos Inquiridos Em Resposta À Pergunta "Pensa Regressar Definitivamente A Portugal Ou Ficar Aqui Em França?"	73

INTRODUÇÃO

“Os desenvolvimentos nos transportes e nas comunicações virtuais têm suscitado novas práticas e vivências que ligam, como nunca, os emigrantes portugueses em França ao território e cultura de origem”

Hélder Diogo, 2012

As migrações correspondem a um dos mais antigos movimentos sociais. Portugal, tradicionalmente um país de emigração, conhece os primeiros fluxos migratórios no século XV, com a conquista de Ceuta em 1415. A partir deste momento, o leque de destinos alarga-se progressivamente: à descoberta de terras africanas e ilhas atlânticas sucede-se um período de emigração massiva com a descoberta do Oriente e, posteriormente, do Brasil, destino preferido pelos Portugueses a partir do século XVII.

Em termos mundiais, a primeira grande vaga de emigração regista-se entre 1880 e 1930. Neste período, outros destinos transatlânticos abrem-se à emigração portuguesa, tal como a África do Sul, a Venezuela, o Canadá ou os Estados Unidos. Nos anos 1960, com a participação de Portugal na guerra colonial na Guiné-Bissau, em Angola e em Moçambique, a maior parte dos emigrantes portugueses prefere orientar-se para destinos europeus (Borges Graça 2009:60). É precisamente a partir desta década que se verifica um aumento sem precedentes do número de saídas do país. Com efeito, cerca de 647 000 portugueses optam pela emigração, legal mas sobretudo clandestina, de forma a escapar ao regime ditatorial e às condições económicas precárias que caracterizam o Portugal dos anos 1960 (Ferreira, 2009:23).

Destino de eleição, quer em situação legal quer em clandestinidade, a França acolhe mais de um milhão de Portugueses entre 1960 e 1974 (Pereira, 2002:9). A importância deste número leva a que este período seja hoje designado como “primeira vaga de emigração” na história das relações luso-francesas. Com o fim da ditadura, a emigração diminui substancialmente sem chegar a desaparecer: “entre 1974 e 1988 a emigração oficial cifrou-se em 230 000 saídas, o que corresponde a uma média anual de, apenas, 15 000 emigrantes” (Instituto Geográfico Português, 2005:99). A década de 1990, palco de transformações a nível económico e geopolítico com a consolidação da adesão de Portugal à União Europeia, regista um aumento da emigração (240 453 emigrantes entre 1992 e 1999) sem, contudo, atingir os níveis elevados da década de 1960 (Ferreira, 2009:32).

Esta tendência de diminuição da emigração confirma-se até aos primeiros anos do século XXI. É a crise económica que provoca, a partir do ano de 2009, uma inversão na tendência geral dos fluxos migratórios portugueses. Com efeito, a partir desta data, a emigração, e nomeadamente a emigração para França, conhece um novo fôlego, marcando o início de uma nova vaga de emigração, que podemos apelidar de “segunda vaga”.¹

Tendo em conta estas considerações, compete-nos agora expor uma breve revisão da história da emigração portuguesa para França, que nos parece indispensável para contextualizar o nosso trabalho.

A emigração portuguesa para França até à década de 1990

Nas palavras de Maria Engrácia Leandro, “o movimento migratório português é marcado por uma emigração contínua desde o século XV até aos meados dos anos 70 no século XX” (Leandro, 1999:65). Esta emigração conhece períodos de abrandamento e de intensidade variável mas ela é persistente, sobretudo em momentos de deterioração das condições socioeconómicas do país.

No que concerne a emigração com destino a França, as autoridades francesas registam a presença portuguesa desde 1876. Marie-Christine Volovitch-Tavares (1999) recenseia os fluxos migratórios portugueses em direção a este país, descrevendo um primeiro acordo luso-francês relativo à mão-de-obra em 1916 e o envio do Corpo Expedicionário Português entre 1917 e 1918. Entre 1921 e 1931, o número de portugueses recenseados em França passa de 11 000 a 50 000. A ditadura que se instala em Portugal a partir de 1926 leva a que alguns portugueses se exilem em França, sendo que a maioria abandona o país quando este é ocupado pelas forças nazis durante a Segunda Guerra Mundial.

A partir de 1947, a emigração para França recomeça progressivamente, ao mesmo tempo que um número importante de emigrantes retorna a Portugal, sendo que em 1954 contam-se apenas 20 000 portugueses em território francês (Chevalier, 1964). É a partir da década de 1960, mais precisamente de 1962, que a presença portuguesa em França começa a ser significativa, com um número de entradas (legais e ilegais) que duplica a cada ano. Este fluxo emigratório, que regista um aumento vertiginoso a partir dos anos 1960 antes de diminuir consideravelmente na década de 1980 é considerado como a primeira grande vaga de emigração portuguesa para França (Volovitch-Tavares, 1999:45).

¹ O termo «segunda vaga» é também utilizado, na linguagem corrente, para designar a geração descendente dos emigrantes da primeira vaga. Por esta razão, torna-se importante estabelecer a distinção entre esta aceção da expressão e aquela que utilizamos neste estudo, a qual se refere a um novo fluxo de emigração.

Décadas de ditadura em Portugal, os anos 1960 e 1970 são então palco de uma emigração cujas motivações são essencialmente económicas mas também, em parte, políticas. A maioria integra-se indiscutivelmente na primeira categoria, motivada pela procura de melhores condições de vida num contexto de atraso económico e de pobreza que caracterizava o país nestas décadas. Um estudo sobre a comunidade portuguesa em França, efetuado pela Fundação Vox Populi (2010: 11-12) descreve uma comunidade de “pessoas simples, treinadas desde muito jovens, na labuta da vida”, que “partiram nos anos sessenta à procura de melhores condições de vida”. A esta caracterização acresce a de Jorge Portugal Branco, que faz o retrato de uma “mão-de-obra desprovida de qualificação profissional, [que] tinha seguido percursos escolares extremamente curtos e não era francófona” (Branco, 2001b:2). No mesmo sentido, o “retrato social” de Portugal durante o período de ditadura que faz António Barreto é particularmente nítido:

O mais antigo e durável império colonial ultramarino (o único ainda vigente); A mais longa ditadura pessoal moderna; As mais elevadas taxas de analfabetismo e mortalidade infantil; A população mais jovem, com a mais elevada natalidade e a mais baixa esperança de vida à nascença; O menor número de médicos e de enfermeiros por habitante; O mais baixo rendimento por habitante, assim como a menor produtividade por trabalhador; A maior população agrícola e a menor taxa de industrialização; O menor número de alunos no ensino básico e de estudantes no ensino superior; O menor número de pessoas abrangidas pelos sistemas de segurança social. (Barreto, 2007:27)

Esta situação contrastava fortemente com a que se vivia em França no mesmo período, não só no que toca ao regime político mas também ao contexto económico: em reconstrução pós-Segunda Guerra Mundial, a oferta de emprego abundava em França, seduzindo milhares de portugueses que integraram esta mão-de-obra não qualificada.

Neste contexto socioeconómico particularmente deficitário, a emigração apresentava vantagens a nível económico, enquanto “forma de diminuir o desemprego e de obter divisas por via das remessas dos emigrantes” (Stahl *et al.*, 1982:14). No entanto, o regime salazarista via a emigração como uma ameaça à estabilidade do regime, receando a “contaminação ideológica” e o recrudescimento de reivindicações e contestação ao regime por parte dos emigrantes portugueses sob a influência do progressismo francês.

Assim, a Junta de Emigração, criada em 1947, emitia um número reduzido de passaportes, impondo para isso condições propositadamente exigentes como o pagamento de quantias elevadas de dinheiro, um mínimo de quatro anos de escolaridade e uma verificação minuciosa da situação judiciária e da “lealdade ao regime” de cada requerente. A esta dificuldade, acresce a obrigação para os homens de cumprir o serviço militar obrigatório, enquanto as mulheres casadas precisavam do consentimento do marido (Ferreira, 2009:25).

Privados da possibilidade de emigrar legalmente, e beneficiando da proximidade geográfica entre dois países, a clandestinidade representou portanto uma escolha inevitável para muitos portugueses cuja “determinação [...] em emigrar, mesmo passando a fronteira ‘a salto’ (sem passaporte), por trilhos e veredas, com o apoio dos chamados “passadores”, era inabalável” (Moreira, 2005:53). Embora os dados oficiais apontem para 700 000 migrantes, estima-se que um milhão de portugueses se instalou em França entre 1958 e 1974, o que representa uma percentagem de 10% da população portuguesa na época. Esta inexatidão resulta naturalmente da dificuldade em medir a emigração clandestina, que se estima ultrapassar os números de emigração oficial a determinados momentos, nomeadamente entre 1969 e 1973 (Ferreira, 2009:26).

Mas a relação entre o governo português e os seus emigrantes clandestinos é ambígua: se as disposições oficiais limitam e condenam esta prática, as sanções e meios destinados ao controlo da emigração “a salto” são poucos e deixam mesmo entrever uma certa indulgência. Podemos compreender esta duplicidade se considerarmos o quanto as remessas dos emigrantes representavam um contributo essencial ao desenvolvimento económico do país.

Por seu lado, o governo francês adotou desde o início dos anos 60 uma política de liberalização de entrada de imigrantes portugueses no território francês e de regularização dos imigrantes já instalados, tendo em conta a necessidade de mão-de-obra. A comunidade portuguesa é bem aceite pelo governo francês, como podemos constatar pela declaração de Michel Massenet, Diretor Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1967: “enquanto os trabalhadores portugueses se adaptam e se integram na sociedade francesa, os argelinos continuam a ser inassimiláveis” (Pereira, 2012). Assim, as restrições à imigração adotadas em 1968 pelo governo francês não se estenderam à população portuguesa.

Vemos assim, tendo em conta o contexto económico, social e sobretudo político que serve de pano de fundo à emigração portuguesa para França nestas décadas é evidentemente pouco propício ao estabelecimento de laços transnacionais por parte dos emigrantes, ou seja, de uma vida “cá e lá”, uma situação que evoluirá, como detalharemos mais à frente, após o fim da ditadura de Salazar.

Após a Revolução de 1974 em Portugal, um acordo é celebrado entre os dois países, não para limitar o fluxo migratório mas para simplificar e regularizar a vida dos portugueses instalados em França. O efetivo formado pelos portugueses radicados em França permanece estável entre 1975 e 1982. Entre 1982 e 1990, observa-se uma diminuição de efetivos, com a adesão de Portugal às Comunidades Europeias que possibilita uma evolução das condições

socioeconómicas portuguesas e a “aquisição da nacionalidade francesa, por parte da crescente fração dos nascidos em França” (Branco, 2001a:3). Esta adesão, em conjunto com o Acordo de Schengen de 1985 e a respetiva Convenção de Aplicação (1990), que possibilita a livre circulação de pessoas e bens dentro da União, potenciam um contexto bastante diferente daquele que serviu de pano de fundo à emigração dos anos 60 e 70.

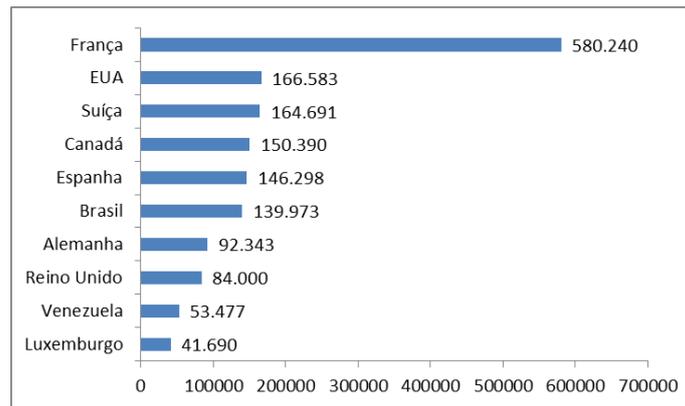
A emigração portuguesa para França desde a década de 1990

Recensar a população migrante torna-se progressivamente complexo a partir de 1988 com o fim da emissão de passaportes pelo Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas e, em consequência, o fim dos dados oficiais por ele emitidos. Esta medida foi adotada com vista à livre circulação no espaço europeu desde 1992, mesmo se o acordo de Schengen, assinado por Portugal em 1991, só conhece uma aplicação prática a partir de 1995. Assim, relativamente aos anos de 1989, 1990 e 1991 não existem dados oficiais.

Os dados recolhidos pela Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP) entre 1992 e 1995 indicam um total de 53 840 emigrantes permanentes e 69 256 emigrantes temporários, de entre os quais 13 048 (31,24%) e 16 171 (26,3%) em direção a França, respetivamente (Leandro, 1999:71). Os anos 90 assistem a uma “predominância da emigração temporária sobre a permanente [...] fruto das novas possibilidades dadas pelo Acordo de Schengen e pela União Europeia para a mobilidade e as facilidades concedidas para estadias de curta duração” (Ferreira, 2009:59). Importa, no entanto, referir que “a emigração permanente em Portugal continua a ser bastante mais significativa do que os dados oficiais mostram” (Peixoto, 1993 *apud* Leandro, 1999:70) pois, nas palavras de Baganha “a emigração temporária é (era), sobretudo, emigração permanente disfarçada” (Baganha, 1993:826). Esta “emigração permanente apresenta um crescimento, não contínuo, após 1999 [...] ano [em] que encontramos o valor mais baixo da emigração permanente, entre 1992 e 2003, sendo sempre superior nos anos seguintes” (Ferreira, 2009:59).

Mesmo na ausência de dados oficiais fiáveis sobre a emigração portuguesa a partir dos anos 90, podemos afirmar que a emigração portuguesa se manteve ativa mesmo não tendo comparação com os números das décadas de 1960 e 1970. Não obstante a ausência de dados franceses sobre os fluxos anuais de entrada de emigrantes, França permanece hiper-predominante enquanto primeiro destino europeu da emigração portuguesa (Ferreira, 2009).

Gráfico 1 - 10 países com mais portugueses emigrados entre 2001 e 2011



Fonte: Observatório da Emigração (2013)

É a partir da segunda metade da década de 2000 que se assiste a um “reforço no número de saídas” sendo que “os valores existentes apontam para um volume que não deverá estar distante das 70.000 saídas anuais” (Malheiros, 2011:135). Como aponta Jorge Portugal Branco:

Nos anos de 1990, havia cerca de 645 mil pessoas unicamente de nacionalidade portuguesa em França. Dez anos depois, havia cerca de 550 mil. Há uma quebra de 100 mil pessoas no efetivo. Atualmente, de acordo com os últimos dados, de 2009, há cerca de 490 mil. Na maioria dos departamentos do país em que havia uma quebra importante do efetivo surge uma diminuição muito menor entre o ano de 2009 e o ano de 2010 do que nos últimos 20 anos. (Branco, 2013:11)

Assim, é a partir do início da crise económica que se faz sentir em Portugal desde 2009, que a emigração recrudescer, como defende a investigadora Beatriz Rocha-Trindade (2011). Enquanto o Observatório da Emigração indica que o movimento migratório é semelhante ao que se verificava nos anos 60, em 2012 podia-se ler no Diário de Notícias que “o Governo estima que tenham emigrado 150 mil pessoas no ano passado, o que significa que Portugal está muito perto da maior vaga de emigração de sempre, que diz respeito a 1970”.

Podemos assim considerar que, desde 2009 (geralmente considerado como o ano que marca o início da crise económica), se assiste a uma nova vaga de emigração portuguesa com destino a França. Os últimos dados disponíveis datam de 2010 e indicam a presença de 588 276 emigrantes portugueses no território francês (INSEE, 2010). Se a ausência de dados atuais sobre esta vaga nos impede de estabelecer uma comparação fiável com os números da década de 1960 e 1970, podemos no entanto afirmar que as motivações económicas são igualmente primordiais na origem dos dois fluxos. Efetivamente, a situação económica que se vive atualmente em Portugal tem conduzido vários portugueses a emigrar, sendo que França apresenta, à primeira vista, fatores potenciais de atração como a curta distância que a separa

de Portugal, a eventual presença de familiares já aí instalados e a sua situação económica. No entanto, como refere o Cônsul português em Paris, Pedro Lourtie:

França é um bom destino para os emigrantes portugueses, mas (...) ‘nem sempre é possível’ arranjar emprego, mesmo para os mais qualificados. (...) Quem quer partir deve fazê-lo de forma informada, com contactos concretos com empresas ou contractos, se possível. (...) França continua a ser um destino [para a emigração portuguesa], desde logo porque há uma grande comunidade portuguesa, porque é uma grande economia, central na Europa. Mas para se ir deve ir-se de forma o mais informada possível. (Lourtie, 2012)

Da mesma forma, Aníbal de Almeida, membro honorário e ex-provedor da Santa Casa da Misericórdia de Paris (associação que presta auxílio à comunidade portuguesa na região parisiense) refere que “hoje não se encontra emprego [em França] como há 50 anos atrás. Hoje há um desemprego enorme (10 por cento), está-se num período económico e social extremamente difícil” (Almeida, 2012).

Convém referir que o perfil do emigrante português em França tem registado mudanças, verificando-se uma diversificação do nível de qualificações, faixa etária, quadro socioprofissional e origem social e geográfica. Esta evolução é descrita por Jorge Portugal Branco num *dossier* do Lusojornal de 9 de Janeiro de 2013 intitulado “Onde estão os portugueses de França?”:

Foi [...] constatada a existência do já referido segmento de primo-migrantes², diplomados do ensino superior, jovens à procura de uma primeira experiência profissional, e/ou subempregados, ou desempregados em Portugal, bem como de diplomados ativos, desempregados, ou vindos procurar melhores oportunidades no estrangeiro. Finalmente e embora a origem rural pareça continuar a ser predominante no fluxo dos recém-chegados, é significativa a existência de uma nova componente, composta por urbanos não-qualificados que circunstâncias diversas da vida arrastaram para a emigração. (Branco, 2013:13)

Seria no entanto precipitado concluir que a emigração para França é maioritariamente qualificada, um ponto que Hélder Diogo, investigador do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, ressalva na sua entrevista concedida ao Observatório da Emigração em 2012:

A imprensa valoriza muito este aspeto, mas não é bem verdade. Para os que chegaram nos últimos dez anos, o meu inquérito demonstrou que cerca de 20% dos indivíduos têm o ensino secundário ou o ensino superior. A mão-de-obra que é despedida do sector têxtil, da construção civil, entre outros sectores, dos arredores do Porto, da zona do Minho, etc., constitui o principal contingente que deixa o país. E temos freguesias rurais ainda com mão-de-obra jovem, mas de um modo geral saem de zonas mais urbanas. Entre os novos emigrantes, em termos de escolaridade, cerca de 41% têm o nível de ensino básico, 14% o ensino secundário, 5,3% o nível superior, mas 16% ainda têm o primeiro ciclo. (Diogo, 2012)

² Em português, « primo-migrantes » é uma adaptação do termo francês “primo-migrants”, que designa o indivíduo que emigra para um país estrangeiro sem que a sua família lá habite, sendo portanto um emigrante de primeira geração.

Esta precisão é corroborada por Malheiros, investigador do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa:

[...] verifica-se a existência de uma componente vulnerável relevante, com baixos níveis de instrução que se insere nos segmentos não qualificados do mercado de trabalho [...] nos países de emigração antiga (França, Luxemburgo), onde a construção civil e, em menor grau, a indústria transformadora são dominantes. (Malheiros, 2010:139)

Tendo em conta a permanência da crise económica em Portugal e o quadro de mobilidade livre proporcionado pela União Europeia, o fenómeno da emigração portuguesa, não só para França mas também para outros países do espaço europeu, não dá sinais de abrandar. Em Janeiro de 2013, em declarações à Lusa, o Secretário de Estado das Comunidades, José Cesário “prevê que o número de emigrantes portugueses tenderá a estagnar nos próximos anos, apesar do crescimento pontual registado para destinos como Angola, França e Suíça” (Cesário, 2013).

À luz desta breve revisão da história da emigração portuguesa para França, e tendo em conta o contexto atual de mobilidade livre intra-europeia, compreendemos facilmente que não podemos estudar o processo migratório da mesma forma que o fazíamos antes. A abordagem tradicional, centrada no processo de integração do emigrante no país de acolhimento (também chamado de país hospedeiro ou de entrada) e no progressivo distanciamento do emigrante relativamente ao país de origem, dá lugar a uma abordagem transnacional, focada no indivíduo e nas relações que este estabelece de forma transfronteiriça. Esta abordagem transnacional, que abordaremos em detalhe no capítulo seguinte, serve precisamente de pano de fundo para a problemática do nosso estudo, a saber “Em que medida podemos qualificar os emigrantes portugueses em França de transmigrantes?”.

Justificação do estudo

A justificação deste estudo tem, portanto, eco na preocupação com o novo contexto que permeia a emigração portuguesa para França, um contexto de proximidade e interação transfronteiriça sem precedentes.

Dois tipos de motivação, uma extrínseca e outra pessoal, fundamentam a escolha desta problemática como alvo da nossa análise. Podemos apontar como um primeiro fator extrínseco o facto de serem ainda escassos os estudos sobre esta nova vaga, embora estejam a ser desenvolvidos trabalhos neste âmbito (como por exemplo “Novos Emigrantes para França: a geração Europa”, estudo efetuado pelo Professor João Teixeira Lopes em 2013); o segundo relaciona-se com a atualidade do tema, sendo que se trata de um fenómeno contemporâneo e

cada vez mais presente no quotidiano dos Portugueses, devido à crescente degradação das condições socioeconómicas que estes vivenciam (Strijdhorst dos Santos, 2002:21; Malheiros, 2011:140).

No que diz respeito às motivações pessoais, consideramos estarem reunidos os critérios referidos por Carmo e Ferreira (1998:45-46) para a definição do objeto de estudo, a saber:

❖ Familiaridade do objeto de estudo

Paralelamente à elaboração deste estudo, efetuámos um estágio de cinco meses no Consulado-Geral de Portugal em Bordéus, entre Setembro de 2012 e Janeiro de 2013. No âmbito desta experiência, pudemos contactar diariamente com emigrantes portugueses, tanto instalados em França desde a década de 1960 como recentemente chegados ao país, permitindo-nos dispor de uma visão clara e objetiva do panorama da emigração portuguesa em França, particularmente na região de Aquitaine. Com efeito, o exercício das nossas funções (preparação e elaboração de documentos de identidade, receção, etc..) constituiu um meio privilegiado para conhecer e compreender não só os perfis pessoais e profissionais dos emigrantes como também as motivações subjacentes à sua vinda para França, as suas vivências quotidianas e as relações que estes estabelecem com Portugal enquanto nação, com os portugueses enquanto compatriotas e com os seus familiares e próximos que permaneceram em Portugal.

❖ Afetividade

A nossa investigação desenrola-se no quadro de um percurso universitário no Curso Integrado Coimbra-Bordéus, entre a Universidade de Coimbra e o *Institut d'Études Politiques* de Bordéus. A escolha deste curso prende-se, em primeiro lugar, com o desejo de partir de Portugal e de residir num país onde as condições socio-económicas são, em média, superiores às vividas pela população portuguesa. Sendo que o intuito final é de conseguir um melhor emprego e condições de vida, estas motivações são comuns àquelas que determinam a partida daqueles que emigraram e emigram hoje para França.

Por outro lado, enquanto estudante portuguesa residente em França, o contacto com Portugal é permanente, havendo um verdadeiro sentimento de vida transnacional e de cultura híbrida, o que nos leva a apreciar a temática das dinâmicas transnacionais.

Recursos

O estágio acima mencionado foi vital para apreender a realidade dos emigrantes portugueses em França e permitiu-nos estabelecer contactos com funcionários da administração portuguesa neste país e investigadores que trabalham na mesma área. Estes contactos foram-nos indispensáveis para assegurar a realização de entrevistas e para debater perspectivas sobre o tema do nosso estudo.

Na mesma medida, o acesso aos recursos bibliográficos disponibilizados pelo *Institut d'Études Politiques* (tanto através do centro documental como das numerosas assinaturas de recursos digitais das quais os estudantes podem beneficiar) permitiu-nos construir uma reflexão multidimensional sobre o tema das migrações e da emigração portuguesa para França.

Objetivos do estudo

O objetivo central do estudo consiste em saber até que ponto e de que forma os emigrantes portugueses em França podem ser considerados transmigrantes, integrando práticas transnacionais políticas, económicas e culturais no seu quotidiano.

Com vista à consecução do nosso trabalho, definimos os seguintes objetivos específicos:

- ❖ Averiguar o grau de transnacionalismo dos emigrantes portugueses em França;
- ❖ Identificar possíveis motivos para os resultados obtidos;
- ❖ Conhecer a visão de instituições portuguesas em França sobre a transnacionalidade dos emigrantes portugueses.

Questões de investigação

De forma a atingir os objetivos acima definidos, utilizámos as seguintes questões de investigação:

- a) Em que medida os emigrantes portugueses se dedicam a práticas transnacionais, ou seja, atividades transfronteiriças que permitem e/ou estimulam a ligação do emigrante ao seu país de origem?
- b) Que análise fazem os representantes de instituições e associações portuguesas em França relativamente à transnacionalidade dos emigrantes?
- c) Que razões podemos apontar para justificar os dados obtidos?
- d) Tendo em conta os resultados obtidos, podemos considerar os emigrantes portugueses como transmigrantes?

Definição da população em estudo

Sendo que o estudo da comunidade portuguesa em França na sua íntegra não se adequa às limitações de um trabalho deste teor, optámos por estudar apenas o núcleo de emigrantes portugueses residentes na região de Aquitaine, nomeadamente a partir dos inscritos no Consulado-Geral de Portugal em Bordéus, o qual agrupa todos os departamentos desta região.

Ora, estudar a totalidade dos inscritos, mesmo a partir de uma amostra estatisticamente representativa, implicaria mesmo assim um número demasiado elevado de dados a recolher e analisar. Se por um lado o Consulado Geral de Portugal em Bordéus conta hoje cerca de 120 000 inscrito, o sistema de arquivos em formato papel é complementado por um sistema informático de registo e pesquisa de inscrições, o qual não recenseia grande parte destas inscrições (pois existe apenas desde 2007). Deparámo-nos portanto com a impossibilidade de identificar com exatidão a parte destes inscritos que corresponde aos critérios da nossa investigação, o que implicaria identificar a parte de inscritos já falecidos, a que voltou a Portugal, a que se instalou noutras regiões de França ou noutros países, etc.

Assim, tendo em conta as nossas limitações em termos de tempo e de recursos, optámos por seleccionar catorze emigrantes inscritos no Consulado-Geral de Portugal em Bordéus, escolhidos aleatoriamente entre os que se dirigiram a este serviço no mês de Junho de 2013. O objetivo do nosso trabalho é então averiguar o grau de transnacionalismo deste grupo de emigrantes, sem daí inferir necessariamente dados relativos ao conjunto da população, mas vendo-o como uma amostra deste grupo de migrantes portugueses.

Estrutura do trabalho

De forma a estabelecer uma relação entre argumentação teórica e resultados empíricos, este trabalho está estruturado em dois capítulos. Num primeiro capítulo, procedemos a uma contextualização e conceptualização do tema, começando por rever o panorama global atual dos fluxos migratórios. Enquadramos as migrações internacionais no âmbito das Relações Internacionais e exploramos o conceito de transnacionalismo, tanto enquanto abordagem teórica em Relações Internacionais como, de forma mais aprofundada, no que toca à sua aplicação ao estudo dos movimentos migratórios. Analisamos ainda as particularidades da emigração portuguesa para França, definindo em seguida o quadro teórico e metodológico que aplicamos na nossa análise.

O segundo capítulo é consagrado à análise e interpretação da informação recolhida através das entrevistas aos emigrantes e aos funcionários e responsáveis institucionais

(Capítulo II), no qual tratamos e analisamos a informação recolhida de forma pormenorizada, combinando dados de natureza quantitativa e qualitativa.

Terminamos o nosso estudo apresentando as nossas conclusões, onde procuramos conciliar os objetivos, as questões de investigação, os conceitos e os diferentes pontos de vista dos sujeitos envolvidos no estudo. De referir, que se incluem em anexo o guião do inquérito por questionário e da entrevista.

I – CONTEXTUALIZAÇÃO E CONCEPTUALIZAÇÃO

De forma a desenhar o quadro teórico subjacente ao nosso estudo, compete-nos explorar os diferentes conceitos e temas que o compõem. A nossa problemática, “Em que medida podemos qualificar os emigrantes portugueses em França de transmigrantes?” associa três elementos: o campo teórico das Relações Internacionais, a corrente do transnacionalismo migratório e a emigração portuguesa em França. Este capítulo tem por objetivo explorar estes elementos, de forma a estruturar a investigação empírica que nos permitirá responder a esta questão. Assim, esboçaremos em primeiro lugar o panorama global atual dos fluxos migratórios, influenciado e marcado pelo fenómeno da globalização e pelas subsequentes transformações demográficas, geopolíticas e tecnológicas, a que assistimos hoje e, particularmente, desde o final do século XX.

Abordaremos em seguida o campo teórico das migrações internacionais na disciplina das Relações Internacionais, enquanto objeto de análise e gerador de debates que as associam a conceitos como segurança, fronteiras ou ainda cidadania.

Seguidamente, exploraremos o conceito de transnacionalismo, tanto enquanto abordagem teórica em Relações Internacionais como, de forma mais aprofundada, no que toca à sua aplicação ao estudo dos movimentos migratórios.

Debruçar-nos-emos depois sobre a emigração portuguesa para França, analisando as particularidades desta emigração, nomeadamente em relação ao perfil dos migrantes que são usualmente objeto de estudo no âmbito das migrações internacionais, do transnacionalismo e das Relações Internacionais. Este ponto permitir-nos-á definir a metodologia apropriada ao nosso estudo e identificar um quadro teórico particular, adaptado à especificidade da nossa comunidade de estudo.

1.1 – O panorama migratório atual

A década de 1980 marca o início da segunda grande vaga de migrações da época contemporânea, sendo que a primeira ocorre entre 1880 e 1930 (Wihtol de Wenden, 2013). Em 2009, contavam-se 200 milhões de migrantes internacionais e 740 milhões de migrantes internos (migrações dentro de um mesmo país) (PNUD, 2009:2), sendo que os números da OCDE apontam para 240 milhões de migrantes internacionais em 2013 (OCDE, 2013:1). Os fluxos migratórios estabelecem-se tanto na direção Norte-Sul (40 milhões) como Sul-Norte (97 milhões), Norte-Norte (37 milhões), Sul-Sul (74 milhões) ou ainda Este-Oeste e Oeste-Este, para os quais não existem dados precisos. No total, os migrantes representam 3% da população mundial, o triplo da percentagem de há quarenta anos atrás, abrangendo quase

todos os países do mundo, quer enquanto países de origem (país do qual o migrante é oriundo), de acolhimento (país no qual o migrante se instala) ou de trânsito (Wihthol de Wenden, 2013:13).

No que toca ao termo “migrante”, o nosso trabalho baseia-se na conceção que a Organização Internacional para as Migrações (OIM) expõe deste conceito:

ao nível internacional, não existe uma definição universalmente aceite do termo migrante. Este termo aplica-se habitualmente nos casos em que a decisão de emigrar é tomada livremente pelo indivíduo, por razões de conveniência pessoal e sem intervenção de fatores limitativos externos. Este conceito aplica-se então aos indivíduos que se deslocam para um outro país ou região com o objetivo de melhorar as suas condições materiais e sociais, as suas perspetivas de futuro ou as das suas famílias. A definição de migrante das Nações Unidas refere-se ao indivíduo que reside num país estrangeiro por um período superior a um ano, independentemente das causas, voluntárias ou involuntárias, e dos meios, regulares ou irregulares, usados para migrar. Tendo em conta esta definição, aqueles que viajam por períodos mais curtos como os turistas e empresários não são considerados migrantes. No entanto, o uso comum do termo designa igualmente certos tipos de migrantes de curto prazo, tais como trabalhadores agrícolas sazonais³ (OIM, 2011:61).

Este aumento exponencial da população migrante não pode ser explicado sem ter em conta as evoluções históricas, tecnológicas e sociais das últimas décadas: a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria puseram termo à separação entre Este e Oeste, permitindo uma maior mobilidade à população de ambos os blocos; o aperfeiçoamento e generalização dos meios de comunicação e *media* tais como televisão, telefone e internet, possibilitaram não só a difusão de informação e a divulgação de modos de vida e hábitos de consumo de diferentes países como também uma comunicação cada vez mais rápida e direta entre indivíduos espalhados pelo mundo; a generalização do uso e da obtenção de passaportes nos países em desenvolvimento contribuiu para fomentar a mobilidade destas populações; os numerosos conflitos e crises políticas, sociais, ambientais ou humanas resultaram num aumento dos requerentes de asilo e refugiados, uma mobilidade que podemos chamar de migração forçada.

Com estas transformações, observou-se igualmente uma mudança no perfil do emigrante-tipo, do sexo masculino, analfabeto ou pouco escolarizado e proveniente de um meio rural. Entre os migrantes encontramos hoje uma percentagem quase igual de homens e

³ Tradução livre da autora. No original: “At the international level, no universally accepted definition for "migrant" exists. The term migrant was usually understood to cover all cases where the decision to migrate was taken freely by the individual concerned for reasons of "personal convenience" and without intervention of an external compelling factor; it therefore applied to persons, and family members, moving to another country or region to better their material or social conditions and improve the prospect for themselves or their family. The United Nations defines migrant as an individual who has resided in a foreign country for more than one year irrespective of the causes, voluntary or involuntary, and the means, regular or irregular, used to migrate. Under such a definition, those travelling for shorter periods as tourists and businesspersons would not be considered migrants. However, common usage includes certain kinds of shorter-term migrants, such as seasonal farm-workers who travel for short periods to work planting or harvesting farm products”.

mulheres, migrantes oriundos das classes médias ou mesmo empresários de classe alta, indivíduos altamente qualificados, jovens estudantes, etc.. Como refere Catherine Wihtol de Wenden (*op. cit.*:27), “são os fatores de atração do país de acolhimento que os incitaram a vir, mais do que aqueles que os levaram a abandonar o seu país de origem, com a exceção dos refugiados”⁴. Esta evolução no perfil dos migrantes é simultaneamente causa e consequência da relação entre migração e desenvolvimento humano, corroborada pelo Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), cujo tema de 2009 foi “Ultrapassar barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos”. O relatório sublinha que “a mobilidade humana poderá melhorar bastante os rendimentos e os níveis de educação e de participação de cada indivíduo, bem como das suas famílias, assim como as perspectivas futuras dos seus filhos. Mas essa alteração geográfica tem um valor para além disso: ter-se a possibilidade de decidir onde viver é um elemento fundamental da liberdade humana” (PNUD, 2009:1). A mesma ideia é destacada no relatório de 2013 da mesma organização: “A migração constitui uma oportunidade de emprego e de envio de remessas para o país de origem, reforçando a mão-de-obra nos países de acolhimento. A mobilidade humana em todas as suas formas constitui igualmente um fator potencial da compreensão transcultural.” (PNUD, 2013:148).

Os desenvolvimentos em matéria de transportes facilitam a circulação e as migrações temporárias, como no caso dos “Europeus instalados na mobilidade” (Wihtol de Wenden, 2013:27). A própria distinção entre migração temporária e permanente é alterada por estes mesmos desenvolvimentos: se alguns migrantes podem circular livremente e atravessar as fronteiras regularmente, outros vêem-se obrigados a instalar-se num país, prisioneiros destas mesmas fronteiras, no caso dos migrantes ilegais e/ou sem documentos.

A separação entre países de emigração e países de imigração torna-se cada vez menos clara, sendo que países como os da Europa do Sul, tradicionalmente de emigração, acolhem hoje numerosos imigrantes. Surgem novos polos de imigração como Índia e China e de emigração como os países do Golfo ou do Mediterrâneo. No entanto, subsistem ainda grandes sistemas migratórios regionais, dentre os quais Wihtol de Wenden (*op. cit.*: 33-34) distingue cinco: América do Norte – América do Sul, Rússia – Ex-União Soviética, Europa – Norte de África/Mediterrâneo, Europa Ocidental – Europa Oriental e Sudoeste Asiático – Oceânia.

⁴ Tradução livre da autora. No original : “ce sont les facteurs d’attraction qui l’ont fait venir plus que ceux qui l’ont poussé hors de chez lui, hormis le cas de réfugiés”.

Podemos assim constatar que todas estas transformações configuram um mapa migratório bem mais vasto e interligado que aquele que dominou grande parte do século XX. Não é portanto surpreendente que uma tal revolução de mobilidade seja alvo de grande interesse, de preocupação e sobretudo de análise por parte de disciplinas tais como a sociologia ou a geografia. O mesmo não se verifica, como veremos em seguida, no âmbito das Relações Internacionais.

1.2 – As migrações internacionais em Relações Internacionais

O fenómeno migratório é, por excelência, um fenómeno internacional, implicando consequências a nível individual, mas também estatal ao estabelecer uma relação entre o país de origem e o país de acolhimento. Se a disciplina de Relações Internacionais incide precisamente nas relações entre os diferentes atores da sociedade internacional, o estudo de fenómenos migratórios é tipicamente associado à investigação de teor sociológico, impregnada de questões ligadas à identidade individual do migrante e à sua inserção num contexto onde a identidade coletiva da sociedade do país de acolhimento difere, a diferentes níveis e escalas, da do seu país de origem (Park & Burgess, 1969, Thomas & Znaniecki, 1984, Massey *et al.*, 1987, Portes & Zhou, 1993, Alba & Nee, 2003, autores citados por Liang, 2007).

Podemos encontrar uma explicação para este facto ao ter em conta o peso das teorias e postulados dominantes na área das Relações Internacionais e, sobretudo, do que se estima ser o verdadeiro objeto de estudo da disciplina. Sem que haja ainda hoje um consenso definitivo quanto à questão “O que estudar em Relações Internacionais?”, os diferentes debates que marcaram e marcam ainda hoje a disciplina permitem ilustrar a controvérsia existente. De facto, as várias correntes teóricas diferem entre si no que toca a responder a três questões fundamentais: para que serve a disciplina de Relações Internacionais (compreender a realidade internacional ou mudá-la), que metodologia utilizar no âmbito de uma análise em Relações Internacionais (uma metodologia tradicional baseada no conhecimento histórico e filosófico ou uma metodologia do tipo científico e behaviourista) e finalmente, como já mencionámos, o que estudar em Relações Internacionais (Battistella, 2009). É na resposta a esta terceira pergunta que reside a explicação da marginalização das migrações internacionais como objeto de estudo, que por sua vez justifica a conotação mais sociológica deste fenómeno.

Efetivamente, a distinção entre “high politics” e “low politics”, e a subsequente delimitação do campo de análise ao domínio da “high politics”, permeou grande parte do pensamento teórico em Relações Internacionais como explica James F. Hollifield:

O período entre 1945 e 1990 foi dominado pela Guerra Fria e os teóricos em Relações Internacionais tinham tendência a dividir a política em duas categorias: alta e baixa. Na formulação realista, a alta política – o principal objeto de estudo das relações internacionais – prende-se com a segurança nacional, política externa e questões de guerra e paz, enquanto a baixa política concerne questões de política interna social e económica. Neste quadro, as migrações internacionais, como qualquer outro tema económico ou social, pertence ao âmbito da baixa política e, em consequência, não foi objeto de análise por parte dos académicos de relações internacionais, especialmente os analistas de segurança nacional e política externa.⁵ (Hollifield, 2008:199)

No meio académico, a teoria realista das Relações Internacionais dominou grande parte do século XX tendo em conta que a sucessão de guerras mundiais e o desenrolar da Guerra Fria pareciam confirmar a verificação empírica dos postulados realistas e, entre eles, à primazia do Estado-Nação enquanto ator central (e único relevante) no sistema internacional. Neste contexto dominado por tensões e conflitos armados entre os Estados, as migrações são relegadas para segundo plano em proveito de conceitos tais como equilíbrio de poder, alianças ofensivas e defensivas e viabilidade de uma verdadeira cooperação internacional.

No período pós-Guerra Fria, a disciplina das Relações Internacionais começa a abrir-se a novas questões e temas, desafiando a primazia ontológica do Estado-Nação enquanto unidade exclusiva de análise. É assim que as migrações internacionais, até lá relegadas ao domínio da “low politics” e portanto praticamente ausentes da literatura académica das Relações Internacionais, começam a captar a atenção dos estudiosos desta área. Em 1993, Douglas S. Massey publica um artigo intitulado “Theories of International Migration: A Review and Appraisal,” no qual afirma:

tendo em conta a dimensão e escala dos fluxos migratórios contemporâneos, e o potencial de incompreensão e conflito inerente à emergência de sociedades diversas e multiétnicas por todo o mundo, as decisões políticas tomadas relativamente à migração internacional serão entre as mais importantes nas duas próximas décadas⁶ (Massey, 1993:463).

⁵Tradução livre da autora. No original: “The period from 1945 to 1990 was dominated by the Cold War and international relations theorists tended to divide politics into two categories: high and low. In the realist formulation, high politics – the paramount subject of international relations – is concerned with national security, foreign policy, and issues of war and peace, whereas low politics is concerned with domestic issues relating to social and economic policy. In this framework, international migration, like any economic or social issue, belongs in the realm of low politics and therefore was not a subject of analyses by scholars of international relations, especially national security and foreign-policy analysts”.

⁶ Tradução livre da autora. No original: “given the size and scale of contemporary migration flows, and given the potential for misunderstanding and conflict inherent in the emergence of diverse, multi-ethnic societies around the world, political decisions about international migration will be among the most important made over the next two decades.”

Num primeiro momento, os movimentos de população do pós-Guerra Fria, nomeadamente a proliferação de refugiados outorgaram às migrações uma certa visibilidade no âmbito da disciplina das Relações Internacionais. Consequência da multiplicação de conflitos violentos e tensões económicas, sociais e políticas em diversas regiões do mundo (países do bloco soviético, continente africano), em 1993, o número de refugiados atingiu o recorde histórico de 18,2 milhões, aos quais se acrescentam 24 milhões de deslocados internos (ACNUR, 1993:1). Estes movimentos de população originam novas preocupações em termos de segurança internacional, como destaca Mark J. Miller:

“a proliferação de atividade diplomática no que toca a questões relacionadas com a migração internacional, o progresso da integração socioeconómica regional e a liberalização do comércio, que é parcialmente concebida para reduzir a pressão migratória a longo prazo, e a adoção de novas leis e regulamentos sobre a população estrangeira, assinalaram o aumento da consciência dos vínculos entre migração e segurança internacional”⁷ (Miller, 1998:24-25).

Mas só após os ataques de 11 de Setembro de 2001 é que o tema das migrações internacionais ganha um verdadeiro destaque, com uma proliferação de estudos sobre o impacto dos fenómenos migratórios para a segurança nacional e internacional: “A migração internacional é provavelmente uma das áreas mais citadas, e no entanto mais contestadas, da nova agenda de segurança”⁸ (Dannreuther, 2007:100).

Este ângulo securitário é apenas um dos explorados no artigo de Matthew Mitchell (2012), “The Perils of Population Movements in International Relations: new directions for rethinking the migration-conflict nexus”, o qual compila diferentes perspetivas através das quais as migrações internacionais podem ser abordadas na disciplina de Relações Internacionais. Embora sejam evocados temas como o terrorismo, as políticas de diáspora, a ligação entre meio ambiente e conflito ou ainda a questão dos refugiados e requerentes de asilo, reteremos apenas as problemáticas mais ligadas ao estudo de uma emigração pacífica e voluntária como a dos portugueses para França. Com efeito, esta emigração corresponde aos critérios de emigração regular/legal, tal como é definida pela OIM: “migração internacional efetuada em conformidade com os quadros legais dos países de origem, de trânsito e de acolhimento”⁹ (OIM, 2007:50). Assim, concentrar-nos-emos apenas na questão da relação

⁷Tradução livre da autora. No original “the proliferation of diplomatic activity on international migration-related questions, the progress of regional socioeconomic integration and the liberalization of trade, which is partially designed to reduce migratory pressures over the long-term, and the adoption of new laws and regulations concerning aliens” all signaled the increased awareness of the linkages between international migration and security”.

⁸ Tradução livre da autora. No original “International migration is probably one of the most cited, yet also most contested, areas of the new security agenda”

⁹ Tradução livre da autora. No original: “Migration internationale effectuée en conformité avec le cadre légal du pays d’origine, de transit et de destination”.

entre migrações e segurança e migrações e controlo de fronteiras. Embora estes aspetos não sejam diretamente abordados na nossa análise (tendo em conta as nossas limitações em termos de tempo e de recursos), parece-nos ainda assim relevante apresentar aqui estas questões, inextricavelmente ligados ao tema do transnacionalismo migratório, que abordaremos mais à frente.

No que toca ao elo entre migrações e segurança, Fiona B. Adamson (2006) refere a influência dos fluxos migratórios sobre as diferentes esferas que constituem o poder estatal. Assim, a esfera económica é afetada pelas remessas financeiras e pelo fenómeno de “fuga de cérebros”, a esfera militar pela contribuição em termos de informação, conhecimento e saber técnico dos migrantes ao desenvolvimento do poder militar e a esfera diplomática pelo papel dos migrantes enquanto grupos de pressão (lobbying) ou enquanto “embaixadores”, ou seja, elos informais de ligação entre o país de origem e o país de acolhimento.

Christopher Rudolph (2003:2), por seu lado, considera que as migrações estão no centro dos três pilares do que ele entende ser o dilema de segurança atual: produção e acumulação de poder económico, natureza da guerra em transformação e a relação entre ameaças à identidade nacional e legitimidade governamental.

Este último ponto é particularmente alvo de análise pois, como refere Adamson, “Os processos de migração internacional colocam em questão a base cultural da identidade estatal”¹⁰ (Adamson, 2006:181). Assim, os fluxos migratórios contribuem para uma maior heterogeneidade no seio de uma dada população, o que pode ser interpretado como um desafio à coesão da “identidade nacional” e à “segurança societal”, que por sua vez está intimamente ligada à “segurança nacional”.

Intimamente ligado à questão da segurança, o controlo das fronteiras é outro dos tópicos que hoje podemos ver associado ao tema das migrações internacionais. É ainda Adamson quem refere que “[a] capacidade dos Estados de manter o controlo das suas fronteiras e de formular uma identidade nacional coerente são pré-condições necessárias à manutenção da segurança estatal em outras áreas” (Adamson, 2006:176)¹¹. O controlo das fronteiras, bem como do território por elas delimitado, é um dos pilares da soberania estatal. As fronteiras são, ao mesmo tempo, um elemento de inclusão e de exclusão. De inclusão, em primeiro lugar, pois demarcam geograficamente o perímetro de uma nação, de uma

¹⁰ Tradução livre da autora. No original: “International migration processes call into question the cultural basis of a state’s identity.”

¹¹ Tradução livre da autora. No original “The ability of states to maintain control over their borders and to formulate a coherent national identity are arguably necessary preconditions for the maintenance of state security in other areas.”

identidade, de uma cultura. De exclusão, pois são igualmente elementos de separação e de barreira entre cada Nação e as suas congéneres.

A definição de uma política de imigração deve então promover um multiculturalismo pacífico mas também, como refere Matthew Mitchell (2012:7), permitir equilibrar o imperativo de preservar a identidade e segurança nacional e a necessidade de acolher mão-de-obra estrangeira.

No âmbito do nosso estudo, a questão da relação entre migrações e fronteiras é enquadrada por um contexto particular, pois pretende-se analisar um fluxo entre dois países membros da União Europeia, cuja especificidade é justamente a ausência de fronteiras internas à circulação. De facto, desde 1999, os cidadãos dos países membros da União Europeia podem circular livremente entre as fronteiras internas do espaço Schengen. Importa no entanto referir que nem todos os países da União Europeia integram o espaço Schengen, caso do Chipre, da Bulgária e da Roménia mas também do Reino Unido e da Irlanda. Por outro lado, alguns países, como a França, praticam ainda controlos informais, e são palco de controlos pontuais de identidade nos comboios cujas linhas se aproximam da fronteira espanhola, em conformidade com o artigo 78-2 do Code de Procédure Pénale francês. Em 2011, tanto a França como a Itália consideraram mesmo um restabelecimento temporário do controlo das fronteiras internas de forma a fazer face a “dificuldades excepcionais na gestão das fronteiras exteriores comuns”¹²(Berlusconi & Sarkozy, 2011).

Não nos cabe aqui rever ou comentar o processo criador desta liberdade de movimento mas sim ilustrar de forma breve em que medida este fator transforma as migrações internacionais no contexto europeu. Como argumenta James F. Hollifield, “[a] Comunidade Europeia funciona como um ténue regime internacional relativo à migração a nível regional”¹³ (Hollifield, 1992: 587), uma noção que podemos clarificar ao distinguir a migração intra-europeia de cidadãos dos países membros e a migração de cidadãos não-europeus para os países membros. Enquanto a primeira conhece um primeiro esboço no sentido de instaurar o livre movimento desde a década de 1970, a segunda é ainda alvo de variadas restrições e de cooperação limitada entre os governos dos países membros. A imagem é então de uma Europa cujos países membros se reagrupam formando uma só fortaleza, a qual patrulha e mantém cuidadosamente a sua fronteira exterior.

¹² Tradução livre da autora. No original: “la possibilité de rétablir temporairement le contrôle aux frontières intérieures en cas de difficultés exceptionnelles dans la gestion des frontières extérieures communes [...]”

¹³ Tradução livre da autora. No original: “[the] European Community functions as a weak international regime for migration at the regional level”

Esta (quase) ausência de barreiras interiores à circulação resulta igualmente numa proliferação de fluxos migratórios temporários ou permanentes entre os países da União Europeia, sem que estes sejam controlados ou mesmo, por vezes, recenseados. A simples iniciativa individual de cada migrante permite-lhe atravessar as fronteiras do seu país para se instalar noutra, podendo igualmente viajar ou voltar livremente para o seu país de origem. Num período inferior a três meses, a única obrigação que se impõe ao cidadão europeu que emigra para outro país dentro da União Europeia é a posse de documentos de identidade válidos. Quando a estadia se prolonga por mais de três meses, o direito de residência está sujeito a condições mínimas tais como a prática de uma atividade económica (emprego) ou, caso contrário, a existência de recursos económicos e cobertura em termos de segurança social de forma a garantir que a presença do cidadão no país de acolhimento não constitui uma sobrecarga para os serviços sociais desse mesmo país. Os Estados-membros podem ainda, passado um período inicial de três meses, exigir aos cidadãos europeus não-nacionais que estes se registem junto das autoridades nacionais competentes. O direito de residência permanente é adquirido após cinco anos de residência legal e ininterrupta (União Europeia, 2004).

Podemos então arguir que esta livre circulação é simultaneamente causa e consequência de um enfraquecimento da soberania estatal sobre os seus cidadãos, em proveito de um sistema, onde as esferas supranacional (as instâncias de decisão da União Europeia) e transnacional (os próprios cidadãos que, individualmente, tecem as suas vidas entre dois ou mais países) ganham relevância. Esta esfera transnacional interessa-nos particularmente pois, citando Saara Koikkalainen, “[e]nquanto área de 27 países com mais de 500 milhões de habitantes, a União Europeia é atualmente o melhor laboratório de pesquisa a nível mundial no que toca à migração transnacional legal”¹⁴ (Koikkalainen, 2011:1).

Se nos debruçarmos mais à frente sobre este conceito de migração transnacional, importa antes de mais clarificar o lugar que ocupa o próprio conceito de “transnacional” e a teoria formulada a partir dele, denominada “transnacionalismo”, na disciplina das Relações Internacionais.

1.3 – O conceito de transnacionalismo em Relações Internacionais

No âmbito das Relações Internacionais, a corrente teórica do transnacionalismo insere-se, primeiramente, no conjunto de perspetivas racionalistas (assumindo, portanto, os

¹⁴ Tradução livre da autora. No original “As an area of 27 countries with more than 500 million inhabitants, the European Union is currently the world’s best research laboratory on legal, transnational migration.”

mesmos dois postulados de base da visão liberal e realista) e igualmente na categoria de teorias cuja unidade de análise fundamental não é o Estado-Nação (*non state centered*). Assim, o transnacionalismo, tal como o neoliberalismo, não considera o Estado-Nação como sendo o ator principal, mas apenas como um ator entre vários. A unidade de análise do transnacionalismo é o indivíduo: “Efetivamente, [...] os transnacionalistas têm como ponto de partida a mesma unidade fundamental de análise que os liberais, ou seja, o indivíduo, agindo individualmente ou em grupo [...]”¹⁵ (Battistella, 2009: 151).

Assemelhando-se em vários pontos à teoria liberalista, o transnacionalismo é referido em alguns manuais (Battistella, 2009; Jackson e Sorøsen, 1999) e por alguns autores (Nye, 1988; Zacher e Matthews, 1995) como sendo uma subcorrente desta teoria. De facto, em 1970, um colóquio sobre o tema “Relações transnacionais e política mundial” foi organizado por Robert Keohane e Joseph Nye, dois autores considerados fundadores da corrente neoliberal. A intenção era de desviar as relações internacionais da tradicional perspetiva centrada no Estado-Nação e nas relações inter-estatais e, no seu lugar, focar-se nas relações transnacionais: “contactos, coligações e interações transfronteiriças que não são controladas pelos órgãos centrais da política externa dos governos”¹⁶ (Keohane e Nye, 1972:39).

Sete anos mais tarde, os mesmos autores exploram de forma mais aprofundada a noção de relações transnacionais na obra “Power and Interdependence” (Keohane e Nye, 1977), na qual introduzem o conceito de “interdependência complexa”. Nesta perspetiva, existem três tipos de atores (governamentais, infra-estatais e não estatais), os quais estabelecem entre si três tipos de relações (inter-estatais, transgovernamentais e transnacionais). A este esquema, acrescentam a ausência de hierarquia entre as diferentes áreas da política mundial e constataam a diminuição do papel da força militar na resolução de questões não militares, o que dá origem a uma situação de interdependência assimétrica entre os diferentes atores, variável, consoante a questão que é tratada (Keohane e Nye, 1977:20-32).

Em 1992, Bertrand Badie e Marie-Claude Smouts definiam “relações transnacionais” como “toda a relação que, deliberadamente ou de forma aleatória, se constrói no espaço mundial fora do contexto estatal nacional e que toma forma escapando pelo menos

¹⁵ Tradução livre da autora. No original : “En effet, si les transnationalistes ont pour point de départ la même unité fondamentale d’analyse que les libéraux, à savoir, l’individu, agissant seul ou en groupe [...]”

¹⁶ Tradução livre da autora. No original: “transgovernmental relations, or international relationships between government officials that are not controlled or closely guided by the policies of the cabinets or chief executives of those governments”.

parcialmente ao controlo e à mediação dos Estados-Nação”¹⁷ (Badie e Smouts, 1992:66). As semelhanças com a definição de Keohane e Nye são evidentes: é destacado o conceito de relação extra-nacional (“transfronteiriça” nas palavras de Keohane e Nye, “fora do contexto estatal nacional” para Badie e Smouts) e a ausência de controlo por parte da esfera estatal. Badie e Smouts vêm no entanto completar a definição de Keohane e Nye, relativizando-a e precisando-a (“deliberadamente ou de forma aleatória”, “escapando pelo menos parcialmente”) e incluindo a noção de relação construída “no espaço mundial”.

O fenómeno de globalização, que tem marcado as últimas décadas, tem consequências ambivalentes sobre a evolução dos fenómenos migratórios. Por um lado podemos afirmar que, para os cidadãos dos países desenvolvidos, assiste-se a um fenómeno de esbater das fronteiras entre Estados-Nação, promovido pelo desenvolvimento dos transportes e das comunicações. Por outro lado, o proliferar dos conflitos armados e das crises económicas nos países em desenvolvimento fomenta a emigração Sul-Norte, ao mesmo tempo que nos países desenvolvidos a instabilidade económica alimenta a xenofobia e leva a uma securitização das fronteiras. O exemplo da fronteira entre a União Europeia e a região do Magreb ilustra este paradoxo. Assim, existe uma disparidade clara entre a amplitude de possibilidades de mobilidade que se oferecem aos cidadãos dos países desenvolvidos e aquelas das quais podem beneficiar os cidadãos de países em desenvolvimento. Assistimos assim atualmente “à emergência de uma elite transnacional, um novo estrato de ‘proprietários ausentes’, livres de escapar às consequências das suas ações, enquanto a maioria das pessoas são condenadas a continuar ‘locais’. Esta disparidade de oportunidades de vida reflete as diferenças em termos de mobilidade, novo fator de estratificação, e é um marco da desigualdade global” (Bauman, 1999 *apud* El-Ojeili & Hayden, 2006:75)¹⁸.

Globalmente, os fenómenos migratórios escapam cada vez mais ao controlo e à supervisão estatal, sendo ao invés influenciados pela ação de instituições internacionais ou, ao contrário, locais, assim como pela iniciativa individual dos migrantes. As migrações internacionais enquadram-se, por excelência, na definição de “relações transnacionais” e isto de forma cada vez mais evidente à medida que certas fronteiras se diluem (embora outras se reforcem) e que a autoridade dos Estados-Nação sofre os efeitos da globalização.

¹⁷ Tradução livre da autora. No original: “ toute relation qui, par volonté délibérée ou par destination, se construit dans l'espace mondial au-delà du cadre étatique national et qui se réalise en échappant au moins partiellement au contrôle ou à l'action médiatrice des États”.

¹⁸ Tradução livre da autora. No original: “witnessing the emergence of a transnational elite, a new stratum of ‘absentee landlords’ who are free to escape the consequences of their actions, while the bulk of people are condemned to remain as locals. This disparity in life chances reflects the differentials in terms of the new stratifying factor of mobility and is a sign of global inequality”

Parece-nos que as migrações internacionais se adequam a esta perspectiva transnacional, focada no indivíduo e nas relações que este estabelece de forma transfronteiriça, o que nos permite supor que o transnacionalismo fornece o quadro teórico mais apropriado para explicar e compreender o fenómeno das migrações internacionais e especificamente as formas que este assume atualmente. Assim, defendemos que um estudo da natureza do nosso é pertinente no âmbito da disciplina das Relações Internacionais tendo em conta que a corrente transnacionalista no seio desta mesma disciplina se concentra sobre as “relações, contactos, coligações e interações transfronteiriças que não são controladas pelos órgãos centrais da política externa dos governos” (Keohane e Nye:1972:39).

Cabe-nos agora confirmar esta suposição, clarificando este mesmo quadro através da revisão sumária da bibliografia respeitante às migrações internacionais na ótica do transnacionalismo.

1.4 – O conceito de transnacionalismo aplicado às migrações internacionais: principais autores e conceitos

Smith e Guarnizo distinguem dois tipos de transnacionalismo: “from above” e “from below” (Smith e Guarnizo, 1998). O primeiro diz respeito às atividades transnacionais praticadas pelos Estados e por organizações e empresas internacionais. O segundo, que nos interessa particularmente no âmbito deste estudo, designa as iniciativas levadas a cabo por cidadãos comuns de forma a estabelecer ligações duráveis que ultrapassam as fronteiras nacionais. O transnacionalismo migratório, centrado sobre as práticas individuais dos migrantes, enquadra-se neste último e é portanto sobre ele que se debruça a nossa análise

O conceito de “transnacionalismo” migratório, no sentido em que é usado atualmente e no contexto deste trabalho, foi introduzido por Randolph S. Bourne em 1916, o qual observou que certos imigrantes residentes nos Estados Unidos estabeleciam no seu quotidiano diversas relações com os respetivos países de origem, particularmente através do envio de remessas monetárias. Esta observação levou Bourne a qualificar a existência de “diversos sentimentos nacionalistas entre as nossas populações estrangeiras”¹⁹, como um fenómeno sem precedentes, que o autor descreve como “a especificidade deste nosso transnacionalismo” (Bourne, 1916:86-97).

A partir desta referência, podemos facilmente deduzir que o transnacionalismo não é, em si, um fenómeno novo. No entanto, desde a década de 1980, o fenómeno da globalização

¹⁹ Tradução livre da autora. No original: “diverse nationalistic feelings among our great alien population”, “the uniqueness of this transnationalism of ours”.

tem provocado transformações várias, tais como revoluções a nível dos meios de transporte e das comunicações que, a seu turno, resultam na compressão das distâncias geográficas e virtuais entre lugares e pessoas. O artigo de Gearóid Ó Tuathail, “The postmodern geopolitical condition: states, statecraft and security at the Millenium”, argumenta que a concepção geopolítica do mundo tem vindo a transformar-se em resultado de diversos fenómenos, passando de uma visão moderna a uma visão pós-moderna. Assim, a crescente globalização das empresas e dos mercados financeiros, a difusão de novas tecnologias de informação e comunicação e o colapso da União Soviética “desafiam e esbatem os limites do sistema interestatal moderno, forjando novos regimes de interligação entre diversas partes do mundo, transformando as relações entre as escalas local, nacional e global, desenvolvendo interacções e comunicações a velocidades sem precedentes e aumentando a interdependência e a vulnerabilidade a riscos globais”²⁰ (Ó Tuathail, 2000:167).

Estas transformações influenciam igualmente o desenrolar das relações internacionais e a primazia do Estado-Nação enquanto ator único na sociedade internacional. Verifica-se nomeadamente o enfraquecimento do poder regulatório do Estado-Nação em favor de novos atores emergentes (empresas multinacionais, por exemplo) e emergem novos padrões de circulação de indivíduos, materiais e capitais, correspondentes ao “relaxamento” das fronteiras entre Estados. É neste contexto de modificação de padrões migratórios e de progressos em matéria de transportes e comunicações que é posto em causa o tradicional modelo de relações internacionais cujo centro e cuja escala é o Estado-Nação. É igualmente neste contexto que o transnacionalismo ganha destaque na área académica das ciências sociais.

Segundo Peggy Levitt,

as ligações que os migrantes mantêm atualmente com os seus países de origem diferem daquelas que eram mantidas no passado pois as primeiras ocorrem num contexto cultural mais tolerante relativamente ao pluralismo étnico.²¹ (Levitt, 2001:203).

Podemos então compreender que o crescente pluralismo étnico, resultante da circulação acrescida de indivíduos entre os diferentes Estados, promove igualmente uma

²⁰ Tradução livre da autora. No original: “[These interrelated processes] openly challenge and confound the boundaries of the modern interstate system by forging new regimes of interconnectedness between places across the globe; transforming scalar relationships between the local, national and global; introducing unprecedented speeds of interaction and communication; and creating heightened interdependences and vulnerabilities to dangers across the globe”.

²¹ Tradução livre da autora. No original: “[...] homeland connections sustained by migrants today differ from those in the past because they are forged within a cultural context more tolerant of ethnic pluralism.”

maior liberdade de expressão por parte dos migrantes, permitindo-lhes relacionar-se abertamente com o seu país de origem.

Nas palavras de Ted Lewellen, o transnacionalismo atual, no contexto de um mundo globalizado, difere do que poderia ser chamado de transnacionalismo anteriormente:

(1) ‘as vidas são vividas através das fronteiras’ com uma grande intensidade de interações sociais e económicas contínuas, possibilitadas pelas deslocações rápidas e pela comunicação instantânea. (2) O transnacionalismo é um efeito algo recente do mercado de trabalho flexível, possibilitado pela internalização da produção capitalista e da finança. (3) O transnacionalismo cria um novo tipo de identidade imigrante, uma combinação híbrida de elementos do país de origem e do país de acolhimento, que requerem que o investigador desenvolva novos métodos e novos conceitos para examinar a identidade. (4) Com o tempo, o transnacionalismo torna-se cada vez mais independente das suas condições originais, à medida que os migrantes ganham conhecimento e adquirem capital cultural e que as redes sociais se reformulam e se expandem. (5) Os migrantes transnacionais desenvolvem novos modos de resistência – comunidades de diáspora, instituições interestatais, redes de apoio e poder político para se defender do seu estatuto de minoria no país de acolhimento e das assimetrias do mercado global.²² (Lewellen, 2002:152)

No artigo “Theorizing transnational migration: a review of current efforts”, Peter Kivisto (2001, 551) distingue três fases na evolução da conceção de transnacionalismo (1) a primeira abordagem, com os trabalhos pioneiros de Nina Glick Schiller, Linda Basch e Cristina Blanc-Szanton, (2) a contribuição de Alejandro Portes, com incidência no estudo da segunda geração de emigrantes e (3) a articulação teórica mais completa, fruto do trabalho de Thomas Faist. Guiar-nos-emos neste ponto por esta revisão bibliográfica, simultaneamente sucinta e completa, de forma a apresentar os autores e modelos mais influentes na área do transnacionalismo migratório. Relembramos no entanto que, tanto os autores mencionados como outros se têm debruçado sobre a questão do transnacionalismo utilizando diferentes conceitos como “transnational communities” (Vertovec, 1999), “transnational spaces” (Faist, 2000), “transnational social fields” (Basch *et al.*, 1994), “transnationalism” (Portes *et al.*, 1999) e “transnational involvement” (Snell *et al.*, 2006). Todos estes conceitos se referem à mesma realidade, ou seja, atividades, processos e redes transfronteiriças.

O ponto de partida da bibliografia respeitante a este conceito, no quadro das migrações internacionais, é uma conferência sobre o transnacionalismo organizada em 1990

²² Tradução livre da autora. No original: “(1) ‘lives are lived across borders’ with a high intensity of ongoing social and economic interactions made possible by cheap and rapid travel and by instantaneous communication. (2) Transnationalism is a fairly recent effect of the flexible job market made possible by the internationalization of capitalist production and finance. (3) Transnationalism creates a novel type of immigrant identity, a hybrid combination of both home and host requiring researcher develop new methods and new concepts to examine identity. (4) Over time transnationalism becomes increasingly independent of its original conditions, as migrants gain knowledge and acquire cultural capital and social networks are reformulated and expanded. (5) Transnational migrants develop new modes of resistance – diaspora communities, interstate institutions, support network, and political power to defend against their minority status in the host country and against asymmetries in the global marketplace.”

pelas investigadoras Nina Glick Schiller, Linda Basch e Cristina Blanc-Szanton. Dois anos mais tarde, as mesmas publicam uma coleção dos artigos redigidos no âmbito da conferência, sob o nome “Towards a Transnational Perspective on Migration”. Desta coleção faz parte o artigo precursor “Transnationalism: A New Analytic Framework for Understanding Migration”. Nele, as autoras começam por defender a necessidade de estabelecer uma nova visão do processo de migração, estudado até ao momento como implicando a destruição das raízes que ligam o indivíduo do seu país de origem (*uprooting*) para, no seu lugar, criar ligações ao país de acolhimento (Glick Schiller *et al.* 1992b). Ao invés, Glick Schiller, Basch e Blanc-Szanton constataam que

Um novo tipo de população migrante emerge, composta por aqueles cujas redes, atividades e padrões de vida englobam tanto a sociedade de origem como a de acolhimento. As suas vidas atravessam as fronteiras nacionais e reúnem duas sociedades num só campo social.²³ (Glick Schiller *et al.*, 1992b:1)

É neste contexto que as autoras introduzem dois novos conceitos, o de transnacionalismo, que designa as interações estabelecidas através (utilizamos aqui “através” como sinónimo de “*across*”) das fronteiras nacionais, e o de transmigrante, que qualifica os migrantes que estabelecem e mantêm estas interações:

Apelidámos esta experiência migrante de “transnacional” para dar ênfase à emergência de um processo social no qual os migrantes estabelecem campos sociais que atravessam fronteiras geográficas, culturais e políticas. Os imigrantes são transmigrantes quando desenvolvem e mantêm múltiplas relações – familiares, económicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas – que atravessam fronteiras.²⁴ (Glick Schiller *et al.*, 1992a: ix)

Esta nova conceção do migrante transnacional é um ponto de partida para uma terceira via, diferente da tradicional dicotomia entre assimilação total no país de acolhimento e retorno ao país de origem, como explica Ruba Salih:

O transnacionalismo permite compreender os migrantes como já não estando presos numa armadilha entre assimilação ou nostalgia e o “mito do retorno”. Ao invés, argumenta-se que os migrantes são cada vez mais capazes de construir as suas vidas através das fronteiras, criando atividades económicas, sociais, políticas e culturais que lhes permitem continuar a pertencer simultaneamente ao seu país de acolhimento e ao país de origem.²⁵ (Salih, 2002: 51)

²³ Tradução livre da autora. No original: “a new kind of migrating population is emerging, composed of those whose networks, activities and patterns of life encompass both their host and home societies. Their lives cut across national boundaries and bring two societies into a single social field. [...]”

²⁴ Tradução livre da autora. No original: “We called this immigrant experience “transnationalism” to emphasize the emergence of a social process in which migrants establish social fields that cross geographic, cultural, and political borders. Immigrants are understood to be transmigrants when they develop and maintain multiple relations- familial, economic, social, organizational, religious, and political- that span borders”

²⁵ Tradução livre da autora. No original: “Transnationalism allows an understanding of migrants as no longer caught in the trap between either assimilation or nostalgia and the ‘myth of return’. Rather, it is argued, migrants are more and more able to construct their lives across borders, creating economic, social, political and cultural

Glick Schiller, Basch e Blanc-Szanton esboçam igualmente neste artigo precursor um quadro analítico transnacional, uma inovação relativamente às tradicionais perspectivas nacional ou global. Uma visão transnacional é necessária, segundo as autoras, de forma a ultrapassar a tradicional ótica centrada no Estado-Nação enquanto unidade de análise, a qual não permite explicar e compreender a dinâmica da migração atual:

Só uma visão do mundo como um só sistema social e económico nos permite compreender as implicações das descrições de novos padrões de experiência migrante que têm emergido em diferentes partes do mundo. [...] Um foco no transnacionalismo como um novo campo de relações sociais permitir-nos-á explorar os campos de ação e significado transnacional tal como eles operam dentro e entre estados-nação e enquanto reação às condições e termos que os Estados-nação impõem às suas populações. [...] Esta abordagem possibilitar-nos-á observar a experiência migratória em curso, analisar as suas origens, monitorar as transformações ocorrentes e ver como elas afetam tanto o país de origem como o de residência.²⁶ (Glick Schiller *et al.*, 1992:19)

Em 1994, as mesmas autoras propõem, num livro intitulado “Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments, and Deterritorialized Nation-States” uma outra definição de transnacionalismo, a qual é hoje usada pela maioria dos autores neste campo: “Transnacionalismo enquanto processo pelo qual os imigrantes forjam e mantêm relações sociais de vários tipos que ligam entre si a sociedade de origem e a de acolhimento”²⁷ (Basch *et al.*, 1994:7).

Três causas são apontadas para a transformação de migrante em transmigrante: a reestruturação do capital e a subsequente deterioração das condições sociais e económicas, tanto nos países de origem como nos de acolhimento, impedindo os migrantes de se instalar duravelmente ou definitivamente num só território; a existência de racismo nas sociedades de acolhimento, que fragiliza a situação dos migrantes e dos seus descendentes; os projetos de *nation-building* por parte dos países de origem e de acolhimento, que permitem e encorajam os migrantes a manter uma ligação política, social e afetiva com os dois países.

O livro publicado por Glick Schiller, Basch e Blanc-Szanton em 1994 foca-se em casos concretos que evidenciam e ilustram os dois conceitos propostos em 1992. Resta sublinhar que várias críticas foram apontadas a estes dois artigos pioneiros, nomeadamente a

activities which allow them to maintain membership in both their immigration country and their country of origin.”

²⁶ Tradução livre da autora. No original: “Only a view of the world as a single social and economic system allows us to comprehend the implications of the similar descriptions of new patterns of migrant experience that have been emerging from different parts of the globe. [...] A focus on transnationalism as a new field of social relations will allow us to explore transnational fields of action and meaning as operating within and between continuing nation-states and as a reaction to the conditions and terms nation-states impose on their populations.[...] This approach will enable us to observe the migrant experience in process, analyze its origins, monitor changes within it, and see how it affects both country of origin and countries of residence.”

²⁷ Tradução livre da autora. No original: “Transnationalism as the processes by which immigrants forge and sustain multistranded social relations that link together their societies of origin and settlement”

não consideração de elementos transnacionais presentes nos fluxos migratórios pré-globalização e a ausência de critérios para distinguir, de entre o que as autoras consideram como “novas migrações”, as que são efetivamente transnacionais das que não o são.

É nestes pontos, entre outros, que se centra a reformulação proposta pelo sociólogo Alejandro Portes, autor de vários estudos sobre a imigração nos Estados Unidos e principal responsável pela difusão e popularização do termo “transnacionalismo”, em conjunto com Luis Guarnizo e Patricia Landolt. A sua definição do conceito apresenta algumas diferenças fundamentais em relação ao trabalho de Glick Schiller *et al.* como o uso do termo “migrante” no lugar de “transmigrante” (o autor considera que os dois refletem a mesma realidade) e a limitação da aplicação do termo “transnacional” às atividades que envolvem uma relação social transfronteiriça contínua e duradoura (Portes *et al.*, 1999). Se por um lado Portes e os seus colegas restringem desta forma a população abrangida pelo adjetivo “transnacional”, uma outra divergência prende-se com o carácter recente do transnacionalismo enquanto modelo de migração. A este propósito, os autores distanciam-se relativamente às precursoras do estudo do transnacionalismo migratório:

Enquanto os movimentos dos migrantes entre país de origem e de acolhimento sempre existiram, só recentemente é que eles adquiriram a massa crítica e a complexidade necessária para que se fale de um campo social emergente. Este campo é composto por um número crescente de pessoas que vivem vidas duplas: falando duas línguas, tendo casas em dois países e vivendo através de contactos contínuos e regulares através das fronteiras nacionais.²⁸ (Portes, *et al.* 1999:217)

No seu artigo “Theorizing transnational immigration: a critical review of current efforts”, Peter Kivisto resume o argumento de Portes e dos seus colegas relativamente a este aspeto:

ao invés de afirmar que, precedentemente, os imigrantes não tinham o desejo de se envolver nas questões relativas ao seu país de origem, o argumento de Portes é que, o que torna a situação contemporânea diferente é o fato das melhorias nos canais de comunicação e nos sistemas de transporte tornar possível aos imigrantes realizar mais rapidamente esse desejo.²⁹ (Kivisto, 2001:558)

O trabalho de Portes *et al.* constrói uma tipologia que distingue dois níveis (diferenciação vertical) e três categorias (diferenciação horizontal) de transnacionalismo. Verticalmente, diferencia dois níveis de transnacionalismo relativamente ao grau de

²⁸ Tradução livre da autora. No original: “While back and forth movements by immigrants have always existed, they have not acquired until recently the critical mass and complexity necessary to speak of an emergent social field. This field is composed of a growing number of persons who live dual lives: speaking two languages, having homes in two countries, and making a living through continuous regular contact across national borders”.

²⁹ Tradução livre da autora. No original “rather than claim that earlier immigrants lacked a desire to be involved in homeland issues, Portes’ argument is that what makes the situation different today is that improved communication channels and transportation systems make it possible to act more readily on that desire.”

institucionalização, distinguindo as práticas levadas a cabo por atores institucionais tais como Estados e corporações (*high institutionalization*) daquelas realizadas pelos migrantes (*low institutionalization*). Horizontalmente, os autores identificam três tipos de transnacionalismo, aos quais correspondem diferentes tipos de práticas: económico, político e sociocultural. A tabela que reproduzimos aqui fornece alguns exemplos de práticas transnacionais, classificadas de acordo com a tipologia construída:

Figura 1 - Tipologia de práticas transnacionais segundo Portes, Guarnizo e Landolt

		Sector		
		Economic	Political	Socio-cultural
Level of institutionalization	Low	<ul style="list-style-type: none"> – Informal cross-country traders – Small businesses created by returned immigrants in home country – Long-distance circular labour migration 	<ul style="list-style-type: none"> – Home town civic committees created by immigrants – Alliances of immigrant committee with home country political associations – Fund raisers for home country electoral candidates 	<ul style="list-style-type: none"> – Amateur cross-country sport matches – Folk music groups making presentations in immigrant centres – Priests from home town visit and organize their parishioners abroad
	High	<ul style="list-style-type: none"> – Multinational investments in Third World countries – Development for tourist market of locations abroad – Agencies of home country banks in immigrant centres 	<ul style="list-style-type: none"> – Consular officials and representatives of national political parties abroad – Dual nationality granted by home country governments – Immigrants elected to home country legislatures 	<ul style="list-style-type: none"> – International expositions of national arts – Home country major artists perform abroad – Regular cultural events organized by foreign embassies

Fonte: Portes, Guarnizo e Landolt, (1999:222),

A distinção entre práticas económicas, políticas e socioculturais é adotada por outros autores, os quais utilizam esta tipologia ou se concentram numa das três dimensões para analisar o transnacionalismo das suas comunidades de estudo. Assim, em 2003, Eva Østergaard-Nielsen (2003:762) apresenta uma definição das práticas transnacionais políticas, fornecendo exemplos destas mesmas práticas: “variadas formas de participação direta e transfronteiriça dos migrantes e refugiados na política do país de origem (como votar e apoiar partidos políticos, participar em debates na imprensa), bem como participação indireta através das instituições políticas do país de acolhimento (ou organizações internacionais)”³⁰.

Sem fornecer uma definição precisa das práticas transnacionais económicas, Luis Guarnizo (2003) apresenta no seu artigo “The Economics of Transnational Living” vários

³⁰ Tradução livre da autora. No original: "various forms of direct cross-border participation in the politics of their country of origin by both migrants and refugees (such as voting and other support to political parties, participating in debates in the press), as well as their indirect participation via the political institutions of the host country (or international organizations)".

exemplos de atividades que se incluem nesta categoria: envio de remessas, empreendedorismo, apoio financeiro a projetos de desenvolvimento do local, região ou país de origem, investimentos no país de origem, consumo de produtos nacionais.

No que toca às práticas transnacionais socioculturais, no artigo “Immigrant Incorporation and Sociocultural Transnationalism”, Jose Itzigsohn e Silvia Saucedo (2002:768) definem-nas como sendo “as que envolvem a recriação de um sentimento de comunidade que liga os migrantes aos que residem ainda no país de origem”³¹. Os autores citam exemplos destas práticas como o financiamento de projetos na cidade de origem, a participação em associações ou festas na cidade de origem ou ainda o envolvimento em organizações de caridade ligadas ao país de origem (*op cit.*:777). Neste artigo, Itzigsohn e Saucedo apresentam ainda três explicações hipotéticas para a variabilidade do grau de transnacionalidade de diferentes comunidades de emigrantes: “Quanto mais forte é a ligação sentimental com o país de origem, mais os emigrantes se dedicam a práticas transnacionais; Quanto maiores são os recursos económicos, mais os emigrantes se dedicam a práticas transnacionais; Quanto mais o emigrante sente que a sua experiência de vida no país de acolhimento é negativa, mais se dedica a práticas transnacionais”³² (*op cit.*:772).

Uma outra tipologia é proposta por José Itzigsohn, Carlos Cabral, Esther Medina e Obed Vázquez, na qual as práticas transnacionais são divididas em categorias de acordo com a intensidade, regularidade e constância. Assim, os autores distinguem “*broad transnationalism*” (regular, frequente e constante) de “*narrow transnationalism*”, o qual designa um recurso limitado e pouco frequente às práticas transnacionais:

a transnacionalidade num sentido restrito [narrow] refere-se aos indivíduos que levam a cabo práticas económicas, políticas, sociais ou culturais que envolvem uma mobilidade regular dentro do campo geográfico transnacional, um grau elevado de institucionalização ou um envolvimento pessoal constante. A transnacionalidade num sentido alargado [broad] refere-se a uma série de práticas materiais e simbólicas que os indivíduos levam a cabo envolvendo uma mobilidade esporádica, um baixo nível de institucionalização ou um envolvimento pessoal ocasional, incluindo mesmo assim ambos os países [de origem e de acolhimento] como pontos de referência. (Itzigsohn *et al.*, 1999:323)³³

³¹ Tradução livre da autora. No original: "Sociocultural transnationalism refers to those transnational linkages that involve the re-creation of a sense of community that encompasses migrants and people in the place of origin".

³² Tradução livre da autora. No original: "The stronger the emotional ties immigrants maintain with the country of origin, the more immigrants will engage in transnational practices. 2. The greater the amount of economic resources, the more immigrants will engage in transnational practices. 3. The more an immigrant perceives his or her experience in the country of reception in negative terms, the more that immigrant will engage in transnational practices."

³³ Tradução livre da autora. No original: "Transnationality in a 'narrow' sense refers to those people involved in economic, political, social, or cultural practices that involve a regular movement within the geographic transnational field, a high level of institutionalization, or constant personal involvement. Transnationality in a

Figura 2 - Tipologia de práticas transnacionais segundo José Itzigsohn, Carlos Cabral, Esther Medina e Obed Vázquez

Transnational practices		
Narrow High Constant Regular	Institutionalization Participation Movement	Broad Low Occasional Sporadic
Transnationality activity	Narrow	Broad
Economic	Transnational firms	Carrying bags full of merchandise on occasional trips
Political	Membership in Dominican political parties in the US	Participating in electoral meetings in the US
Civil-Societal	Membership in Town Committees	Participating in occasional benefit activities for the Dominican Republic
Cultural	Participating in Dominican cultural production from the US	Defining oneself as part of Dominican diaspora

Fonte: Itzigsohn,; Dore; Hernandez & Vasques, (1999:323-324)

Os autores distinguem quatro tipos de práticas: políticas, económicas, sociais e culturais. De acordo com esta tipologia, as práticas transnacionais no sentido restrito são, por exemplo, a criação de empresas ou negócios transnacionais (a nível económico), a pertença e o apoio a partidos políticos do país de origem (a nível político), a participação em “*township committees*”, ou seja, associações criadas por emigrantes oriundos duma mesma localidade (a nível social) e a participação em eventos culturais do país de origem no país de acolhimento (a nível cultural). Paralelamente, a nível das práticas transnacionais, no sentido alargado (“*broad*”), os autores citam o envio de remessas e a circulação informal de bens entre os dois países através das viagens dos emigrantes (a nível económico); o interesse pela atualidade política do país de origem e do país de acolhimento, a participação eleitoral e a aquisição da dupla nacionalidade (a nível político), a participação ocasional em eventos em benefício do país de origem (a nível social) e o sentimento de pertença a uma diáspora (a nível cultural).

Uma outra visão é proposta por Thomas Faist, o qual apresenta a sua própria definição de transnacionalismo: “[...] combinações de laços sociais e simbólicos, posições em redes e organizações e redes de organizações que podem ser encontradas em pelo menos dois

‘broad’ sense refers to a series of material and symbolic practices in which people engage that involve only sporadic physical movement between the two countries, a low level of institutionalization, or just occasional personal involvement, but nevertheless includes both countries as reference points.

sítios geograficamente e internacionalmente distintos”³⁴ (Faist, 1998: 216). Com efeito, em 2000, o autor publica “The Volume and Dynamics of International Migration and Transnational Social Spaces”, onde articula e sistematiza a sua conceção do transnacionalismo e desenvolve o paradigma do espaço social transnacional. Este paradigma resulta, segundo Faist (2000), da evolução de dois paradigmas anteriores: o modelo *push and pull* e o modelo centro-periferia. A combinação destes dois fatores promove, segundo este modelo, a emigração do país de origem (*push*) e a imigração para o país de acolhimento (*pull*). Sucedendo ao modelo *push and pull*, o modelo centro-periferia vê o processo de migração como um sistema e procura identificar as variáveis que contribuem para a criação e manutenção deste sistema.

Na conceção de Faist, o transnacionalismo migratório revoluciona o sistema das migrações ao permitir que dois Estados-Nação constituam um só espaço social. Esta noção de espaço social corresponde à ideia de construção social, em que a sociedade é criada e transformada pelos que dela fazem parte. O autor distingue três tipos de espaços sociais transnacionais de acordo com o nível de intensidade das atividades transnacionais praticadas: (1) “grupos de afinidade”, baseados em laços de reciprocidade (caso das remessas), (2) circuitos transnacionais, os quais requerem vínculos de troca (caso de redes de troca de bens) e por último (3) comunidades transnacionais, as quais se baseiam na solidariedade entre os que partilham uma mesma conceção de identidade coletiva³⁵ (Faist, 2000:202-210). Não obstante a complexidade do pensamento de Faist, podemos reter como contribuição essencial a sua visão da migração transnacional enquanto criadora de um “novo território”, simbólico e não material, o qual, englobando tanto a sociedade de origem como a de acolhimento, é fundamentalmente diferente das duas. É interessante referir aqui que, utilizando precisamente o conceito proposto por Faist, Aline Schiltz analisa na sua tese de doutoramento “Migrations et développement dans un espace politique changeant - Analyse de la mobilité intra-européenne entre le Portugal et le Luxembourg” o espaço social transnacional luso-luxemburguês criado entre o Luxemburgo e a concelho de Mortágua (Schiltz, 2013:249).

Julgamos ainda necessário citar o artigo de Sarah J. Mahler, “Constructing international relations: The role of transnational migrants and other non-state actors”, publicado em 2000 na revista “Identities: Global Studies in Culture and Power”, o qual analisa as novas formas de agência que os emigrantes adquirem e o seu impacto sobre as

³⁴Tradução livre da autora. No original : “[...] combinations of social and symbolic ties, positions in networks and organizations and networks of organizations that can be found in at least two geographically and internationally distinct places”

³⁵ Tradução livre da autora. No original: “kinship groups, transnational circuits e transnational communities”.

relações internacionais. A autora menciona por exemplo a existência de associações locais e de organizações políticas tais como movimentos sociopolíticos ou mesmo partidos políticos transnacionais, que se investem na criação de campanhas políticas transnacionais, destinadas a defender e promover os direitos das populações emigrantes no país de acolhimento ou mesmo no país de origem. Outro aspeto destacado é o papel dos retornados (emigrantes que voltam a instalar-se definitivamente no país de origem) na promoção do desenvolvimento económico e social do seu país de origem, através das “remessas sociais”, conceito cuja definição é dada por Peggy Levitt “ideias, comportamentos, identidades e capital social que fluem do país de acolhimento para o país de origem das comunidades migrantes” (Levitt, 1998 *apud* Mahler,2000:214)³⁶.

Por último, Mahler analisa o impacto involuntário nas relações entre os Estados-Nação provocado pela emigração em massa. De forma a ilustrar esta noção, a autora utiliza o exemplo da emigração salvadorenha para os Estados-Unidos durante a guerra civil (entre 1979 e 1992), mal acolhida pelo presidente norte-americano Ronald Reagan. Este fluxo contínuo de emigração esteve na origem do “Immigration Reform and Control Act” em 1986, que previa a aplicação de sanções aos trabalhadores emigrantes ilegais, caso da maioria dos emigrantes salvadorenhos. O receio por parte desta população repercutiu-se em El Salvador, levando a que o presidente Napoleon Duarte se deslocasse a Washington para negociar um acordo. Segundo Mahler, esta influência involuntária do movimento migratório sobre as relações entre país de acolhimento e país de origem corresponde ao conceito de “grassroots diplomacy”, que podemos traduzir por “diplomacia de base” (Mahler, 2000:219).

Se apresentamos nesta secção os principais conceitos e autores na área de estudo do transnacionalismo migratório, consideramos que estes não se adequam minimamente à complexidade e especificidade da emigração portuguesa para França, particularmente tendo em conta o contexto em que esta se desenrola atualmente. Assim, procuramos, na próxima secção, identificar as particularidades que singularizam esta emigração como objeto de estudo no âmbito do transnacionalismo migratório.

1.5 – A singularidade da emigração portuguesa para França enquanto objeto de estudo no âmbito do transnacionalismo migratório

A nossa análise, focada nas dinâmicas transnacionais de uma população emigrante a partir do seu país de acolhimento, não é única no seu género. Com efeito, Alejandro Portes,

³⁶ Tradução livre da autora. No original: “ideas, behaviors, identities and social capital that flow from receiving to sending country communities”.

Luis Guarnizo e William Halle consagraram-se em 2003 ao estudo das comunidades colombiana, dominicana e salvadorenha nos Estados-Unidos (Portes, Guarnizo & Halle, 2003), Nina Glick Schiller, Linda Basch e Cristina Blanc-Szanton às comunidades caribenha, haitiana e filipina nos Estados-Unidos igualmente (Glick Schiller, Basch & Blanc-Szanton, 1992), Andy Knight aos imigrantes japoneses instalados no Brasil e no Perú (Knight, 2002), Thomas Lacroix aos marroquinos em França (Lacroix, 2003), Eva Østergaard-Nielsen sobre os imigrantes turcos e curdos em diferentes países europeus (Østergaard-Nielsen, 2003), etc. Assim, podemos constatar que os estudos precedentes se concentram sobretudo em migrações que correspondem a uma ou mais das seguintes categorias:

- ❖ Migrações problemáticas, quer seja pela imagem negativa de certas comunidades de imigrantes no país de acolhimento (caso dos magrebinos em França ou dos turcos na Alemanha) ou pelo carácter ilegal da migração (certos imigrantes mexicanos que atravessam ilegalmente a fronteira com os Estados-Unidos).
- ❖ Migrações com origem em países em desenvolvimento e em direção a países desenvolvidos. Esta disparidade favoriza a criação de um fluxo económico constante entre os dois países, alimentado pelas contribuições dos emigrantes não só às suas famílias mas também a projetos de desenvolvimento económico do país de origem (Lacroix, 2003)
- ❖ Migrações com origem em países onde o regime político é autoritário e em direção a países onde o regime político é democrático, ou entre países que não reconhecem direitos iguais à mesma comunidade, o que pode dar origem a atividades levadas a cabo por uma comunidade de emigrantes no sentido de influenciar e moldar a situação política do seu país de origem ou de obter uma maior representatividade no país de acolhimento (Østergaard-Nielsen, 2003).
- ❖ Migrações entre países geograficamente distantes, o que tende por um lado a restringir a frequência das deslocações entre os dois e por outro lado a favorizar o desenvolvimento de práticas alternativas de forma a manter a ligação ao país de origem (Fong, Cao e Chan, 2010).

Tendo em conta estas três categorias, vemos que, atualmente (ou seja, desde o fim da ditadura e mais especificamente desde a adesão de Portugal à União Europeia e ao Espaço Schengen), a comunidade portuguesa em França representa um objeto de estudo particular e pouco comum na área do transnacionalismo. Com efeito, no que toca à primeira categoria, a emigração portuguesa para França não constitui uma migração problemática: por um lado, ela tem lugar no contexto da livre circulação entre países da União Europeia, e mais precisamente

do espaço Schengen, pelo que é por definição uma migração legal. Por outro lado, os dois países mantêm relações pacíficas e a cooperação a nível de emigração passa sobretudo pelas instituições consulares, o que permite uma gestão pacífica e a aplicação de regras comuns, sobretudo após a adoção em 2004 da Diretiva 2004/38/CE, a qual regula o direito à livre circulação e residência dos cidadãos da União e dos membros das suas famílias. Por fim, a comunidade portuguesa usufrui de uma imagem positiva junto da população francesa, como sublinha Cordeiro (2005:1), que invoca uma comunidade “invisível” e uma estratégia de construção de imagem positiva junto da sociedade francesa através desta mesma invisibilidade.

No que toca à segunda categoria, tanto França como Portugal estão classificados no primeiro quartil do *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano. Assim, mesmo se a França ocupa a vigésima posição e Portugal a quadragésima terceira, os dois países têm um índice superior a 0,8, pertencendo ambos ao conjunto de países mais economicamente desenvolvidos (PMED). Este facto é importante pois, mesmo tendo em conta a situação de crise económica que se vive atualmente em Portugal, podemos considerar que as remessas financeiras dos emigrantes em França são sobretudo destinadas a melhorar a situação económica individual ou familiar e não a promover projetos de desenvolvimento económico do país. É de referir que, no que diz respeito a este ponto, entendemos a noção de “projetos de desenvolvimento económico” como projetos de criação de infraestruturas de base e não como projetos de empreendedorismo empresarial.

Em relação à terceira categoria, importa mencionar que não só o regime político dos dois países é democrático como também as migrações intra-europeias, como é o caso da migração portuguesa para França, são enquadradas por uma política migratória comum que protege os direitos dos migrantes, como sugere a Comissão Europeia em 2007: “Podem votar e candidatar-se à administração local no sítio onde residem. Os trabalhadores migrantes oriundos de países-membros da União Europeia usufruem do direito à igualdade de tratamento no que toca ao emprego, remuneração e outras condições de trabalho, assim como de benefícios sociais e fiscais”³⁷ (Comissão Europeia, 2007:3). Assim, podemos logicamente deduzir que os emigrantes portugueses em França não têm necessidade de se mobilizar politicamente de forma a reivindicar um direito de participação política ou cívica (tanto no

³⁷ Tradução livre da autora. No original: “They can vote and stand for office where they live. EU migrant workers enjoy the right to equality of treatment as regards employment, remuneration and others conditions of work, as well as social and tax advantages”

país de origem como no país de acolhimento) ou de constituir grupos de pressão no sentido de mudar a natureza do regime político português.

Por último, no que diz respeito à proximidade geográfica entre os dois países, esta é claramente considerável e podemos deduzir que ela atua como um fator potenciador de mobilidade dos emigrantes portugueses instalados no território francês. Num artigo intitulado “Elastic migration: the case of Dutch short-distance transmigrants in Belgian and German borderlands”, Henk Van Houtum e Ruben Gielis introduzem o conceito de “*short-distance transmigrants*” para designar os migrantes, instalados em regiões fronteiriças, que vivem no país de acolhimento e ao mesmo tempo trabalham, estudam e fazem compras no seu país de origem. Os autores defendem que este conceito se opõe ao de “*long-distance transmigrants*” (transmigrantes que se instalam em países geograficamente distantes do seu país de origem, o que condiciona habitualmente a manter contato através de meios de telecomunicação como televisão, telefone, e-mail e Internet e/ou visitas ocasionais), que se aplica à maioria das comunidades estudadas no âmbito do transnacionalismo migratório. Os resultados obtidos e analisados no capítulo seguinte permitir-nos-ão situar os migrantes portugueses nesta escala.

Face a estas observações, compete-nos agora precisar as opções metodológicas a que recorreremos no quadro do nosso trabalho e os conceitos e indicadores que consideramos adequados à nossa comunidade de estudo e ao contexto em que esta emigração se desenrola.

Opções metodológicas

Para poder averiguar o grau de transnacionalismo da população escolhida, retemos para a nossa análise a noção de “transmigrante” introduzida por Glick Schiller, Basch e Blanc-Szanton (1992) bem como a tipologia proposta por Portes, Guarnizo e Landolt (1999), na base da qual construímos a grelha de referência que orienta o nosso trabalho. Assim, escolhemos focar-nos especificamente nas práticas realizadas por emigrantes (*low institutionalization*) e adotar a distinção efetuada entre práticas económicas, políticas e transnacionais, escolhendo para cada categoria os indicadores que nos parecem mais relevantes tendo em conta o contexto da emigração portuguesa para França. A tabela que se segue mostra os indicadores escolhidos.

Tabela 1 - Indicadores de práticas económicas, políticas e socioculturais

Económicas	Políticas	Socioculturais
Enviar dinheiro para familiares e/ou amigos em Portugal	Estar inscrito para votar e votar nas eleições portuguesas	Participar em festas e eventos culturais em Portugal

Ter uma profissão ligada a Portugal (empresa que comercializa com Portugal, empresa portuguesa, etc...)	Ter conhecimento da possibilidade de votar e votar nas eleições municipais francesas	Ser membro de uma associação de emigrantes portugueses em França
Ter recorrido a ajuda de contactos portugueses para obter trabalho	Participar em manifestações em Portugal e/ou em França	Deslocar-se regularmente a Portugal
Consumir produtos importados de Portugal (alimentos, livros, etc.)/Frequentar comércio portugueses em França	Ser membro de uma associação de emigrantes portugueses em França	Contactar regularmente com familiares e/ou amigos em Portugal
Levar consigo produtos franceses para oferecer à família/amigos quando se desloca a Portugal	<i>Fonte: Elaboração própria da autora</i>	Participar em festas e eventos culturais portugueses em França
Trazer consigo produtos portugueses no regresso a França		Manter-se a par da atualidade portuguesa

No que toca aos indicadores económicos, escolhemos indicadores destinados a refletir três aspetos. Um primeiro aspeto profissional traduz-se no exercício de uma profissão ligada a Portugal (que nos parece adequado tendo em conta o contexto de contexto europeu de livre concorrência e liberdade de empreendedorismo e a proximidade dos dois países que permite e pode favorecer o desenvolvimento de atividades económicas transfronteiriças) e o uso de redes de contatos portugueses para encontrar trabalho em França (revelador de uma constituição de rede de apoio à integração de novos emigrantes). Um segundo aspeto prende-se com os hábitos de consumo e com a circulação de bens de consumo entre Portugal e França, que julgamos pertinente visto a facilidade de circulação entre os dois países e a disponibilidade de comércio portugueses e produtos portugueses em França. O tradicional aspeto do envio de remessas parece-nos igualmente relevante tendo em conta que este fenómeno é, segundo Guarnizo, o indicador por excelência do transnacionalismo de uma comunidade migrante: “As remessas monetárias tornaram-se de facto a prova mais frequentemente citada e tangível e o instrumento de medição dos laços que ligam os migrantes às respetivas sociedades de origem”³⁸ (Guarnizo, 2003:666).

No que respeita aos indicadores políticos, importa em primeiro lugar mencionar que a “invisibilidade” da comunidade portuguesa é um fenómeno bem documentado, que se traduz numa quase ausência de participação política, de reivindicações, de contestação e de

³⁸ Tradução livre da autora. No original: "Monetary remittances have indeed become the most often-cited, tangible evidence and measuring stick for the ties connecting migrants with their societies of origin".

mobilização. Este fenómeno apelidado de ‘apolitismo’ caracteriza-se, segundo o *Dictionnaire de la Science Politique et des Institutions Politiques*, pela “indiferença dos governados, ou seja, um grau nulo de atenção e de interesse pela vida política e pelos seus atores, debates e regras de funcionamento”³⁹ (Badie *et al.*, 2005: 82). Albano Cordeiro (2004) fala igualmente de uma participação eleitoral sistematicamente marginal, a qual explica tendo em conta quatro fatores: ausência de cultura democrática; oferta e procura reduzidas de informação; uma visão da política como sendo inútil devido à vivência histórica dos portugueses; e dispersão da população portuguesa. O estudo de Malika Ghemmaz (2008) sobre o envolvimento político dos emigrantes portugueses em três países (França, Bélgica e Luxemburgo) refere um desconhecimento do sistema político do país de acolhimento e uma ausência de “competência política subjetiva”, ou seja do sentimento de compreender e participar na vida política. Ghemmaz menciona ainda que os emigrantes portugueses retêm uma noção dos políticos do seu país de origem marcada pela corrupção e por um sentimento de abandono (Ghemmaz, 2008:55).

Este desinteresse estende-se não só à participação política no país de origem (inscrição nas listas de eleitores portugueses no estrangeiro, voto à distância nas diferentes eleições) mas igualmente à possibilidade de participação política proporcionada pela cidadania europeia (eleições europeias e voto nas eleições municipais do país de acolhimento).

Através dos indicadores políticos que seleccionámos, procuramos ainda assim averiguar o nível de informação da nossa população de estudo relativamente ao direito que têm de votar tanto nas eleições portuguesas como nas eleições municipais francesas, bem como o grau de participação efetiva (voto) nestas eleições. No entanto, segundo Cordeiro, “a não participação eleitoral pode esconder comportamentos de responsabilidade cidadã através do associativismo, do sindicalismo, da ação humanitária, da solidariedade e outras formas de altruísmo cívico” (Cordeiro, 2004:56)⁴⁰. Tendo em conta este facto, o associativismo (concretamente, o envolvimento em associações de emigrantes) é utilizado, no âmbito do nosso estudo, como um indicador de participação simultaneamente política e sociocultural e retemos ainda como indicador a participação em manifestações, tanto em Portugal como em França.

³⁹ Tradução livre da autora. No original : “Une indifférence des gouvernés, c’est-à-dire un degré zéro d’attention et d’intérêt à la scène politique, ses acteurs, ses débats, ses règles de fonctionnement”.

⁴⁰ Tradução livre da autora. No original : “[...]la non-participation électorale peut cacher des comportements de responsabilité citoyenne (via l’associationnisme, le syndicalisme, l’action humanitaire, la solidarité envers les autres, et autres formes d’altruisme civique)

Enfim, relativamente aos indicadores socioculturais, tomamos em conta a participação em festas e eventos culturais em Portugal bem como em festas e eventos culturais portugueses em França, a deslocação regular a Portugal (com uma frequência pelo menos anual), o contato regular com familiares e amigos em Portugal (com uma frequência pelo menos mensal) e o facto de se manterem a par da atualidade portuguesa, indicadores que nos parecem ser reveladores de uma ligação a Portugal e de um reforço da identidade nacional.

Ainda no que toca às opções metodológicas, e nomeadamente à recolha de dados, as duas primeiras questões de partida definidas, lembradas abaixo, são respondidas através de métodos diferentes.

I – Em que medida os emigrantes portugueses se dedicam a práticas transnacionais, ou seja, atividades transfronteiriças que permitem e/ou estimulam a ligação do emigrante ao seu país de origem?

Tendo em conta as limitações de tempo e de meios de que dispomos, optámos pelo inquérito por questionário como método de recolha de dados. Segundo Stoetzel e Girard, autores citados por Peres (1999:317), o questionário tem uma dupla função no quadro de um projeto de investigação: “Por um lado, pretende colocar todos os entrevistados na mesma situação psicológica e, por outro, mediante um sistema de notação simples, facilita o exame e assegura a compatibilidade das respostas”. Ghiglione e Matalon (1993:121) afirmam que “por definição, é um instrumento rigorosamente estandardizado, tanto no texto das questões como na sua ordem. No sentido de garantir a compatibilidade das respostas de todos os indivíduos, é absolutamente indispensável que cada questão seja colocada a cada pessoa da mesma forma, sem adaptações nem explicações complementares resultantes da iniciativa do entrevistador”.

Estes autores fazem a distinção entre questionário aberto e questionário fechado: no primeiro, “a formulação e a ordem das questões são fixas mas a pessoa pode dar uma resposta tão longa quanto desejar e pode ser incitada por insistência do entrevistador”; no questionário fechado, “a formulação das questões, a sua ordem e a gama de respostas possíveis são previamente fixadas” (*op. cit.:* 70). Neste estudo, optámos pela administração direta (com a nossa presença durante o preenchimento do questionário) de um questionário aberto, sem definir previamente opções de resposta. Esta escolha permite-nos obter dados quantificáveis mas também recolher as sugestões e opiniões dos inquiridos.

Os questionários são constituídos por oito secções. Na primeira, pretende-se recolher dados gerais sobre as características demográficas dos inquiridos, enquanto a segunda se foca no processo de emigração para França. A secção seguinte, “Vida transnacional” foca-se na frequência dos contactos (telefónicos e outros) com Portugal, das deslocações a este país e da prática da língua portuguesa, bem como no interesse dos emigrantes pela atualidade do seu país. As três secções seguintes dizem respeito, respetivamente, às práticas de carácter político, económico e sociocultural, utilizando os indicadores da tabela acima disposta. A sétima secção é dedicada à ligação do emigrante com Portugal, procurando por exemplo saber até que ponto este se sente apoiado pelo seu país. A última secção é consagrada à “identidade transnacional”, ou seja ao sentimento de pertença ao país de origem e de acolhimento.

II - Que análise fazem os representantes de instituições e associações portuguesas em França relativamente à transnacionalidade dos emigrantes?

Obter uma resposta a esta segunda questão implica o uso de um outro método, adequado ao tipo de informação, mais exaustiva e analítica e menos quantificável, que pretendemos recolher. Neste caso, o nosso objetivo é registar a perceção de dirigentes e responsáveis de diferentes instituições quanto à transnacionalidade dos emigrantes portugueses.

Escolhemos cinco interlocutores segundo as instituições que representam e o seu cargo na estrutura interna destas:

- ❖ António Leão Rocha, ex-Cônsul Geral de Portugal em Bordéus
- ❖ Jorge Silva, funcionário do Serviço social do Consulado de Portugal em Bordéus
- ❖ Ana Maria Torres, conselheira municipal da cidade de Bordéus
- ❖ Carolina Ribeiro, Diretora da agência Millenium BCP *Cours de l'Yser* em Bordéus

Em termos de método de recolha de informações, optámos pelo método de inquérito por entrevista. Este método é, segundo Quivy e Campenhoudt (1998:193), especialmente adequado quando se pretende fazer “a análise do sentido que os atores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se vêem confrontados: os seus sistemas de valores, as suas referências normativas, as suas interpretações de situações conflituosas ou não, as leituras que fazem das suas próprias experiências, etc.” Sendo, “[...] antes de mais, um método de recolha de informações, no sentido mais rico da expressão”, para estes autores, as entrevistas “caracterizam-se por um contacto direto entre o investigador e os seus interlocutores e por

uma fraca diretividade por parte daquele[. O] interlocutor do investigador exprime as suas perceções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências” (*Idem* 1998: 192).

De forma a recolher as opiniões dos inquiridos, optámos por uma entrevista semi-dirigida, utilizando perguntas-guia, relativamente abertas, deixando ao mesmo tempo ao entrevistado exprimir-se livremente sobre a temática e intervindo apenas para redirigir a entrevista para o tema quando necessário.

Síntese

No nosso estudo, concentramo-nos na vivência transnacional dos emigrantes portugueses em França tendo em conta as diferentes particularidades desta comunidade e do contexto em que o processo de emigração se desenrola. A nossa ambição é então de propor uma análise desta comunidade a partir da definição de transmigrante proposta por Glick Schiller, Basch e Szanton-Blanc e da tipologia que referimos acima. É neste sentido que levamos a cabo a nossa investigação junto de emigrantes portugueses em França, e, num segundo momento, de atores institucionais, cujos resultados apresentamos no capítulo que se segue.

II – ANÁLISE DOS DADOS EMPIRICOS RECOLHIDOS

Dedicamos esta parte do trabalho à apresentação da informação recolhida através da aplicação de um questionário aos emigrantes participantes neste estudo (2.1) e das entrevistas realizadas junto dos atores institucionais (2.2), procedendo depois à análise combinada destes dados de forma a responder às questões de partida do nosso trabalho (2.3).

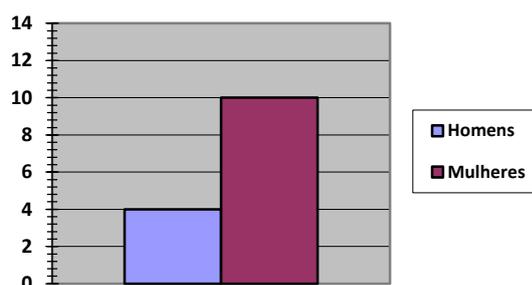
2.1 – INFORMAÇÃO RECOLHIDA ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DE UM QUESTIONÁRIO AOS EMIGRANTES

I Parte: Questões gerais

Sexo

Obtivemos um total de catorze respostas, quatro homens e dez mulheres. Esta distribuição não reflete a distribuição da totalidade dos emigrantes portugueses em França, que traduz uma superioridade numérica da presença masculina: 301 253 homens contra 286 670 mulheres em 2010 (INSEE 2010b). Podemos explicar esta disparidade tendo em conta o facto de os utentes do Consulado serem maioritariamente mulheres cujas profissões permitem uma maior flexibilidade horária.

Gráfico 2 - Distribuição dos inquiridos por sexo.



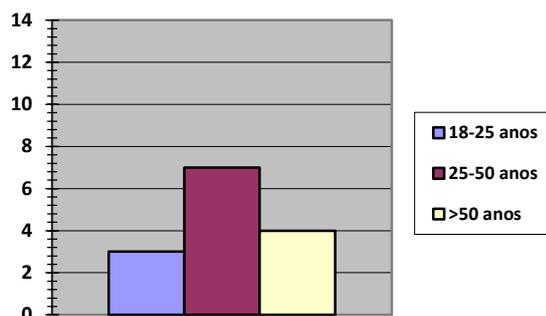
Fonte: *Elaboração própria da autora*

Idade

No que respeita à faixa etária, três dos inquiridos têm entre 18 e 25 anos, sete têm entre 25 e 50 anos e quatro mais de 50 anos. A predominância da faixa etária intermédia prende-se com o facto de os serviços oferecidos pelo Consulado (documentos de identidade, burocracia relacionada com casamentos ou divórcios, registo de crianças, etc...) serem mais

úteis para esta população. Com efeito, os mais jovens têm, em geral, mais disponibilidade para viajar entre Portugal e França, razão pela qual solicitam os seus documentos de identidade em Portugal. Quanto à população mais velha, os documentos de identidade que possui são muitas vezes vitalícios, pelo que não recorrem aos serviços do Consulado com tanta frequência.

Gráfico 3 - Distribuição dos inquiridos por faixa etária

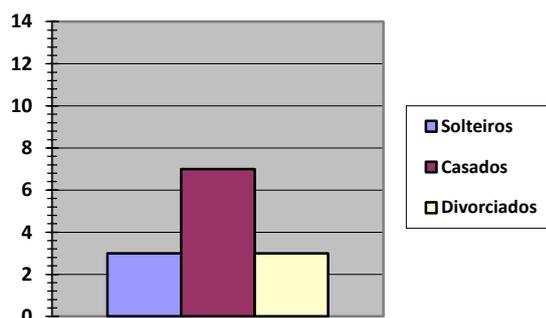


Fonte: Elaboração própria da autora

Estado Civil

Quanto ao estado civil, três dos inquiridos são solteiros, sete são casados e três são divorciados.

Gráfico 4 - Distribuição dos inquiridos por estado civil



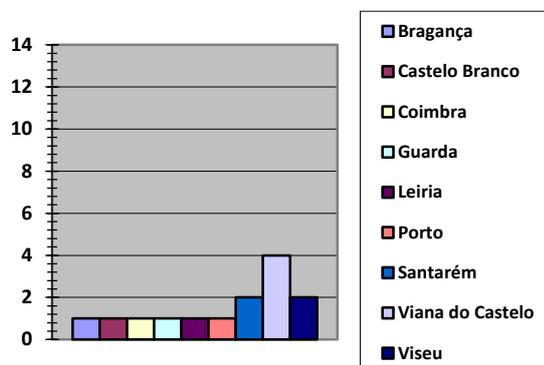
Fonte: Elaboração própria da autora

Qual o seu distrito de origem em Portugal?

No que diz respeito à terra natal, verifica-se uma grande heterogeneidade a nível do distrito de origem: quatro dos inquiridos nasceram em Viana do Castelo, dois em Viseu, dois

outros em Santarém, um em Bragança, um no Porto, um em Guarda, um em Coimbra, um em Leiria e um em Castelo Branco.

Gráfico 5 - Distribuição dos inquiridos por distrito de origem em Portugal

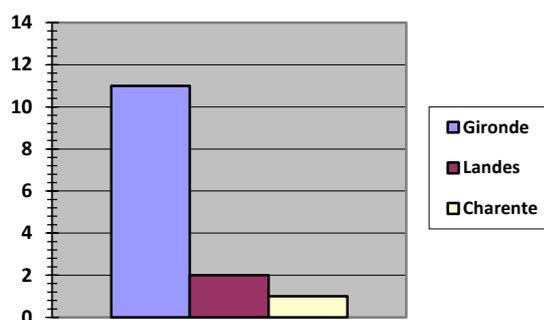


Fonte : Elaboração própria da autora

Onde vive em França?

Treze dos inquiridos vivem na região de Aquitaine (onze no departamento de Gironde e dois no departamento de Landes), razão pela qual se deslocam ao Consulado de Bordéus, que tem por vocação acolher todos os emigrantes aí instalados. O Consulado acolheu no passado emigrantes instalados na região de Charente, os quais ainda se deslocam ocasionalmente a estas instalações, como é o caso de um dos inquiridos.

Gráfico 6 - Distribuição dos inquiridos por região em França



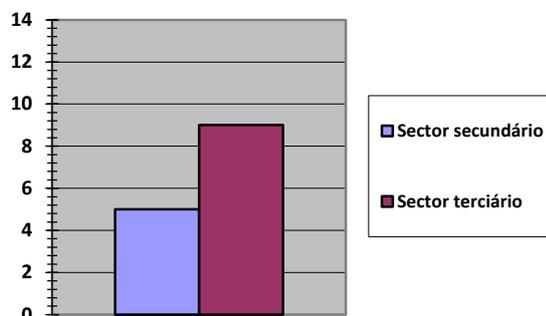
Fonte : Elaboração própria da autora

Qual a sua profissão?

À exceção de dois estudantes e de um reformado, os entrevistados estão em idade ativa e desempenham profissões variadas: secretária (três), empregada doméstica (duas), pedreiro, cortador de pedra/canteiro, empregada comercial, chefe de empresa, camionista,

empregada de limpeza hospitalar. Podemos, assim, constatar que a maioria dos inquiridos (nove) está ligada ao setor terciário.

Gráfico 7 - Distribuição dos inquiridos por sector de trabalho



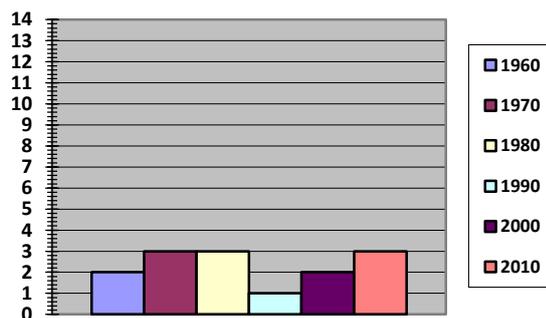
Fonte : Elaboração própria da autora

II Parte: Emigração para França

Em que ano emigrou?

Dois dos inquiridos emigraram para França na década de 1960, três na década de 1970, três outros na década de 1980, um na década de 1990, dois na década de 2000 e três a partir do ano 2010.

Gráfico 8 - Distribuição dos inquiridos por década de emigração



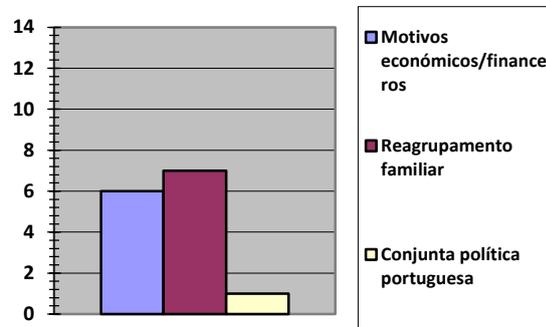
Fonte : Elaboração própria da autora

Porque emigrou (que razões o levaram a emigrar)?

Seis dos inquiridos invocaram razões económicas/financeiras para emigrar, referindo que os pais ou os próprios vieram procurar ou encontraram trabalho em França. Sete outros referiram o reagrupamento familiar como motivo para a sua vinda. Um inquirido apenas

mencionou a conjuntura política de Portugal no início da década de 1970 como razão pela qual emigrou para França: “*Não queria ficar em Portugal, na época era o Salazar*”.

Gráfico 9 - Distribuição dos inquiridos por razão que os motivou a emigrar

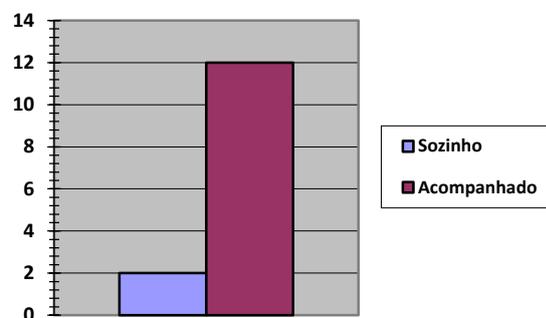


Fonte : Elaboração própria da autora

Emigrou sozinho ou acompanhado?

A maioria dos entrevistados (doze) emigrou acompanhado, apenas dois emigraram sozinhos.

Gráfico 10 - Distribuição dos inquiridos em resposta à pergunta "Emigrou sozinho ou acompanhado?"

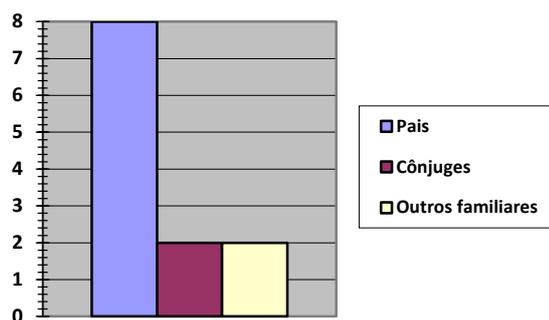


Fonte: Elaboração própria da autora

Se acompanhado, por quem?

Oito dos entrevistados emigraram acompanhados pelos pais, dois pelos respetivos cônjuges e dois por outros familiares (avós ou irmãos).

Gráfico 11 - Distribuição dos emigrantes em resposta à pergunta "Se emigrou acompanhado, por quem?"

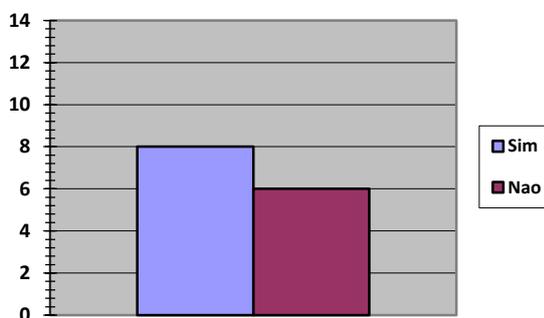


Fonte: Elaboração própria da autora

Emigrou com a ajuda de pessoas conhecidas em França?

Seis dos entrevistados declararam não ter recorrido à ajuda de pessoas conhecidas em França. Entre os oitos que recorreram a esta ajuda, sete mencionaram familiares (cônjuge, pais, tios ou outros) e um referiu o sistema de cartas de chamada, o que permitiu aos seus pais encontrar trabalho em França previamente e só depois emigrar.

Gráfico 12 - Distribuição dos inquiridos em resposta à pergunta "Emigrou com a ajuda de pessoas conhecidas em França?"

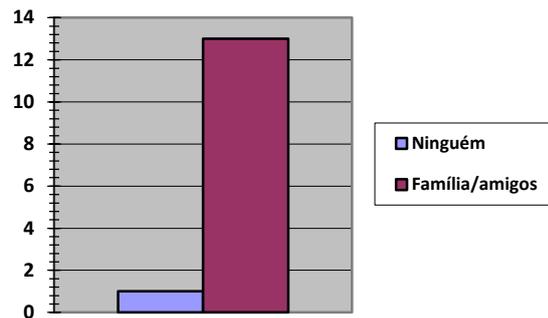


Fonte: Elaboração própria da autora

Quem deixou em Portugal?

Apenas um dos entrevistados afirmou não ter deixado ninguém em Portugal. Os outros onze mencionaram familiares (pais, irmãos, avós, tios, etc...) e/ou amigos.

Gráfico 13 - Distribuição dos inquiridos em resposta à pergunta "Quem deixou em Portugal?"



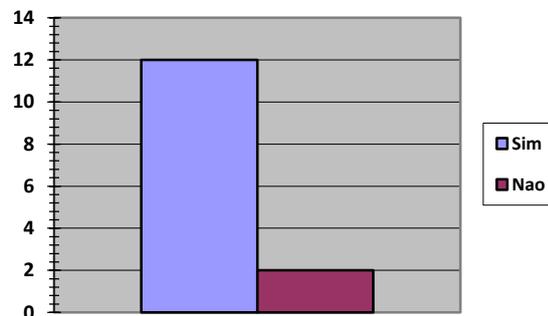
Fonte : Elaboração própria da autora

III Parte: Vida transnacional

Mantém contacto com os familiares e amigos em Portugal?

Doze dos inquiridos asseguraram manter contacto com familiares e/ou amigos em Portugal. Os restantes declararam não manter qualquer contacto.

Gráfico 14 - Distribuição dos inquiridos em resposta à pergunta "Mantém contacto com os familiares e amigos em Portugal?"

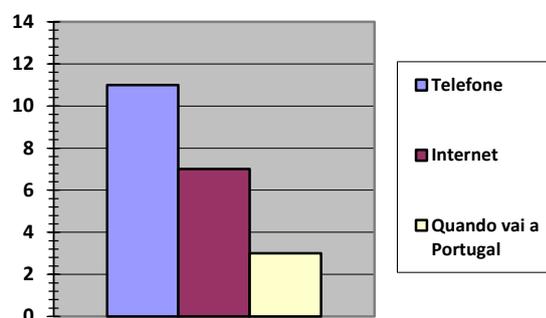


Fonte : Elaboração própria da autora

Se sim, como (telefone, Internet, etc...)?

O telefone foi mencionado pela maioria dos inquiridos (onze) como meio de comunicação utilizado, bem como a Internet (sete). Três dos entrevistados afirmaram manter igualmente contacto aquando das suas deslocações a Portugal.

Gráfico 15 - Distribuição dos inquiridos por meio de comunicação utilizado para contactar com familiares e amigos em Portugal



Fonte : Elaboração própria da autora

Quantas vezes por mês?

Apenas dois dos inquiridos falam quase diariamente com família ou amigos em Portugal. Três mantêm contacto semanalmente ou duas a três vezes por mês e dois outros afirmaram que a frequência das comunicações varia entre uma a três vezes por mês. Dois dos entrevistados falam uma vez por mês. Um único declarou manter contacto anualmente.

Gráfico 16 - Distribuição dos inquiridos por frequência com a qual contactam com familiares ou amigos em Portugal



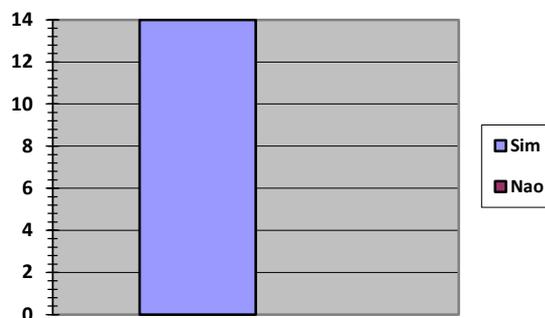
Fonte : Elaboração própria da autora

Viaja para Portugal?

Todos os entrevistados responderam afirmativamente à questão. É importante relembrar que, geograficamente, a região de Aquitaine possibilita um acesso relativamente rápido a Portugal e as vias de comunicação são privilegiadas (autoestrada direta entre Bordéus

e a fronteira espanhola, TGV até Espanha com ligação ao SudExpresso, voos diretos *low cost* Bordéus-Porto e Bordéus-Lisboa e linhas Eurolines).

Gráfico 17 - Distribuição dos inquiridos em resposta à pergunta "Viaja para Portugal?"

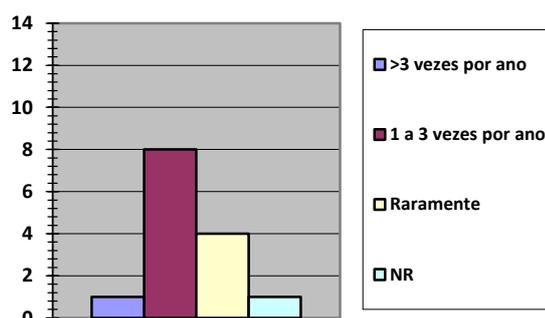


Fonte : Elaboração própria da autora

Se sim, quantas vezes por ano?

Um dos entrevistados viaja para Portugal cinco a seis vezes por ano. Oito inquiridos deslocam-se a Portugal entre uma a três vezes por ano e três afirmam fazer esta viagem raramente, invocando motivos familiares (“*Os meus pais já faleceram*”) ou financeiros (“*É muito caro*”). Um dos participantes neste estudo declarou deslocar-se a Portugal de dois em dois anos e outro não especificou a frequência das suas deslocações.

Gráfico 18 - Distribuição dos inquiridos por frequência anual das deslocações a Portugal



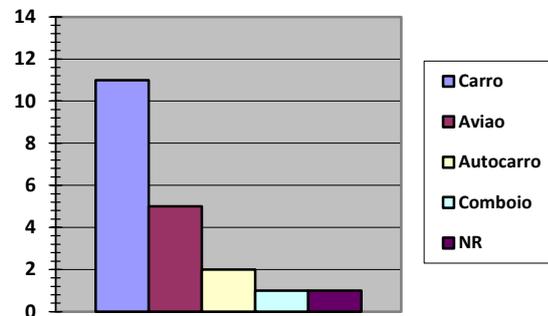
Fonte : Elaboração própria da autora

Por que meio (carro, autocarro, avião, comboio)?

Embora, por vezes, os participantes utilizem mais do que um meio de transporte para se deslocar a Portugal, a maioria deles prefere o carro. Com efeito, este meio de transporte foi

referido onze vezes, contra cinco no caso do avião, dois no que toca ao autocarro e apenas um menciona o comboio. Um dos entrevistados não especificou o meio de transporte que utiliza.

Gráfico 19 - Distribuição dos inquiridos por meio de transporte utilizado para se deslocar a Portugal

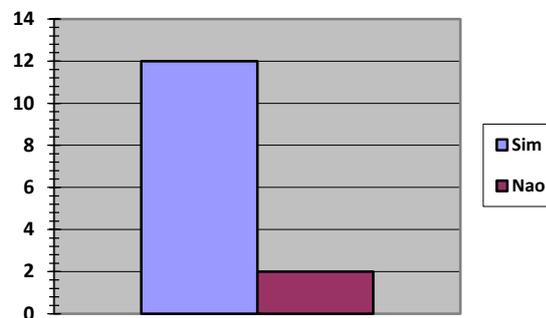


Fonte : Elaboração própria da autora

Está a par das notícias portuguesas?

À exceção de dois entrevistados, todos afirmam estar a par das notícias portuguesas.

Gráfico 20 - Distribuição dos inquiridos em resposta à pergunta "Está a par das notícias portuguesas?"

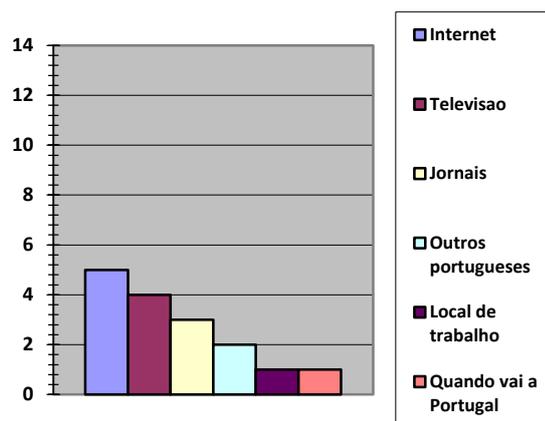


Fonte : Elaboração própria da autora

Se sim, como (televisão, jornais, familiares)?

Da mesma forma, os participantes recorrem a múltiplos canais de informação: a Internet é referida por cinco, a televisão por quatro e os jornais por três. Dois declaram ainda informar-se junto de outros portugueses, um no local de trabalho e um outro aquando das suas deslocações a Portugal.

Gráfico 21 - Distribuição dos inquiridos por meio através do qual se mantêm a par das notícias portuguesas



Fonte : Elaboração própria da autora

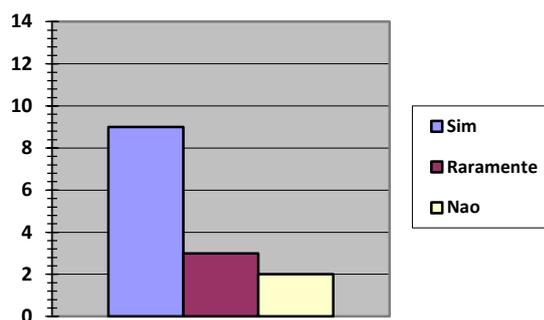
Porquê/Porque não?

Os participantes que declaram não se manter a par das notícias portuguesas invocam razões como “*Acho que não serve para nada*” e “*Não me interessa*”. Paralelamente, os entrevistados que responderam afirmativamente à questão justificam-no utilizando três argumentos principais. São eles a ligação afetiva a Portugal: “*Para saber o que se passa... É o meu país*”, “*...)* *E porque tenho família lá e gosto de saber o que se passa*”, “*Porque acho que é importante guardar raízes*”, “*Não quero perder as minhas raízes*”, “*Para manter a tradição, a língua*”; o imperativo profissional “*Porque me afeta diretamente, sou paga pelo Estado português... senão não teria tanto interesse*”, “*Por causa do meu trabalho, claro (...)*”, “*Porque o meu trabalho implica estar ligado a Portugal constantemente*”; e o simples hábito ou curiosidade: “*Uma questão de hábito*”, “*Por curiosidade*”, “*Vem na conversa*”, “*É pelo hábito...*”.

Fala português no dia-a-dia?

Nove dos participantes falam português no seu dia-a-dia. Três outros falam-no apenas “*às vezes*” ou “*raramente*” e dois respondem pela negativa.

Gráfico 22 - Distribuição dos inquiridos em resposta à pergunta "Fala português no seu dia-a-dia?"

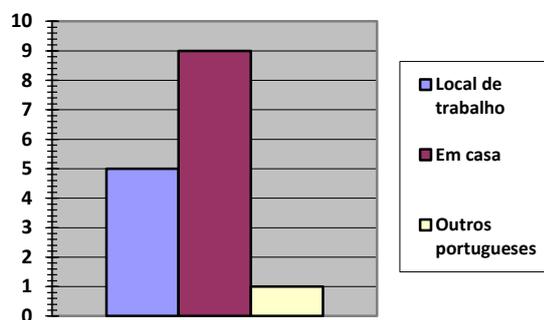


Fonte : Elaboração própria da autora

Se sim, com quem (trabalho, casa)?

Cinco mencionam o local de trabalho e nove dizem falar português em casa, com familiares. Um dos entrevistados refere falar português apenas "às vezes quando me encontro com portugueses".

Gráfico 23 - Distribuição dos inquiridos em resposta à pergunta "Se fala português no seu dia-a-dia, com quem?"



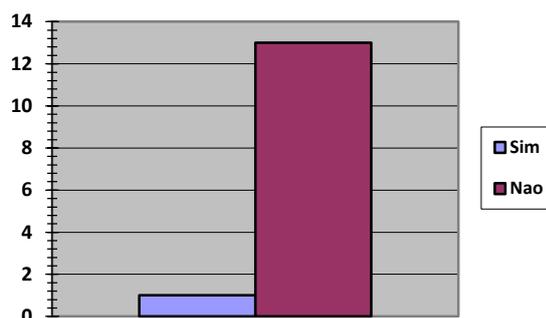
Fonte : Elaboração própria da autora

IV Parte: Práticas políticas

Participa em manifestações?

Apenas um dos inquiridos declarou participar em manifestações, de forma ocasional e apenas em França.

Gráfico 24 - Distribuição dos inquiridos em resposta à pergunta "Participa em manifestações?"

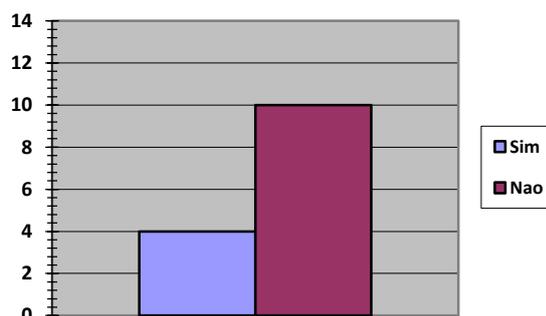


Fonte : Elaboração própria da autora

Está inscrito nas listas para votar nas eleições portuguesas?

Apenas quatro dos inquiridos estão inscritos nas listas para votar nas eleições portuguesas.

Gráfico 25 - Distribuição dos inquiridos em resposta à pergunta "Está inscrito nas listas para votar nas eleições portuguesas?"



Fonte : Elaboração própria da autora

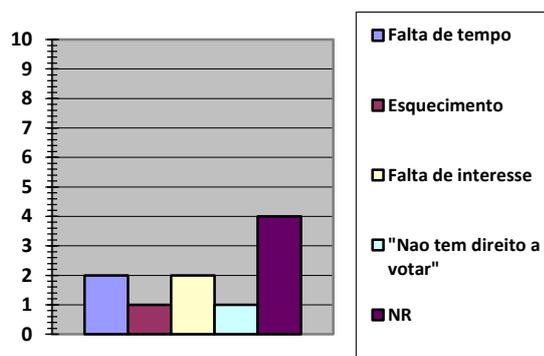
Se sim, vota? Porquê?

Os quatro inquiridos que declararam estar inscritos nas listas para votar nas eleições portuguesas declararam igualmente votar efetivamente aquando dessas eleições. Justificando a resposta afirmativa à pergunta acima referida, os entrevistados apresentam os seguintes argumentos: “É um dever cívico”, “Porque é um direito que tenho e exerço-o. Mas se fosse preciso fazer muitos quilómetros para ir votar não votava.”, “Porque tenho de mostrar a minha opinião de qualquer forma e essa é a melhor forma” e “Porque trabalho para o Estado português... não faria sentido não votar”.

Se não, porque não?

Dos dez participantes que responderam pela negativa, dois referem falta de tempo para proceder à inscrição e à votação: “*Não tive tempo para me inscrever... Nem sei bem como é... E em Portugal também não votava*”, “*Porque ao momento dos votos estou a fazer a minha formação*”, enquanto um outro diz “*porque esqueci de fazer os papéis*”. Dois mencionam falta de interesse pelas eleições: “*Não voto nem para as portuguesas nem para as francesas, não me interessa*”, “*Não sei, não me interessa muito*”. Por fim, um dos entrevistados declara que “*Em Portugal não temos direito a votar... Os emigrantes não têm direito de votar... Para as europeias sim, temos direito... E no próximo ano... Temos de nos inscrever na câmara municipal... Mas em Portugal não temos o direito... Não estamos a par da política portuguesa, não sabemos o que se passa*”. Quatro dos inquiridos não explicitaram a razão pela qual não votam.

Gráfico 26 - Distribuição dos inquiridos por motivo pelo qual não votam nas eleições portuguesas

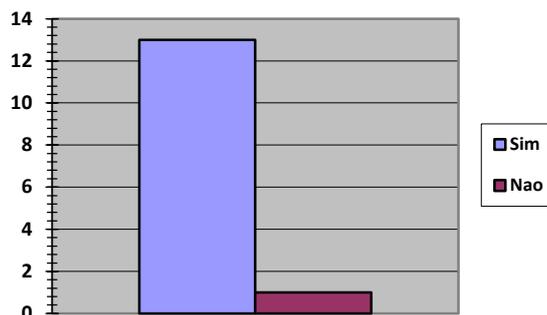


Fonte : Elaboração própria da autora

Sabe que pode votar nas eleições municipais francesas?

Apenas um dos participantes declarou desconhecer o facto de poder votar nas eleições municipais francesas.

Gráfico 27 - Distribuição dos inquiridos em resposta à pergunta "Sabe que pode votar nas eleições municipais francesas?"

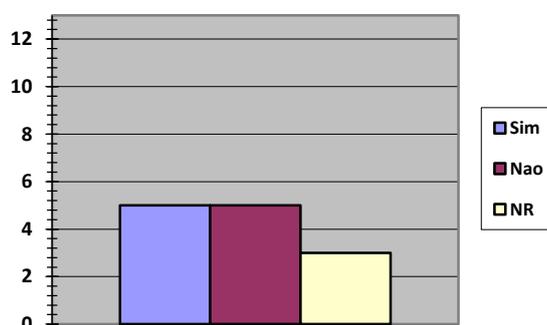


Fonte : Elaboração própria da autora

Se sim, vota? Porquê?

Cinco pessoas afirmaram votar, três delas justificando a sua resposta com o facto de serem também francesas: *“Porque também tenho a nacionalidade francesa”*, *“Voto nos dois países porque tenho as duas nacionalidades”*, *“Tenho a nacionalidade francesa. Porque me interessa sobre a política do país mesmo se não sigo sempre... tenho as minhas ideias”*. Duas outras afirmaram não votar sempre por razões próprias: *“Só votei uma vez... Mas vou votar para as municipais, não gosto do presidente em Mimizan, vou votar contra ele”*, *“Votei uma vez mas não volto a votar...O candidato por quem votei ganhou por isso não preciso de voltar a votar”*. Três dos entrevistados declararam não votar, sem justificar a sua opção. Três outros não esclareceram se votam ou não.

Gráfico 28 - Distribuição dos inquiridos em resposta à pergunta "Se sabe que pode votar nas eleições municipais francesas, vota?"



Fonte : Elaboração própria da autora

Se não vota, porque não?

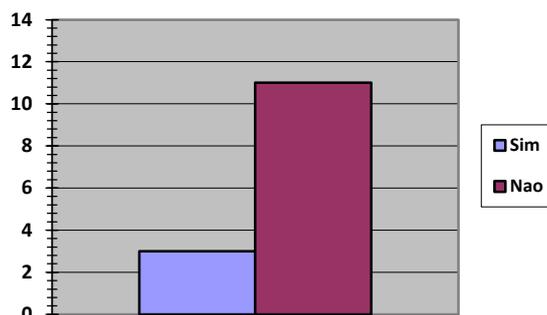
As explicações apontadas para o facto de não votar prendem-se com fatores como: o desconhecimento do panorama político francês “*Não, não tenho tempo... E não conheço a política daqui*”, “*Não, não conheço a vida política*”; falta de disponibilidade “*(...) ainda não tive o tempo... já há cinco anos que sou francesa mas ainda não tive disponibilidade para ir à câmara municipal para me ir recensear*”; ou outras “*Não tenho a nacionalidade francesa*”, “*Não sei*”, “*Não, nunca votei... Só posso votar nas comunais, nas presidenciais não... Por isso não voto*”.

V Parte: Práticas económicas

A sua profissão está ligada a Portugal (empresa portuguesa por exemplo)?

Apenas três dos inquiridos desempenham uma profissão ligada a Portugal, pois trabalham para o Estado português.

Gráfico 29 - Distribuição dos inquiridos em resposta à pergunta "A sua profissão está ligada a Portugal?"

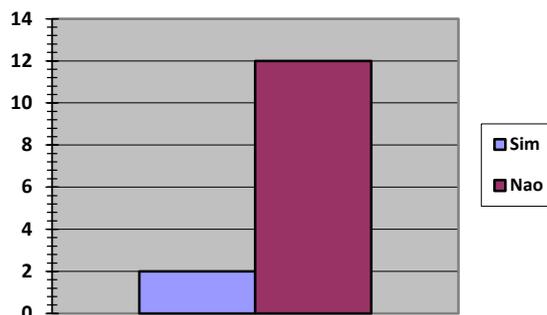


Fonte : Elaboração própria da autora

Teve ajuda de portugueses para arranjar trabalho aqui em França?

Somente dois dos entrevistados tiveram ajuda de familiares portugueses para arranjar trabalho em França.

Gráfico 30 - Distribuição dos inquiridos em resposta à pergunta "Teve ajuda de portugueses para arranjar trabalho aqui em França?"

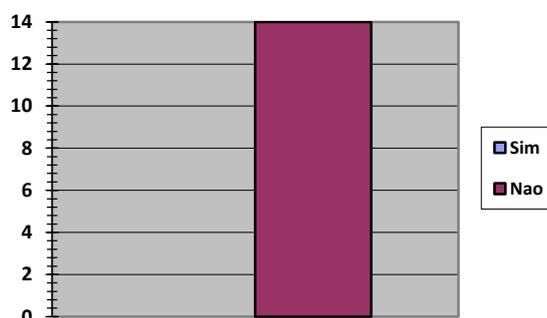


Fonte : Elaboração própria da autora

Envia dinheiro à sua família ou amigos em Portugal?

Nenhum dos inquiridos envia dinheiro à família ou amigos em Portugal. No entanto, um acrescentou “*Mas os meus pais enviam dinheiro para a nossa família em Portugal.*”

Gráfico 31 - Distribuição dos inquiridos em resposta à pergunta "Envia dinheiro à sua família ou amigos em Portugal?"

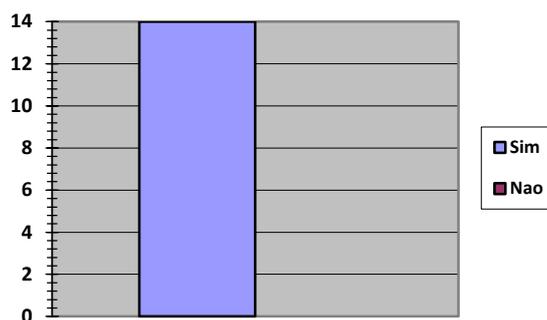


Fonte : Elaboração própria da autora

Compra produtos portugueses?

Todos os inquiridos afirmaram comprar produtos portugueses, com maior ou menor frequência.

Gráfico 32 - Distribuição dos inquiridos em resposta à pergunta "Compra produtos portugueses?"



Fonte : Elaboração própria da autora

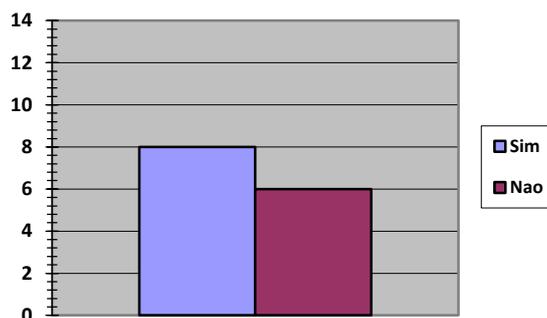
Se sim, quais?

Os entrevistados referiram produtos alimentares de todo o género: pastéis de nata, bacalhau, cerveja (estes dois últimos foram mencionados por cinco dos inquiridos), vinhos, sumos, carne, bolos, massa, produtos de limpeza, peixes e bolo-rei. Três dos participantes não especificaram os produtos portugueses que compram.

Faz compras em comércio portugueses em França?

Oito dos entrevistados fazem compras em comércio portugueses em França.

Gráfico 33 - Distribuição dos inquiridos em resposta à pergunta "Faz compras em comércio portugueses em França?"



Fonte : Elaboração própria da autora

Quando vai a Portugal leva produtos franceses?

Oito dos participantes levam produtos franceses quando se deslocam a Portugal. Um dos entrevistados afirmou não ser preciso fazê-lo pois "(...) agora há tudo em Portugal, não é preciso levar coisas daqui".

Gráfico 34 - Distribuição dos inquiridos em resposta à pergunta "Quando vai a Portugal leva produtos franceses?"



Fonte : Elaboração própria da autora

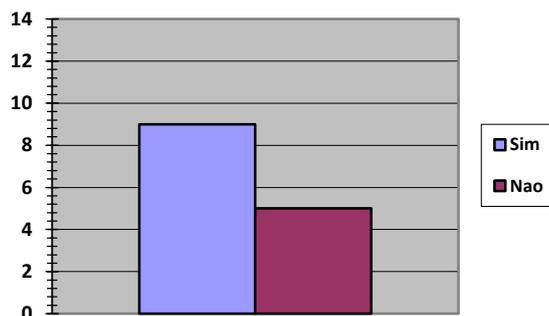
Se sim, quais?

Os inquiridos referiram produtos como queijo, vinho de Bordéus, pão, vestuário, champanhe, mercearias e café.

Quando regressa a França, traz consigo produtos portugueses?

A maioria dos participantes (nove) traz consigo produtos portugueses quando regressa a França.

Gráfico 35 - Distribuição dos inquiridos em resposta à pergunta "Quando regressa a França, traz consigo produtos portugueses?"



Fonte : Elaboração própria da autora

Se sim, quais?

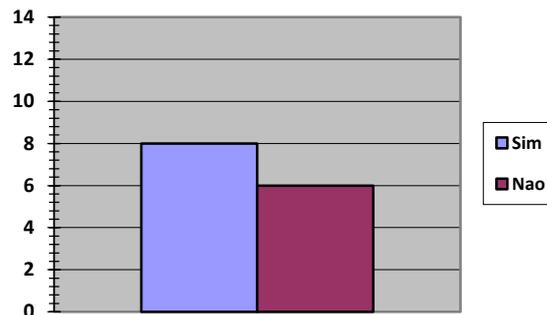
Os entrevistados mencionaram produtos como queijos, enchidos, bacalhau, carne, vinho verde, sapatos, caldo verde e fraldas.

VI Parte: Práticas socioculturais

Quando vai a Portugal, vai às festas de aldeia ou outras festas?

Oito dos entrevistados participam em festas de aldeia ou outras quando se deslocam a Portugal.

Gráfico 36 - Distribuição dos inquiridos em resposta à pergunta "Quando vai a Portugal, vai às festas de aldeia ou outras festas?"

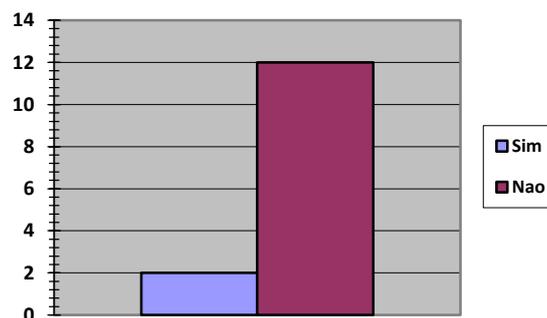


Fonte : Elaboração própria da autora

Participa em festas portuguesas em França?

Apenas dois entrevistados afirmaram participar em festas portuguesas em França. Dois outros declaram ter participado no passado, mas já não o fazer.

Gráfico 37 - Distribuição dos inquiridos em resposta à pergunta "Participa em festas portuguesas em França?"

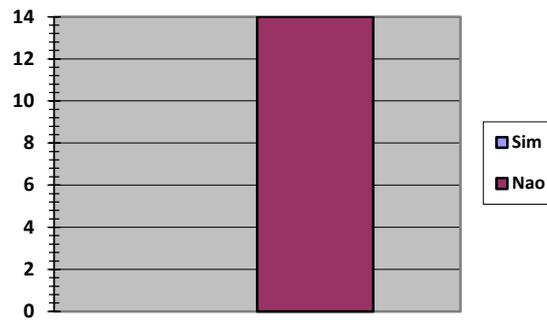


Fonte : Elaboração própria da autora

Faz parte de uma associação de emigrantes?

Nenhum dos inquiridos faz parte de uma associação de emigrantes.

Gráfico 38 - Distribuição dos inquiridos em resposta à pergunta "Faz parte de uma associação de emigrantes?"

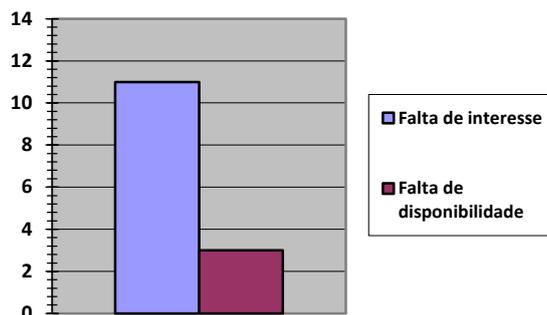


Fonte: Elaboração própria da autora

Se não, porque não?

A maioria dos inquiridos apontou a falta de interesse e o facto de não sentir essa necessidade para justificar o facto de não fazer parte de uma associação de emigrantes: *“Porque não me diz nada... Por um lado porque normalmente as coisas organizam-se aos fins-de-semana e os meus fins-de-semana já são bastante ocupados...e por outro lado... é quase sempre música folclórica ou assim... e não é nada o meu género... não me diz nada”*, *“Não me interessa muito”*, *“Não me interessa”*, *“Porque estou contente de estar em França, não esqueci as minhas raízes mas não sinto a necessidade de fazer parte duma associação de emigrantes”*, *“Não me interessa muito... Tenho a minha família aqui, já chega”*, *“Não sinto necessidade... Falo português no meu trabalho, estou em contato com portugueses, não preciso”*, *“Não quero, não tenho paciência para isso”*. Apenas três dos entrevistados invocaram razões de disponibilidade que os impedem de participar: *“É preciso ter tempo, disponibilidade... E eu não tenho... É pena porque gostava de ter tempo para participar... Gostava de ser útil, como é por Portugal... Sou patriota”*, *“É o tempo...”*, *“Não tenho tempo...”*.

Gráfico 39 - Distribuição dos inquiridos por motivo pelo qual não fazem parte de uma associação de emigrantes



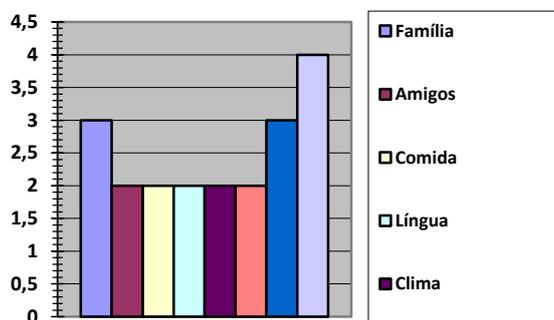
Fonte : Elaboração própria da autora

VII Parte: Portugal

Aqui em França, o que lhe faz falta de Portugal?

Três dos entrevistados referiram a família e dois os amigos. Mencionaram igualmente a comida por duas vezes, a língua, o clima e o ritmo de vida. Três dos inquiridos citaram ainda o espírito de convivalidade e solidariedade dos portugueses: “*os portugueses são mais acolhedores não é?*”, “*A mentalidade... Os franceses são pouco solidários*”, “*É um todo... É o espírito português, que não se encontra em França... Aqui dizemos bom dia e boa tarde aos vizinhos... Lá falamos com eles, discute-se... É isso que me faz falta, esse contato humano*”. Quatro dos participantes afirmaram não sentir falta de nada de Portugal.

Gráfico 40 - Distribuição dos inquiridos em resposta à pergunta "Aqui em França, o que lhe faz falta de Portugal?"



Fonte : Elaboração própria da autora

Sente-se apoiado por Portugal?

Nenhum dos participantes declarou sentir-se apoiado por Portugal. Com efeito, além de onze respostas negativas, entre as quais três particularmente veementes (“*Não, sinto-me abandonada por Portugal... Tive problemas de saúde quando estava lá e não tive nenhum apoio... O sistema lá não é bom. Ainda bem que vim para cá*”, “*Não, nada... absolutamente nada*”, “*Não... Acho que nunca fez nada por mim, tive de vir para aqui para ter uma vida melhor*”), dois dos entrevistados responderam evasivamente; “*Não sei...*”. Quatro dos inquiridos invocaram a crise económica que o país atravessa como argumento para a falta de apoio que sentem por parte de Portugal: “*Não vou dizer que não... mesmo se nos dias de hoje, é excecional, o país está em crise, toda a gente tem de fazer um esforço... Mas não deviam ser sempre os mesmos a fazer os esforços... Mas hoje em dia Portugal não apoia ninguém*”, “*Eles agora não podem apoiar muito, é a crise*”, “*Aquilo lá está muito mal...*”, “*Neste momento não... Como somos pagos por Portugal e... enfim*”.

Gráfico 41 - Distribuição dos inquiridos em resposta à pergunta "Sente-se apoiado por Portugal?"



Fonte : Elaboração própria da autora

O que acha que Portugal devia fazer pelos emigrantes?

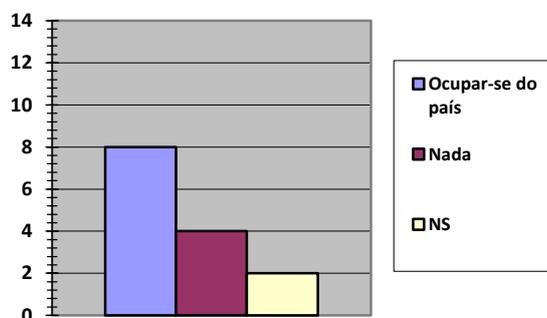
A maioria dos participantes referiu que Portugal devia em primeiro lugar ocupar-se dos que ainda lá vivem e proporcionar condições para que os portugueses não se sentissem obrigados a emigrar: “*Em primeiro lugar deviam fazer o necessário para manter os portugueses em Portugal em vez de fazer toda a gente fugir, isso é a primeira coisa...*”, “*Têm de se ocupar deles primeiro*”, “*Levantar o país... E há muito para fazer, vivi lá dez anos e não foi feito nada para impedir as pessoas de emigrar, para lhes dar vontade e condições de ficar lá*”, “*Nem sei... devíamos ter lá trabalho para não termos de sair do país*”, “*Olhe nem sei... Mas se corresse lá tudo bem não tínhamos de vir para cá não é?*”, “*Antes de mais deviam ocupar-se das pessoas que estão em Portugal... mas os que vieram para o*

estrangeiro, foi uma escolha, ninguém os obrigou...”, “Nem sei... Se houvesse trabalho lá a gente não emigrava...”. Um dos entrevistados discorreu longamente sobre a questão:

Acho que vão sempre dizer-nos que não têm dinheiro para apoiar os emigrantes, para fazer o que quer que seja, a partir do momento que são os portugueses no estrangeiro é o mínimo possível... é areia mandada para os olhos, acho que nada é feito para apoiar os emigrantes... os que estão no estrangeiro... o país está em crise e as pessoas fogem em debandada e quando chegam aqui não têm nada e não há nenhuma estrutura... fala-se dos consulados mas os consulados não têm fundos nem meios, nem humanos nem financeiros, para ajudar as pessoas... acho que é pena. Fala-se muito mas penso que na realidade não se faz nada concretamente a esse nível. E isso faz falta. Em primeiro lugar deviam fazer o necessário para manter os portugueses em Portugal em vez de fazer toda a gente fugir, isso é a primeira coisa... E depois dar os meios necessários às pessoas para fazerem alguma coisa aqui porque quem vai ao Consulado pedir ajuda... não há nada, não há meios para ajudar as pessoas, faz-se o melhor que se pode... Acho que agora há uma campanha de informação para as pessoas que saem do país, acho que isso foi feito, mas não é feito nada a nível dos consulados para se poder ajudar as pessoas. Os consulados não têm contatos locais para ajudar a arranjar trabalho, não há estrutura para isso... Ao mesmo tempo França também está saturada de emigração...”

Dois dos entrevistados afirmaram que não há muito a fazer, pois os emigrantes podem contar com outros apoios: “Os emigrantes têm tudo o que querem em França, o que é que Portugal podia fazer mais? Os que chegam de Portugal têm a segurança social, a CAF (Caisse d’Assurances Familiales), não há problemas de integração. Para as pessoas normais, não há nada de especial a fazer... Para as pessoas que estão em dificuldade deveria fazer mais, talvez... Ah sim, quando vamos lá deviam aceitar-nos como portugueses... em vez de sermos considerados franceses lá e portugueses cá... estamos entre os dois”, “Não há muito a fazer... Agora estamos na Europa, podemos contar com o governo francês”. Dois outros disseram não saber como Portugal os poderia apoiar e dois consideraram que nada há a fazer: “Acolher-nos bem... Mas já fazem... No Verão há muitos emigrantes, corre tudo bem”.

Gráfico 42 - Distribuição dos inquiridos em resposta à pergunta "Sente-se apoiado por Portugal?"



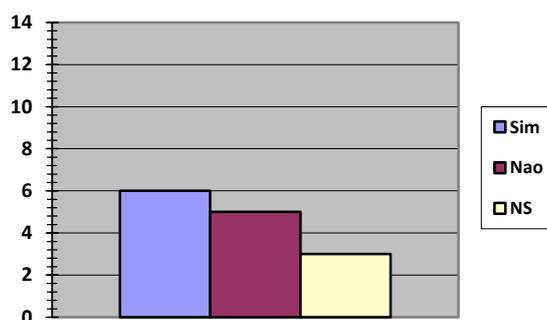
Fonte : *Elaboração própria da autora*

Acha que deveriam existir mais Consulados?

Seis dos entrevistados responderam afirmativamente à questão, salientando o facto de o Consulado de Bordéus ficar longe para os que habitam fora da cidade: “Digamos que é problemático para as pessoas que são obrigadas a fazer 300 km para vir fazer um documento de identidade... as permanências [ver explicação em baixo] são uma boa ideia mas é só uma vez por mês, só nalgumas regiões e... para as pessoas não é sempre na altura da permanência que elas precisam de fazer alguma coisa... Às vezes é urgente, não pode ser feito de outra forma... Há pessoas que fazem 300 km e eu compreendo que depois se queixem e digam que não querem mais ter a nacionalidade portuguesa”, “Sim, Bordéus ainda é longe!”, “Teoricamente sim porque há muitas pessoas que têm de fazer muitos quilómetros para vir... Pelo menos pequenos consulados, não era preciso serem todos da mesma dimensão”, “Sim porque é muito difícil fazer os papéis aqui”, “Sim, é muito longe donde eu vivo... Antes havia Dax mas agora já não”, “Sim, Bordéus é longe para vir sempre... Depois se calhar também não há dinheiro... Mas dava jeito”, “Normalmente sim...”. Cinco outros inquiridos dizem não sentir necessidade de outros Consulados e os três restantes dizem não saber responder à questão.

Deslocar-se ao Consulado de Bordéus, situado no departamento de Gironde, implica frequentemente viajar centenas de quilómetros, no caso dos emigrantes que habitam noutros departamentos. Importa ainda destacar o facto de o Consulado de Bordéus efetuar permanências mensais nas cidades de Bayonne e de Pau, as quais requerem marcação prévia e implicam muitas vezes que os emigrantes voltem no mês seguinte para receber os seus documentos. Por outro lado, devido a falhas frequentes no sistema informático no Consulado, os utentes são por vezes impedidos de resolver os seus assuntos, facto que os obriga a fazer uma nova viagem.

Gráfico 43 - Distribuição dos inquiridos em resposta à pergunta "Acha que deveriam existir mais Consulados?"

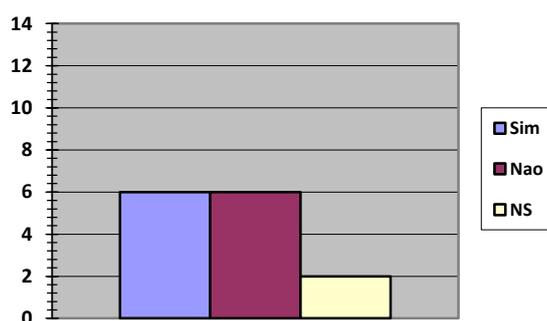


Fonte : Elaboração própria da autora

Acha que os Consulados deveriam oferecer mais serviços?

Seis dos participantes consideram que os Consulados oferecem todos os serviços de que necessitam, respondendo portanto de forma negativa à questão. Três deles realçam, no entanto, que os serviços existentes deveriam funcionar mais rapidamente. Entre os seis que respondem afirmativamente, os serviços adicionais prendem-se com a área social (existência de um serviço social que possa ajudar os emigrantes recém chegados, embora um serviço desta natureza já exista no seio do Consulado) e com a carta de condução, missão que é inteiramente levada a cabo pela Direção Geral de Viação e para o qual o Consulado não tem vocação. Foi ainda sugerida uma missão de informação e aconselhamento: “*Mais ajuda para as famílias, mentalizar as pessoas... porque as pessoas que vêm agora não são como as que vieram nos anos 60 e 70... mentalizá-los para não partirem do seu país para virem para aqui receber sem fazer nada... Para não virem aproveitar-se do sistema... Porque nós que estamos aqui e que trabalhamos depois somos prejudicados... Acho que há pessoas que têm capacidade para convencer as pessoas a não tomar decisões dessas*”, “*O que falta é talvez a nível legislativo, há pessoas que querem informações para criar empresas, como funcionam as coisas a nível de direitos... Nesse aspeto acho que falta informação, não há dados para dar essa ajuda, para responder...*”. Dois dos entrevistados afirmam não saber responder à questão.

Gráfico 44 - Distribuição dos inquiridos em resposta à pergunta "Acha que os Consulados deveriam oferecer mais serviços?"



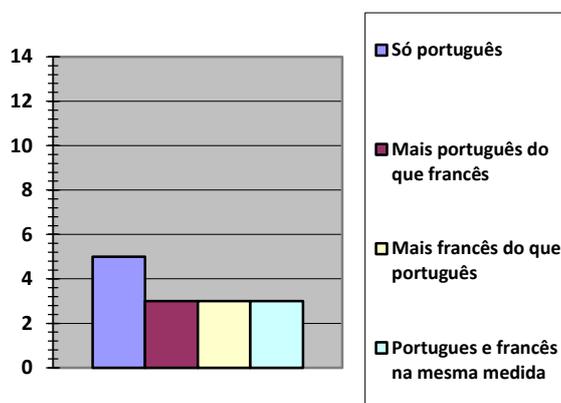
Fonte: Elaboração própria da autora

VIII Parte: Identidade

Sente-se só português, só francês, mais português do que francês, ...?

Cinco dos participantes afirmaram sentir-se inteiramente portugueses. Três sentem-se mais portugueses do que franceses e, inversamente, três outros sentem-se mais franceses do que portugueses. Os três restantes sentem-se portugueses e franceses na mesma medida.

Gráfico 45 - Distribuição dos inquiridos relativamente ao sentimento de pertença a Portugal e/ou a França



Fonte: Elaboração própria da autora

Porquê?

Nenhum dos entrevistados que afirmou sentir-se inteiramente português apresentou uma justificação para a sua resposta, declarando apenas ser “só português”. Os participantes que responderam sentir-se mais portugueses do que franceses apresentam explicações variadas: *“Mais portuguesa! Um bocadinho francesa mas guardo o meu sotaque”*, *“Porque passei a minha infância em Portugal, e a minha vida de adulto vai ser em França.”*, *“Estou sempre com a minha família em França”*. Quanto aos que declararam sentir-se mais franceses do que portugueses, todos fundamentaram a sua resposta tendo em conta as vivências próprias: *“Vivo aqui, tenho a família, os amigos... O trabalho, antes da reforma... Mas as minhas raízes são portuguesas”*, *“Porque passei mais tempo em França do que em Portugal, mesmo se nasci lá... Depois também porque fiz a minha vida aqui, o meu marido é francês, os meus filhos nasceram cá... Para além da família que tenho lá, que é a única coisa que me faz continuar a ir lá de vez em quando e a manter contato... Senão sinto-me muito mais francesa... Mas quando vou lá não me sinto estrangeira”*, *“Porque tenho 53 anos e há 50 anos que vivo em França, por isso... Mesmo se gosto de Portugal e que no fundo me sinto portuguesa”*. Da mesma forma, os participantes que afirmaram sentir-se portugueses e franceses na mesma medida argumentaram com base nas suas experiências de vida: *“É metade-metade... Vim nova para aqui, agora já tenho marido e filhos... Mas quando volto sou portuguesa... Tenho os dois”*, *“Nem um nem outro... Quando estou cá sinto-me francesa,*

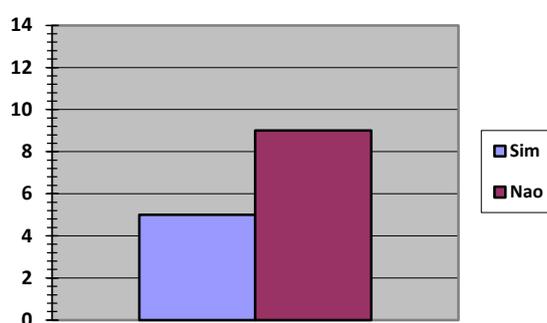
quando estou lá sinto-me portuguesa”, “Estudei em França, sempre falei francês... Mas sou português de nascença”.

É interessante observar que o sentimento de pertença a um país ou ao outro não é de forma alguma objetivo, pois nem sempre a identidade dos entrevistados se coaduna com a proporção de anos vividos em cada um dos países.

Tem a nacionalidade francesa?

Apenas cinco dos participantes adquiriram a nacionalidade francesa.

Gráfico 46 - Distribuição dos inquiridos em resposta à pergunta "Tem nacionalidade francesa?"

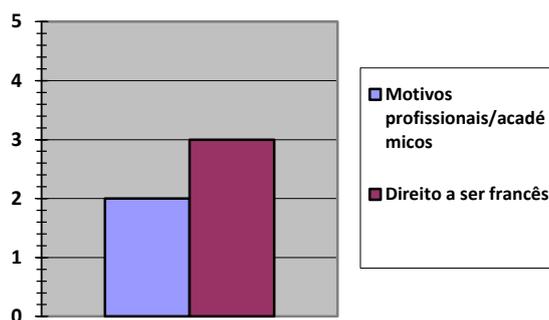


Fonte : Elaboração própria da autora

Se sim, porquê?

Dois dos inquiridos invocaram motivos profissionais ou académicos para justificar o seu pedido de aquisição da nacionalidade francesa: *“Porque antes trabalhava num serviço que foi comprado por uma empresa francesa e tive receio... como não tinha a nacionalidade francesa... E já era casada por isso... facilitava tudo”, “Porque para fazer os meus estudos era preciso ter a nacionalidade... Por isso...”*. Os três outros afirmaram ter adquirido a nacionalidade por se sentirem no direito de ser franceses, considerando a França como o seu país: *“Porque vivemos em França, os meus pais trabalham e estou na universidade, então pedimos a nacionalidade francesa.”, “(...) porque não tenho intenção de voltar para lá e porque tive os meus filhos, o meu marido... Os três são franceses... Mesmo o mais velho é francês... Não mas porque aqui estou no meu país, e portanto no meu país tenho direito a ter a nacionalidade”, “Quando pude pedir, quando fiz 18 anos pedi... Queria ser francesa”.*

Gráfico 47 - Distribuição dos inquiridos por motivo pelo qual pediram a nacionalidade francesa

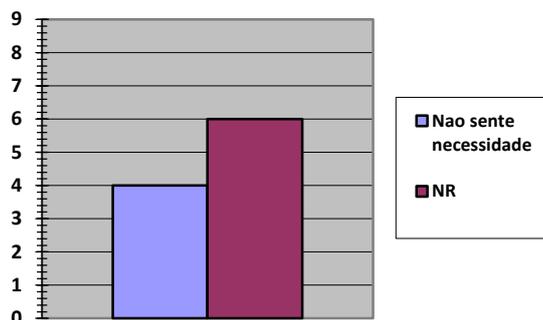


Fonte: Elaboração própria da autora

Se não, porque não?

Dos nove inquiridos que não têm a nacionalidade francesa, quatro afirmam não sentir necessidade de a ter: “*Nunca pedi... Não preciso*”, “*Não preciso*”, “*Não, não preciso*”, “*Não tenho interesse*”. Os seis entrevistados restantes optaram por não justificar a sua decisão.

Gráfico 48 - Distribuição dos inquiridos por motivo pelo qual não têm a nacionalidade francesa

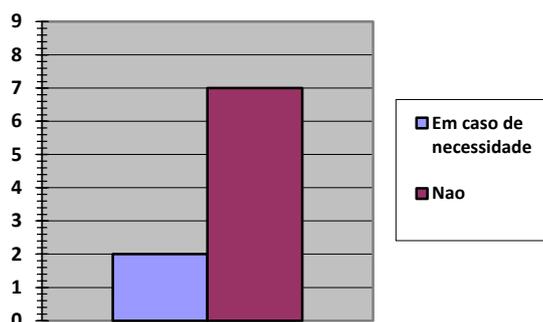


Fonte : Elaboração própria da autora

Se não, quer tê-la?

Dois dos inquiridos consideraram obter a nacionalidade francesa apenas em caso de necessidade: “*Não, não vejo razão para ter... Talvez um dia... Se... Para o trabalho, se for preciso... Se for uma obrigação, senão não*”, “*Não... Talvez quando precisar*”. Nenhum dos outros entrevistados demonstrou interesse pela possibilidade de obter a nacionalidade francesa: “*Não... Agora também já não vale a pena... Mas os meus filhos nasceram aqui, são franceses*”, “*Não, não me serve para nada*”, “*Não. Sou português, continuarei a ser português.*”

Gráfico 49 - Distribuição dos inquiridos por intenção de obter a nacionalidade francesa



Fonte : Elaboração própria da autora

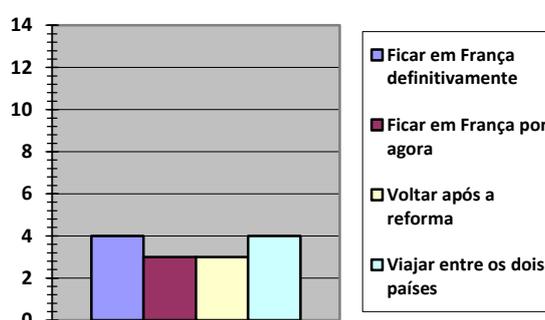
Pensa regressar definitivamente a Portugal ou ficar aqui em França?

Nenhum dos participantes manifestou ter a certeza de regressar definitivamente a Portugal. Quatro exprimem contar ficar em França: “*Vou ficar aqui em França*”, “*Ficar aqui... Não tenho futuro lá*”, “*Penso ficar aqui em França.*”, “*Não, não... Conto ficar aqui em França, se emigrar é para outro lado*”. Três outros estão incertos quanto ao futuro, afirmando apenas que por agora ficarão em França: “*Depende da vida aqui... Por agora conto ficar aqui, tenho o trabalho aqui e os filhos mas depois não sei...*”, “*Conto ficar aqui por agora*”, “*Não sei... Nunca pensei... Investi em França por isso conto ficar aqui...*”. Três outros consideraram a hipótese de voltar após a reforma: “*Por enquanto não... Mas talvez um dia, que esteja na reforma...*”, “*Nunca se sabe... Talvez na reforma*”, “*Regressar não... Neste momento não... Talvez quando me reformar, vou pensar nisso, depende da situação do país*”. Por fim, os quatro entrevistados restantes afirmaram pretender manter uma vida entre os dois países: “*Definitivamente, acho que não... mas acho que vou fazer o que fazem os meus pais agora... viajar entre os dois... mas não me vou instalar nem cá nem lá, vou estar sempre entre os dois... A minha vida será sempre entre os dois*”, “*Vou ficar por aqui se em Portugal não melhorar... mas vou a Portugal de vez em quando para matar saudades*”, “*Vou ficar aqui... Mas volto de vez em quando... Aqui vive-se melhor*”, “*Não conto regressar mas vou continuar a ir lá nas férias... Vou sempre viver entre os dois*”. Ainda na resposta a esta questão, um dos inquiridos traça um quadro da emigração portuguesa para França, comparando as gerações anteriores às atuais:

“Acho que os mais velhos, que estão cá desde há muitos anos, consideram-se franceses... por um lado porque nem sempre sabem falar bem português e por outro lado muitas vezes já não vão a Portugal há muitos anos... ou então quando lá vão sentem-se estrangeiros... Mas os que chegaram há pouco tempo sim, esses esperam voltar para lá... A diferença que eu vejo é que aqueles que já estão cá há um ou dois anos, que já têm filhos, já tem uma atitude diferente dos que acabaram de chegar,

que ainda não construíram laços em França... Acho que voltámos às origens, como em 1960 e 1970, quando os nossos pais chegaram a França, tiveram filhos que se casaram em França, fizeram a vida deles em França e depois na idade da reforma voltam para Portugal mas finalmente não conseguem integrar-se bem lá e passam a vida a ir e voltar entre os dois porque os filhos e netos estão em França mas ao mesmo tempo guardaram a ideia que Portugal era o país deles, a pátria... Mas a geração de agora é diferente... Quando vínhamos, os nossos pais queriam trabalhar, ter o máximo de dinheiro para depois comprar uma casa em Portugal, mandar construir e na reforma voltar para lá... As pessoas que saem agora do país já não é nessa perspetiva... é: “vou-me embora, encontro trabalho e depois logo se vê”... Há pessoas que vão ficar no país para onde emigraram, outros vão voltar para Portugal mas já não é a mesma obsessão que os nossos pais tinham antes.”

Gráfico 50 - Distribuição dos inquiridos em resposta à pergunta "Pensa regressar definitivamente a Portugal ou ficar aqui em França?"



Fonte : Elaboração própria da autora

2.2 - INFORMAÇÃO RECOLHIDA ATRAVÉS DAS ENTREVISTAS REALIZADAS JUNTO DOS ATORES INSTITUCIONAIS

Qual a sua empresa ou instituição? Que função desempenha e há quanto tempo ocupa este cargo?

Dois dos entrevistados integram o Consulado-Geral de Portugal em Bordéus. António Leão Rocha (ALR) ocupava, desde 2010 e até à data de realização da entrevista, o cargo de Cônsul-Geral. Jorge Silva (JS) desempenha, igualmente desde 2010, as funções de técnico de serviço social e cultural. Por seu lado, Ana Maria Torres (AMT) é, desde 2008, conselheira municipal na Câmara Municipal de Bordéus, paralelamente às suas funções de professora de português. Carolina Ribeiro (CR) é Diretora da agência do Banco Millenium BCP situada no Cours de l'Yser em Bordéus.

Que serviços oferece a sua instituição aos emigrantes portugueses?

Nas palavras de António Leão Rocha:

Há duas funções do Consulado: a primeira é representar Portugal ao nível local, ao nível de uma jurisdição, que no meu caso corresponde ao sudoeste francês, junto das autoridades locais, sejam regionais, sejam municipais e mesmo de departamento. Por outro lado, e cada vez mais é a função mais importante do Consulado, representar e interagir com a comunidade de forma a defender os seus interesses, a promovê-la, a valorizá-la e também a apoiar e proteger os cidadãos portugueses que se encontram na sua jurisdição, sejam aqueles que habitam permanentemente nessa jurisdição, sejam aqueles que estão em trânsito por alguma razão ou que tenham atividades sazonais ou temporárias na região.

Paralelamente, segundo Jorge Silva, o serviço social e cultural do Consulado tem como atribuições principais:

“o aconselhamento [...] Explicar quais são as regras de vida aqui em França, como é que eles têm de fazer para obter a sua inscrição na segurança social francesa, como podem fazer para inscrever os filhos nas escolas, para poder obter o pagamento de abono de família, de ajudas e subsídios para a renda de casa... É portanto a ligação com a segurança social portuguesa para enviar requerimentos, pedidos como por exemplo subsídio aos antigos combatentes, pagamento da pensão em Portugal... A nível cultural há o acompanhamento da rede associativa e depois outros eventos que possam ser realizados pelo Consulado como exposições, pedidos de apoio [...]”

Quanto à Câmara Municipal de Bordéus, Ana Maria Torres sublinha:

A câmara oferece os mesmos serviços aos portugueses que aos franceses. Agora somos europeus portanto já não há qualquer diferença, seja em termos de escolas, creches... A partir do momento que temos uma residência aqui temos exatamente os mesmos direitos.

Relativamente aos serviços oferecidos pelo seu banco aos emigrantes portugueses, Carolina Ribeiro destaca “*as transferências para Portugal, aplicações*” bem como o apoio prestado caso seja “*preciso repatriar os fundos para Portugal, se houver dúvidas sobre as aplicações*”.

De que forma estes serviços permitem aos emigrantes manter ligações com Portugal?

No que toca aos serviços oferecidos pelo Consulado, ALR defende que estes

são fundamentais. [...] Os emigrantes podem ter junto do Consulado qualquer tipo de documento que obteriam na administração em Portugal. [...] é também projetá-la junto das autoridades locais, apoiar atividades que tenham essas comunidades, sejam de natureza económica, portanto empresarial, sejam de natureza cultural, seja o que for... [...] tal e qual como por exemplo apoiar o ensino da língua e a difusão da língua portuguesa, também é um serviço à comunidade.

Por seu lado, JS argumenta que “*esta ligação não é propriamente fomentada pelo Consulado, as próprias pessoas é que sentem a necessidade e têm interesses em Portugal e portanto mantêm esta ligação natural às suas terras de origens, às suas famílias, à língua, à cultura...*”. Assim, “*o Consulado não necessita de promover essa ligação, necessita sim de*

trabalhar outros aspetos, no que diz respeito por exemplo à língua, à aprendizagem do Português, ou à participação cívica e nomeadamente nas eleições”.

Tal como referido acima, a Câmara Municipal de Bordéus não oferece serviços especificamente dirigidos aos emigrantes portugueses. No entanto, AMT refere ter proposto *“visto que há agora esta grande vaga de imigração, contratar alguém que fale português para o atendimento, durante algumas horas, para receber essas pessoas que vêm e que não falam francês”.*

Por seu lado, CR defende que os serviços propostos pelo seu banco *“permitem [aos emigrantes] manter ligações económicas de forma regular, constante, quando querem”.*

Que tipo de serviços não oferecidos pela sua empresa/instituição procuram os emigrantes portugueses?

Como indica ALR, *“os Consulados têm uma competência muito alargada e mesmo quando não podem diretamente oferecer um serviço podem prestar algum apoio. Por exemplo, prestam um apoio informativo [...]”.* Refere no entanto alguns serviços, *“residuais”,* que não são prestados diretamente pelo Consulado como *“a renovação da carta de caçador [...] e a carta de condução”.* JS refere ainda que o Consulado não tem competência para lidar com *“tudo o que tem a ver com assuntos fiscais em Portugal [...] o pagamento de uma multa por exemplo, de um imposto municipal de imóveis, etc...”.* No que respeita ao emprego, JS afirma que os emigrantes *“procuram o Consulado na perspectiva e na esperança que [este] lhes possa arranjar trabalho, o que é muito difícil [pois] não é o Consulado que recebe e que centraliza e que faz a gestão das ofertas de emprego”,* um aspeto invocado também por AMT. Há ainda, nas palavras desta última, *“muitas pessoas que procuram casa e [...] que não sabem que a câmara tem uma pequena quantidade de habitações sociais [...] portanto vão procurar no setor privado”.* Isto porque os emigrantes portugueses *“não têm essa mentalidade de ir à Câmara Municipal para se candidatar a uma habitação social”.*

Nas palavras de CR, *“o banco oferece todos os serviços necessários”,* acrescentando que este disponibiliza igualmente um novo serviço de apoio focado nas *“questões imobiliárias”.*

O seu contato regular com os emigrantes leva-o a considerar que estes mantêm ligações fortes com Portugal? Porquê?

Todos os entrevistados responderam afirmativamente a esta questão. Assim, CR invoca o vaivém constante dos emigrantes entre Portugal e França (“*se for preciso estão em Portugal três a quatro vezes por ano*”), ligada ao facto da região de Aquitaine estar “*mais perto que outras regiões de França*”. Um outro aspeto desta ligação é mencionado por AMT, que constata que “*nas festas, nos bailes tradicionais, há sempre muita gente. A pessoa precisa de ir procurar as suas raízes nesses lugares, os portugueses têm essa necessidade*”.

ALR defende igualmente que esta ligação é indiscutível, sublinhando no entanto que existe uma diferença de comportamento entre os emigrantes de primeira, segunda e terceira geração e os emigrantes oriundos da nova vaga de emigração. Assim:

os emigrantes da emigração histórica, sobretudo os da primeira geração, mas mesmo os da segunda geração, e porque não dizê-lo, da terceira, mantêm. [...] Os da primeira geração, é inequívoco que mantêm: tradicionalmente sempre o fizeram e continuam a fazê-lo, passam férias em Portugal, normalmente os de Bordéus ainda mais porque estão muito mais perto de Portugal, por via rodoviária, a tentação de ir lá muito mais vezes é muito maior e isso mesmo acontece. Como estamos muito perto de Portugal, há muitos emigrantes portugueses da primeira geração que, quando se reformam, voltam a ir viver para Portugal e muitas vezes vêm passar temporadas com os filhos e com os netos aqui. Isso permite-lhes cumprir o sonho de muitos emigrantes da primeira geração que era um dia voltar a viver em Portugal. A terceira geração já é diferente. Nós notamos que há jovens da terceira geração que, mesmo que não falem português, têm uma forte curiosidade do país dos pais e dos avós e portanto também vão a Portugal. Normalmente organizam-se com grupos de amigos e vão passar umas férias a Portugal. Apesar daí de facto a ligação com Portugal ser muito mais diluída, há fenómenos... por um lado a curiosidade do país dos pais e dos avós mas sobretudo fenómenos como o Cristiano Ronaldo, que dão popularidade ao país, fazem com que haja essa curiosidade. Também é um país que fica aqui perto, com praias e com um clima melhor do que o francês, e mesmo assim ainda é mais barato... Portanto tudo isso causa uma forte atração, mesmo aos emigrantes da terceira geração. Pelo menos os da minha jurisdição, há uma tipificação muito própria daqui em resultado da proximidade com Portugal. Noutros sítios mais longínquos não haverá talvez esse comportamento, aqui felizmente têm essa facilidade e portanto há esse tipo de comportamento. Na nova emigração nós sentimos que há muitos invisíveis, sobretudo os mais jovens, diplomados ou licenciados, não procuram de todo o Consulado. Assim sendo, não temos uma forte ideia do padrão de comportamento deles relativamente a Portugal mas temos uma forte suspeita. Muito recentemente o professor João Teixeira Lopes publicou o resultado da investigação que esteve a fazer em Bordéus, em Paris e noutros locais da França, e uma das conclusões mais fortes que tirou foi precisamente que os novos emigrantes, os jovens diplomados ou licenciados, são invisíveis. Não têm ligações à comunidade tradicional e muitos deles provavelmente não têm sequer intenção de voltar alguma vez a Portugal, o que significa que provavelmente cortam os laços com o nosso país, é um comportamento totalmente diferente dos outros emigrantes da chamada emigração histórica ou tradicional.

JS expõe a mesma análise, distinguindo as diferentes gerações de emigrantes:

A grande maioria mantém fortes ligações com Portugal. A primeira geração tem uma ligação extremamente forte a Portugal: construiu lá casa, vai lá várias vezes por ano, sobretudo agora que esta primeira geração está aposentada, e então fazem uma

vida “cá e lá”. Há um aspeto fundamental que é a proteção social, sobretudo na questão da saúde. A nossa comunidade quer manter um acompanhamento aqui em França e portanto a existência é repartida entre os dois países. A segunda geração, terceira, etc... Tem uma ligação forte a Portugal mas já não é da mesma forma. É uma ligação sobretudo porque sempre fizeram férias a Portugal com os seus pais, continuam a ir regularmente a Portugal muito embora não seja com a mesma regularidade dos pais, já não investem como investiram os pais em Portugal, na maioria dos casos... E depois já não dominam a língua por isso há uma diferença substancial. Esta nova geração, estou convencido, vai reproduzir o percurso da primeira geração e irá manter uma forte ligação a Portugal.

Na sua perspetiva, de que forma evoluíram estas ligações desde o início das suas funções nesta empresa/instituição?

Para Carolina Ribeiro, em funções desde 2006 e funcionária do banco BCP há mais de 30 anos, “*a um certo momento a ligação não era tão forte. Hoje, com os diversos eventos que há e as associações, cada vez mais o português está ligado a Portugal. Entre Portugal e França há uma ligação natural*”.

Na opinião de Jorge Silva, funcionário do Consulado Geral de Portugal em Bordéus há quatro anos e da rede consular portuguesa há mais de 20 anos, a evolução verifica-se sobretudo “*nesta vivência do 'metade lá, metade cá' mas o sentimento de pertencer creio que sempre foi muito forte e não se alterou ao longo dos anos.*”

Na opinião de António Leão Rocha, Cônsul de Portugal em Bordéus desde 2010, “*não há uma grande evolução em termos de comportamento relativamente à emigração tradicional*”. No entanto, destaca “*alguns aspetos curiosos*”:

um dos aspetos que mais caracterizou a emigração portuguesa na Europa, o envio das remessas, tinha desaparecido, tinha deixado de existir. E nos últimos dois anos tem havido um forte regresso das remessas de poupanças dos emigrantes em Portugal. Por outro lado um regresso também de um forte investimento, sobretudo no sector imobiliário mas não só, dos emigrantes portugueses em Portugal. A emigração teve uma forte evolução nos últimos dois anos: aumentou muito a saída de portugueses para o estrangeiro e aqui para a região também.

Quanto a Ana Maria Torres, em funções desde 2008, a evolução verifica-se sobretudo a nível da imagem projetada por Portugal:

Os filhos dos portugueses que chegaram na década de 60 estavam afastados de Portugal e da cultura portuguesa; não lhes interessava, se pudessem esconder que eram portugueses faziam-no porque Portugal não era um país de prestígio. Há sempre uma abundância de clichés que giram em torno dos portugueses... Os filhos dessas pessoas sofreram muito com isso portanto evitavam dizer que eram portugueses e ignoraram completamente a cultura dos pais. Hoje em dia, e sou obrigada a admitir, mesmo não gostando de futebol, que o futebol tem tido um enorme impacto na mudança de mentalidades hoje os netos da primeira imigração tem outra visão de Portugal, há uma mudança de mentalidade. Procuram as suas raízes e interessam-se pela cultura dos seus avós. Apercebo-me disso porque tenho

alunos que me dizem “Eu estou a aprender Português, porque os meus avós eram portugueses”.

Que diferenças verifica entre os emigrantes chegados a França na década de 60/70 e os atuais?

Na opinião de Carolina Ribeiro, a diferença principal entre estas duas vagas de emigração é o modelo de reagrupamento familiar, que se verifica menos no caso dos novos emigrantes:

a nova emigração é mais ou menos como a dos anos 60 e 70, os emigrantes procuram qualidade de vida... É talvez um bocadinho diferente porque nos anos 60 e 70 eles vinham para fazer economias, para construir um bem lá em baixo. Neste momento eles já têm esses bens, por exemplo a casa principal, e vêm para procurar rendimentos. As famílias ficam lá em baixo e normalmente não está previsto que venham, antigamente vinha o homem e depois trazia a esposa, os filhos... A nova geração, penso que vem para procurar rendimentos mais importantes para poder justamente dar seguimento às necessidades em Portugal, para poder transferir para a esposa e para os filhos que ficaram a estudar em Portugal. É um bocadinho diferente mas o objetivo é o mesmo: encontrar uma melhor qualidade de vida.

Ana Maria Torres defende que "*a questão sentimental é a mesma*", verificando-se sobretudo uma diferença a nível da formação profissional e/ou escolar.

Os emigrantes dos anos 60 eram pessoas que não tinham nenhuma formação, nem escolar nem profissional, e foi por isso que emigraram. Hoje as pessoas que emigram muitas vezes têm uma qualificação profissional. Há sempre pessoas que não a têm e também emigram, mas já não são todos nem a maioria. Antes, uma pessoa que tinha uma qualificação profissional não era obrigado a deixar o país, em princípio conseguia-se encontrar uma vida estável em Portugal quando se fazia parte da classe média. Hoje não, infelizmente, existem muitas pessoas que têm uma boa formação e vêm para aqui para encontrar emprego.

O aspeto da formação profissional é também mencionado por ALR, que destaca igualmente uma diferença a nível do projeto de voltar um dia a Portugal:

Historicamente a emigração dos anos 60 e 70 foi esmagadoramente trabalhadores rurais portugueses, não qualificados de todo, que vieram aqui e que aceitaram, sobretudo os homens, empregos na construção civil, e as mulheres emprego doméstico. Foi esse o modelo da nossa emigração, em França em particular e em Bordéus muito concretamente. A nova emigração... nota-se que são outro tipo de pessoas. Mesmo que o trabalho que venham desempenhar seja o mesmo, a esmagadora maioria não são trabalhadores rurais, vêm de outros sectores, até quadros que, por razões momentâneas, perderam o emprego ou não têm possibilidades de emprego em Portugal e portanto procuraram outros destinos para fazerem a sua vida. Mas mesmo os que vêm trabalhar na construção civil têm outra formação. Há depois toda a outra parte da nova emigração, os jovens diplomados, os licenciados, e esses não têm nada a ver, nem na sua formação nem no seu comportamento nem nas suas aspirações, com a emigração histórica dos anos 60 e 70. Um dos aspetos fundamentais, por exemplo, é que, apesar da maioria dos emigrantes dessa emigração histórica não concretizarem o sonho de, na velhice, regressar para Portugal, todos partiram com esse sonho, e durante anos alimentaram esse sonho. O que aqui faziam era uma situação temporária, para juntar dinheiro e

um dia voltar para Portugal, comprar a sua casa em Portugal e voltar. Os novos emigrantes, sobretudo os mais jovens, provavelmente não têm o horizonte de algum dia voltar a Portugal e isso, num certo sentido, é um pouco preocupante. O país está a perder gente muito qualificada, que não vai investir pessoalmente no país, quadros que formámos e que se vão perder. Poderiam contribuir para construir o futuro do país e estarão a contribuir para o futuro de outros países. Teremos de encontrar formas de valorizar essas pessoas, enquadrá-las e fazê-las sentir a necessidade de investirem também de si próprias em Portugal.

JS sublinha por seu lado a evolução do mercado de trabalho, que condiciona a inserção dos novos emigrantes na sociedade francesa, e as expectativas das duas emigrações em termos da qualidade de vida que procuram em França:

As gerações chegadas nos anos 60 e 70, sobretudo 60, encontraram um mercado de trabalho totalmente aberto, havia uma procura maior do que a oferta de mão-de-obra... As pessoas chegavam hoje e amanhã de manhã começavam a trabalhar. Esta nova geração que vem para um mercado de trabalho de certa forma já saturado, estamos num país que tem mais de 3 milhões de desempregados, portanto é muito mais difícil... Para além disso, aquilo que a primeira geração exigia em termos de conforto, de condições mínimas de vida, é muito diferente também. Há sobretudo estes dois aspetos.

Na sua opinião, os emigrantes portugueses estão totalmente integrados na sociedade francesa? Porquê?

As respostas dos entrevistados a esta questão não são consensuais, dependendo da aceção individual do conceito de integração. Assim, para Carolina Ribeiro, os emigrantes portugueses estão “*totalmente [integrados]. Vêm muitas vezes já com apoio das famílias que já estão cá e integram-se perfeitamente. O português integra-se bastante bem, tem uma boa reputação de trabalhador, portanto chega, encontra um trabalho e integra-se na sociedade francesa*”.

Da mesma forma, ALR considera que “*hoje em dia [os emigrantes] estão integrados*”, sublinhando que houve uma evolução ao longo do tempo e das gerações:

A primeira geração teve algumas dificuldades, em parte por causa da barreira da língua e porque vieram para aqui com o espírito de um dia voltar e portanto nunca quiseram muito integrar-se, porque no horizonte estava voltar. Mas depois, com a segunda e a terceira geração, que se integraram perfeitamente... Hoje em dia, mesmo a primeira geração, em virtude da segunda e da terceira, está plenamente integrada. Quando aqui cheguei, tanto o *maire* [presidente da câmara municipal] de Bordéus Alain Juppé como outros *maires* à volta de Bordéus e mais longe na minha jurisdição... a única coisa que todos me disseram, sem exceção, é que os portugueses estão plenamente integrados na sociedade local, são uma comunidade muito pacífica, trabalhadora, e que ajudou a construir aqui a região. Imagino que a nova emigração tenha ainda mais facilidade para se integrar porque são um pouco cidadãos do mundo. É verdade que continua a haver a barreira da língua porque hoje em dia, o francês já não se aprende muito em Portugal mas... Há o inglês e há outras línguas, que facilitam a integração. Não me parece que vá voltar a haver o drama coletivo que foi no início dos anos 60.

Por seu lado, Jorge Silva considera que os emigrantes portugueses em França “*estão totalmente integrados em termos económicos, culturais, etc*”, mencionando no entanto que “*a nossa emigração é conhecida como sendo ma comunidade invisível...*”. Assim, no que diz respeito ao exercício dos direitos cívicos:

ainda há muito, muito trabalho a fazer, e não sei se alguma vez ela estará totalmente integrada... A taxa de recenseamento aqui em França para as eleições municipais e europeias, mas sobretudo municipais, é muito, muito baixa, o que denota que realmente não há uma integração cívica. Ao mesmo tempo isto também se verifica em Portugal portanto... Será que não estão recenseados em França porque também não estão recenseados em Portugal e quer dizer que falha aqui esta noção, esta vontade de participação cívica? Ou não fazem porque não sabem, se bem que a informação circula... Ao fim ao cabo eu diria que sim, está integrada, totalmente, mas há esta particularidade de não haver esse exercício pleno dos direitos cívicos.

AMT faz a distinção entre adaptação e integração, considerando que os portugueses se adaptam sem chegar a integrar-se:

É muito difícil de cortar o cordão. Para os portugueses talvez ainda mais, durante muito tempo vivemos entre nós, não conhecíamos o mundo e sempre nos foi dito que estávamos bem era sozinhos. Essa foi a política de Salazar durante 40 anos, quase 50 anos: "orgulhosamente sós". Criou-se um sentimento muito forte de patriotismo. O cordão é muito difícil de cortar: a pessoa emigra porque sabe que economicamente é complicado e é a única maneira que ela tem de viver uma vida melhor mas o sonho é sempre o mesmo. Estamos em 2014 e eu apercebo-me que, mesmo a emigração que agora chega todos os dias, há uma nova vaga, o sonho é o mesmo: voltar para Portugal. É ir para fora, ganhar algum dinheiro, pagar o crédito da casa que se comprou em Portugal e voltar. Isso faz com que a integração seja muito mais difícil e invisível. Os portugueses adaptam-se muito bem e é precisamente aí que há o perigo. A maioria das pessoas pensa que os portugueses se adaptam, que se inserem mas é uma falsa inserção. Eles adaptam-se, acomodam-se mas o sonho é sempre o mesmo: voltar. Vê-se isso cada vez que há um fim-de-semana prolongado ou férias... A família portuguesa só pensa numa coisa: ir a Portugal. A maioria adapta-se mas não se integra. Não chegam a gostar da França. Muitas vezes respondo-lhes: "mas se vai fazer a sua vida aqui, o melhor é gostar do país onde vai viver por muito tempo". Temos de ser realistas: a vida não se reconstrói em 5 ou 6 anos, vão viver muito tempo aqui antes de poder voltar. E há aqueles que nunca voltam, como nos anos 60. Há alguns casos em que se dá essa rutura mas a maioria não. Sentimentalmente, emocionalmente, os portugueses nunca saem do seu país. Pensam “este não é o nosso país, não é a nossa mentalidade, viemos para ganhar dinheiro mas não para viver”. E no entanto a cultura não é muito diferente, somos um povo latino, as tradições religiosas são semelhantes às nossas, a gastronomia não é muito diferente. Depois há o modo de vida, nós gostamos de falar, os franceses são mais discretos, mais reservados. Talvez seja isso que lhes faz falta: a convivialidade das pequenas aldeias, Bordéus é uma cidade grande... Não podemos dizer que há uma grande diferença cultural entre Portugal e França mas é verdade que a maneira como vivemos no quotidiano não é a mesma. Nós entramos mais na intimidade dos nossos vizinhos, dos nossos amigos, da nossa família. Aqui é mais fechado, mais compartimentado.

Tendo em conta a sua experiência considera que os emigrantes portugueses são “transmigrantes”? Porquê?

Para Carolina Ribeiro, a facilidade de mobilidade entre os dois países revela a transnacionalidade dos emigrantes portugueses instalados na região de Aquitaine: "*Quantas vezes se vê as carrinhas cheias de gente à quinta-feira à noite a ir para Portugal e na segunda de manhã já estão cá a trabalhar... Em geral vão e vêm com facilidade, estão lá e cá. É talvez a região que permite isso...*”.

António Leão Rocha partilha esta convicção, considerando que os emigrantes são, na sua maioria, simultaneamente portugueses e franceses, mencionando no entanto que a componente do exercício dos direitos cívicos é ainda pouco significativa:

Sim, completamente. Pelo menos aqui em Bordéus os nossos emigrantes, os tradicionais, são completamente transmigrantes porque de facto é isso que caracteriza o dia-a-dia deles. Hoje em dia sentem-se tão franceses como portugueses: se bem que mantendo toda a ligação e o forte sentimento relativamente a Portugal, também são franceses. Acho que isso é fundamental para eles, para nós, para Portugal, para a relação entre os dois países. Um dos aspetos que falta talvez aos portugueses, pelo menos aqui na minha jurisdição, é ter uma participação eleitoral, já não digo que vão necessariamente votar por este ou por aquele, mas que estejam inscritos nos cadernos eleitorais, de uma forma mais significativa e muito mais de acordo com a sua presença aqui. De facto, se nós pensarmos que a presença portuguesa aqui é fortíssima, depois quando vemos o número de portugueses inscritos nos cadernos eleitorais, não corresponde muito a essa forte presença e é importante, porque isso também é um sinal da integração plena... É importante que, ao nível cívico e político, participem ativamente, como participam nos outros níveis da vida coletiva local.

Jorge Silva considera igualmente que os emigrantes portugueses em França podem ser considerados transmigrantes pois dispõem de uma dupla cultura:

Sim, têm uma dupla cultura. A primeira geração tem uma dupla cultura mas com uma vertente mais portuguesa, não se vive quarenta anos num país sem adquirir um conjunto de hábitos, noções de pertença ao país, ou seja, têm uma cultura também francesa... E depois temos as outras gerações que têm uma cultura sobretudo francesa mas com outros aspetos, pormenores, etc, da cultura portuguesa, que adquiriram pelos seus pais, pelas visitas, pelas férias que fazem em Portugal, pela família que têm em Portugal... Portanto sim, têm uma dupla cultura.

Inversamente, Ana Maria Torres considera que a maioria dos emigrantes portugueses não integra completamente uma dupla cultura, simultaneamente francesa e portuguesa:

Nos hábitos de consumo, há sempre a nostalgia dos produtos nacionais... Mas não é todos os dias. O envio de remessas é cada vez menor, penso eu, por vários motivos: os portugueses hoje já não vivem como viviam década de 60, quando se privavam exatamente para isso... Querem uma vida com um mínimo de conforto aqui e portanto não lhes resta muito para enviar... Em relação às práticas políticas... não temos uma cultura muito política, não nos está no sangue. Quando se perde o trabalho, a casa e se chega a um país estrangeiro, a principal preocupação não é inscrever-se nos cadernos eleitorais e compreendo isso muito bem. Somos conhecidos como a comunidade menos politizada, os espanhóis têm uma consciência política e um dever político, mas a história não é a mesma. A emigração espanhola sempre foi política e económica, a nossa sempre foi só económica. Mas não só, eu vejo a facilidade com que os emigrantes espanhóis integram uma dupla cultura, essa dupla identidade, gerem isso muito bem... Nós não...para nos integrarmos aqui ou esquecemos tudo ou não esquecemos nada e fingimos que estamos integrados. Acho que os portugueses precisam de ajuda para gerir estas

coisas: o país anfitrião dá-lhes os privilégios que dá aos outros cidadãos europeus e é tudo. Eles precisam de um pouco de ajuda para gerir essa dupla cultura, que é uma grande vantagem. E para mim a maioria dos emigrantes portugueses não tem esta dupla cultura, são ou só portugueses ou só franceses.

Na sua opinião, qual a evolução típica da ligação do emigrante a Portugal ao longo dos anos passados em França?

Na opinião de Ana Maria Torres, a ligação “*não evolui muito, precisamente porque estamos muito perto*”:

Antes os portugueses tinham de esperar pelas férias de verão para ir a Portugal, agora têm a oportunidade de ir lá com bastante frequência. Há sempre um vai-e-vem e esta é uma das razões pelas quais, penso eu, ainda temos dificuldade em cortar o cordão. A primeira vaga de imigração, as pessoas que têm agora 80 ou 90 ano, eles não mudaram: são portugueses no seu coração, na sua cabeça, nos seus hábitos. Há uns que partiram e voltaram porque se aperceberam que não era assim tão bom. Quando se vai a um lugar para passar as férias, não se percebe, é só quando se vai viver para o país que se dá conta. Com a emigração de agora vamos ter a mesma situação, talvez não exatamente a mesma porque é verdade que as pessoas que emigram agora já têm outra formação, as atitudes mudam... mas quando eu os ouço e vejo tão ligados a Portugal eu acho que é a mesma coisa.

Para António Leão Rocha, há uma evolução própria a cada geração de emigrantes:

Se formos pensar na primeira geração: chegaram, durante muitos anos ou quase toda a vida tiveram como sonho regressar, até que, no momento em que se apresenta o regresso, há uma realidade que é difícil de ultrapassar que é a realidade dos sentimentos, da família, que os faz acabar por ficar. O caso de Bordéus é especial porque de facto estão muito perto e a facilidade permite-lhes, a muitos, regressar para viver em Portugal e depois vir passar temporadas com os netos e com os filhos a França. Relativamente à segunda geração, haverá um outro padrão curioso: em jovens houve muitos casos em que houve uma certa rejeição de Portugal e da identidade dos pais, em parte porque sentiam que os pais não estavam enquadrados na sociedade francesa e em parte também por os pais não falarem francês, isso constituiu uma barreira e houve uma tentação de renegar as origens dos pais para se afirmarem como entidade e como coletivo na sociedade francesa. Depois, à medida que foram envelhecendo, uma reaproximação muito forte de Portugal e hoje em dia a segunda geração é uma geração muito próxima de Portugal. E depois há a terceira geração que está mais longe de Portugal na sua normalidade, muitos não falam português sequer mas no entanto têm uma fortíssima curiosidade desde muito jovens relativamente à terra dos pais e dos avós e portanto vão lá de férias com os pais e os avós ou com grupos de amigos franceses.

A mesma ideia é defendida por Jorge Silva, para quem esta ligação “*vai mudando*”:

A primeira geração, nos anos 60, 70, e esta nova geração, vêm sempre numa perspectiva de retorno, a não ser um ou outro caso. A maioria veio para o estrangeiro porque estava desempregada em Portugal, porque já não encontrava trabalho em Portugal, porque estava a viver uma situação económica difícil, e portanto virou-se para o estrangeiro. A vinda para o estrangeiro é vivida sempre com alguma dificuldade e depois, pouco a pouco, vai-se inserindo na sociedade do país de acolhimento, as coisas vão sendo mais fáceis... Depois vai-se criando uma certa distância com Portugal, embora a saudade esteja sempre presente, naturalmente vão perdendo alguns contactos... Há algum distanciamento. Em relação a França, é uma

integração cada vez maior, mais forte, este sentimento de pertencer mesmo se nalguns aspetos, como disse os direitos cívicos, não seja total. Vai evoluindo, as pessoas sentem-se mais integradas, os seus filhos começam a frequentar a escola aqui... E depois há uma certa perda da noção do real, do vivido em Portugal. Quando se já está a viver há quinze, vinte, trinta anos, noutro país, vai-se perdendo aquele contacto do quotidiano, que é natural.

Na opinião de Carolina Ribeiro, a ligação é *“cada vez mais forte, o português não consegue esquecer Portugal. É uma ligação muito forte, o português em qualquer parte do mundo tem sempre uma ligação a Portugal. E há sempre uma ligação: uma festa, um produto...”*.

Em que medida considera que a emigração portuguesa difere da de outras nacionalidades em França?

Para Jorge Silva, a emigração portuguesa pode ser comparada à de outras nacionalidades tais como a emigração espanhola ou polaca, distinguindo-se no entanto da emigração africana ou asiática:

Tudo depende da origem das outras emigrações. Sempre considerei que a nossa emigração era muito parecida com a emigração polaca, do início do século XX, que foi sobretudo feita para o Norte da França, com a emigração italiana, que veio portanto antes e logo a seguir à Segunda Guerra Mundial, e também muito parecida com a emigração espanhola. É diferente de outras emigrações, vindas nomeadamente do continente africano ou da Ásia, sobretudo pelo lado cultural, porque somos um país latino, a religião católica é predominante, pela proximidade que nos permite manter a ligação ao país, enfim... É sem dúvida diferente. A nossa integração foi, à semelhança justamente da emigração polaca, italiana ou espanhola, de certa forma mais fácil.

A mesma comparação é estabelecida por ALR:

Se compararmos com a emigração por exemplo magrebina, acho que é evidente, é uma questão cultural, quanto mais não seja. Apesar de muitos magrebinos na primeira geração terem vindo para França fazer o que faziam antes os portugueses, há mesmo a ideia de que a vaga de emigração magrebina veio no fundo substituir os portugueses em tarefas que até aí eram os portugueses que perfaziam. E há hoje em dia, sobretudo, uma grande diferença e que faz toda a diferença ao nível do dia-a-dia das pessoas que é o facto de nós, Portugal, sermos um país da União Europeia e termos um estatuto muito mais privilegiado, que decorre do facto de serem cidadãos europeus e que lhes facilita muito mais a vida. Historicamente a emigração espanhola aqui para a região foi muito parecida com a nossa, aliás acabou uma década antes da nossa: aí não vejo grandes diferenças, no padrão das pessoas que vieram (trabalhadores rurais) e nas funções que vieram ocupar.

Ana Maria Torres partilha igualmente esta convicção, acrescentando no entanto que a visão dos franceses relativamente à emigração portuguesa começa a mudar:

Cada país tem a sua tradição, a sua cultura, obviamente, não temos todos a mesma... Entre os portugueses e os espanhóis não há muita diferença, exceto o que eu disse: os espanhóis participam muito na vida política das cidades onde estão inseridos. Mas as tradições são as mesmas... Os espanhóis adaptam-se tão bem como os portugueses

mas integram-se um pouco melhor. Depois, obviamente, há países como a Argélia, Marrocos, onde não é de todo a mesma coisa, por questões religiosas ou históricas, há uma grande diferença.

Atualmente, os franceses começam a mudar sua visão dos portugueses. Foi muito difícil, muito longo... ainda hoje há preconceitos sobre os emigrantes portugueses e a culpa é só nossa: eles têm a imagem que nós lhes damos. Não é culpa da pessoa que emigra, porque ela quando emigra, o que traz consigo? Traz a sua bagagem: a sua cultura, conhecimentos e tradições. Cabe aos governantes do país dar as ferramentas para que possamos evoluir: em relação ao país que deixámos e ao país para onde fomos viver. Em relação ao país que deixámos, há pessoas que têm agora 80 anos de idade e, para eles, Portugal é como era nos anos 50. Esse Portugal já não existe. Não é culpa dos portugueses que estão cá, eles não têm mais nada para mostrar para além do que trouxeram na sua bagagem. Ir lá nas férias não permite ver como o país mudou.

Hoje há muitas outras referências que nos permitem dizer que em Portugal não há só pedreiros e empregadas domésticas, mesmo se não há qualquer problema em ser pedreiro ou empregada doméstica, mas Portugal não é só isso. A situação começa a mudar um pouco mas...continua a ser o país dos pequenos portugueses, “são valentes”, “não nos chateiam muito”: é uma emigração que não causa problemas, é passiva, não há muita delinquência nos meios portugueses... Tenho um amigo que diz, e eu concordo com ele, que os franceses olham para os portugueses como olham para as suas avós: com uma grande ternura mas pensando que há coisas que eles nunca vão entender, porque estão um pouco em atraso. Eu tenho muita esperança nesta nova geração que emigra, talvez ela vá mudar alguma coisa.

Para Carolina Ribeiro “*os portugueses têm uma boa reputação aqui em França desde sempre, não é o caso de todas as outras nacionalidades*”.

Considera que o número de emigrantes portugueses em França vai aumentar nos próximos anos? Porquê?

Na opinião de Carolina Ribeiro, “*Tendo em conta a situação atual que estamos a viver, sim. Não sei como isto vai continuar mas cada vez mais as pessoas emigram, todos os dias chegam pessoas de Portugal, é impressionante. Jovens, quadros... Talvez, pessoas que nunca pensaram partir de Portugal... Penso que ainda vai aumentar*”.

Ana Maria Torres considera que a progressão da emigração portuguesa em França dependerá da evolução do mercado de trabalho francês e do panorama político:

Não sei se ele vai aumentar, porque o mercado de trabalho está a começar a ficar saturado... por agora ainda está em progressão mas, a partir de agora, eles vão começar a vir e a ser obrigados a partir de novo porque não encontraram trabalho. Temos de continuar a ser otimistas e ter esperança de que as coisas mudem em Portugal, não sei como, mas temos que acreditar. Em França começa a ser difícil também, as mulheres ainda são capazes de encontrar trabalho facilmente nas limpezas mas os homens começam a ter problemas... E tudo depende de como vai evoluir a política em França, porque agora fala-se da ascensão do FN [Front National, partido de extrema direita] e eles querem fechar as fronteiras, não deixar entrar mais imigração... Quanto mais o FN aceder às instituições políticas francesas, mais a situação vai mudar...

A mesma análise é feita por António Leão Rocha, acrescentando que se verifica uma progressiva diversificação dos destinos da emigração portuguesa:

Ultimamente tem aumentado. Eu diria que é provável que aumente porque continua a notar-se uma clara preferência de muitos emigrantes potenciais pelos destinos tradicionais de emigração e França sempre foi o grande destino da emigração tradicional na Europa. No entanto, isso pode vir a estar condicionado pela evolução da economia francesa e da situação em França porque a França, como outros países da Europa, estão a sofrer também da crise, estão a dar sinais de alguma preocupação económica e social e se assim for poderá ser difícil que os portugueses possam vir para França e encontrar alternativa de trabalho neste país, se realmente as coisas se complicarem muito em França. Aliás, já se nota um pouco também essa escolha de países que estão melhor do que os países da União Europeia. Em conjunto com a França e a Alemanha, para onde a emigração continua ser forte neste momento, tem-se notado ultimamente muita emigração também para o Reino Unido e para a Suíça, dois países que não estão na União Europeia e que estão melhor, onde as pessoas procuram emprego e onde pensam, com algum fundamento, que terão mais facilidades em consegui-lo. E depois, o que tem acontecido nestes últimos três anos, é a escolha de destinos ligados à língua portuguesa e muito fortemente o Brasil em primeiro e lugar e Angola e Moçambique nos lugares seguintes.

Para Jorge Silva a evolução da emigração portuguesa prender-se-á sobretudo com a situação política e económica em Portugal:

O número tem vindo a aumentar, de uma forma importante... Agora, de certa forma, esgota-se também o potencial de candidatos à emigração em Portugal. Nestes últimos anos estima-se que saíram cerca de 100, 120 mil pessoas por ano, o que é comparável ao que aconteceu nos anos 60 portanto chega uma altura em que... o número vai obrigatoriamente diminuir... Agora quando, isso não sei. Muito provavelmente, está intimamente ligado à situação económica e financeira do nosso país. Desde que a situação económica e financeira, portanto o emprego, venham a melhorar em Portugal, obrigatoriamente, naturalmente, o fluxo da emigração vai diminuir. Haverá sempre, sempre houve, os portugueses sempre saíram... mas não na dimensão atual.

Considera que França ainda é um bom destino para a emigração portuguesa? Porquê?

Para Carolina Ribeiro a França é ainda um bom destino, tendo em conta o *feedback* dos emigrantes com quem contacta: “*Há pessoas que tentam outros países, aqui conhecemos alguns clientes que nos dizem que não foi fácil. A França sempre foi um país de destino para os portugueses, mesmo se os jovens portugueses agora tentam ir para países como a Inglaterra. Aqui em França muitos têm família por isso é mais fácil, tanto vir para cá como depois ficarem.*”

Os outros entrevistados responderam afirmativamente à questão, expressando no entanto algumas reservas quanto à evolução futura desta situação. Assim, para Jorge Silva:

Sim porque cada família em Portugal tem aqui ou um amigo, um familiar, um primo, um irmão, que vai facilitar de certa forma a integração no país. Isto é um

aspecto positivo. O aspecto negativo é que o mercado de trabalho aqui está saturado, portanto hoje é extremamente difícil encontrar aqui um emprego e um emprego que dê as condições mínimas para viver aqui de uma forma confortável.

Da mesma forma, para António Leão Rocha:

Neste momento é, vemos que chegam todos os dias novas pessoas e mais ou menos, tirando uma outra situação, têm conseguido trabalho, sobretudo aqui na região. Eu noto que os portugueses que aqui estão, em Bordéus em particular, têm conseguido trabalhar. Neste momento a França ainda é uma alternativa válida, vamos ver se durante o decorrer do ano e no próximo ano continuará a ser possível. Só vendo o que vai acontecer com a situação geral da Europa.

Por seu lado, Ana Maria Torres constata que os emigrantes portugueses começam a sentir algumas dificuldades para obter trabalho em França:

Por enquanto sim... Em Bordéus, por enquanto, não conheço muitos casos dramáticos em que nem o homem nem a mulher têm um emprego, o que eu noto é que para as mulheres é ainda é fácil, para homens é que começa a ficar um pouco mais difícil. Muitas empresas francesas também estão a fechar, mesmo no sector da construção.

Que sugestões propõe para reforçar a ligação dos emigrantes tanto a Portugal como a França?

Carolina Ribeiro destaca o aspecto empresarial e comercial das relações luso-francesas como possível solução: *“Penso que cada vez há mais maneiras de ter relações mais fortes, mais importantes entre Portugal e França... Há bastantes associações entre empresas portuguesas e francesas por exemplo para trocarem ideias, fazerem parcerias. Penso que cada vez mais vai haver trocas entre Portugal e França, a nível de comércio mas não só”*.

Para António Leão Rocha, reforçar a ligação dos emigrantes a Portugal é prioritário tendo em conta a dimensão da mais recente vaga de emigração:

Reforçar a ligação a França penso que não é preciso. Os emigrantes tradicionais estão ligados a França porque na segunda e na terceira geração já aqui nasceram, já são franceses... Relativamente a Portugal sim, e sobretudo da parte de Portugal relativamente aos novos emigrantes, temos que pensar em soluções criativas para que não se perca essa ligação e esse vínculo. Na emigração tradicional diria que uma das formas mais importantes é o vetor da língua, nos novos emigrantes a língua não é um elo essencial porque falam português, acabaram de sair de Portugal... Relativamente a esses é preciso encontrar soluções para os encontrar, primeiro porque tudo, porque são os tais invisíveis, e depois conseguir formas de os manter atraídos por Portugal. Imagino que isso, por exemplo, um elemento que pode ser forte no sentido de criar esse vínculo, seria a cultura, mais do que outro aspecto, ou os negócios... Temos de criar manifestações culturais que mobilizem essas pessoas.

Para Jorge Silva, o aspecto fundamental é o exercício dos direitos cívicos, propondo um estreitamento das relações entre os emigrantes e as suas localidades de origem:

Talvez procurar implicar mais as pessoas na vida das suas terras, mesmo quando são residentes no estrangeiro. Não sei se, havendo a possibilidade de eles participarem nas eleições municipais em Portugal quando têm casa lá... Talvez assim se conseguisse... Sempre houve uma forte ligação da comunidade pelo envio das remessas, pelos seus investimentos, e continua. Portanto eu diria que o aspeto que tem de ser melhorado é o aspeto da participação cívica, nas eleições, no debate que há à volta, os assuntos que surgem na vida nacional. E isto só vejo que seja possível através justamente da participação a nível local. De outra forma é difícil.

Quanto a Ana Maria Torres, a ligação entre os emigrantes e Portugal deve passar por um melhor conhecimento do país e dos seus pontos fortes. No que toca à ligação a França, sugere que os emigrantes devem ser bem informados e enquadrados desde a chegada:

Para se manter ligado a Portugal com dignidade deve-se conhecer a nossa cultura, precisamos de saber de que é que temos orgulho hoje. Portugal tende a agarrar-se aos fatos do passado mas atualmente temos razões para estar orgulhosos, talentos a todos os níveis: desportivo, musical, arquitetónico... Só é preciso mostrar-lhes isso para que tenham orgulho em ser portugueses por boas razões. Gostaria que me dissessem que têm orgulho em ser portugueses mas sabendo porque é que têm esse orgulho... Continuam ligados mas eu gostaria que continuássemos ligados por razões mais nobres, no bom sentido, mais dignas, é verdade. Também gostava que nos ensinassem como se abrir aos outros, porque não temos muito essa cultura. Viver noutra país é adaptar-se às regras, mas também interessar-se pela cultura e pela história, isso enriquece-nos e permite-nos viver melhor e ultrapassar o facto de ter deixado o nosso país. Em vez de viver sempre na utopia de partir, pensar antes "estou aqui, mais vale aproveitar". Gostaria que se fizesse a receção dos recém-chegados, conhecer as pessoas que vêm e dizer-lhes: "estão aqui por algum tempo, por que não aproveitar, interessar-se pela história, pela França? E ajudá-los, ter alguém da CAF, do serviço de alojamento, do centro de emprego, de cada serviço. Apostar também no ensino do Português, através da educação podemos transmitir muitas coisas.

2.3 - ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Cabe-nos agora analisar as respostas obtidas à luz dos conceitos e critérios abordados na secção teórica do nosso trabalho. Neste sentido, examinaremos as respostas obtidas às questões da quarta secção da nossa entrevista de forma a averiguar o grau de transnacionalismo político da nossa população de estudo. A partir das respostas às questões da quinta secção da nossa entrevista podemos analisar o grau de transnacionalismo económico da nossa população de estudo. Estimaremos ainda o grau de transnacionalismo sociocultural a partir dos elementos correspondentes à sexta secção. A análise destes diferentes indicadores permitir-nos-á em seguida formular uma resposta à nossa pergunta de partida: "Em que medida podemos qualificar os emigrantes portugueses de transmigrantes?"

Apresentamos novamente a tabela de indicadores correspondentes às práticas transnacionais económicas, políticas e socioculturais, que declinaremos em seguida individualmente, apresentado o grau de participação correspondente a cada um destes

indicadores. A escala que utilizaremos para avaliar qualitativamente o grau de participação é a seguinte:

Tabela 2 - Escala utilizada para avaliar qualitativamente o grau de participação dos emigrantes nas atividades transnacionais

0 inquiridos	Nulo
Entre 1 e 5 inquiridos	Baixo
Entre 6 e 9 inquiridos	Médio
Entre 10 e 13 inquiridos	Elevado
14 inquiridos	Total

Fonte: Elaboração própria da autora

Tabela 3 – Repetição da tabela de indicadores correspondentes às práticas económicas, políticas e socioculturais

Económicas	Políticas	Socioculturais
Enviar dinheiro para familiares e/ou amigos em Portugal	Estar inscrito para votar e votar nas eleições portuguesas	Participar em festas e eventos culturais em Portugal
Ter uma profissão ligada a Portugal (empresa que comercializa com Portugal, empresa portuguesa, etc...)	Ter conhecimento da possibilidade de votar e votar nas eleições municipais francesas	Ser membro de uma associação de emigrantes portugueses em França
Ter recorrido a ajuda de contactos portugueses para obter trabalho	Participar em manifestações em Portugal e/ou em França	Deslocar-se regularmente (pelo menos uma vez por ano) a Portugal
Consumir produtos importados de Portugal (alimentos, livros, etc.)/Frequentar comércio portugueses em França	Ser membro de uma associação de emigrantes portugueses em França	Contactar regularmente (pelo menos uma vez por mês) com familiares e/ou amigos em Portugal
Levar consigo produtos franceses para oferecer à família/amigos quando se desloca a Portugal		Participar em festas e eventos culturais portugueses em França
Trazer consigo produtos portugueses no regresso a França		Manter-se a par da atualidade portuguesa

Fonte: Elaboração própria da autora

Transnacionalismo político

Práticas transnacionais políticas	Grau de participação dos inscritos
Estar inscrito para votar/Votar nas eleições portuguesas	Baixo (4/14)
Estar inscrito para votar/Votar nas eleições municipais francesas	Baixo (5/14)
Ser membro de uma associação de emigrantes portugueses em França	Nulo (0/14)
Participação em manifestações de carácter político em Portugal e/ou em França	Baixo (1/14)

No que toca ao aspeto eleitoral, constatamos que a taxa de inscrição nas listas eleitorais de forma a votar aquando das eleições em Portugal é baixa, o que corresponde à tendência verificada a nível da totalidade dos emigrantes portugueses em França: em Fevereiro de 2013, apenas 51 mil portugueses se encontravam inscritos nos cadernos eleitorais para votar nas eleições portuguesas (Jornal Expresso, 2013). Os motivos invocados para a não-inscrição prendem-se com a “*falta de tempo*” e o desinteresse sentido relativamente à vida política portuguesa, dois fatores invocados por Albano Cordeiro no seu artigo “Le non-exercice des droits politiques par les Portugais de France” (Cordeiro, 2005).

Quanto ao voto nas eleições municipais francesas, os resultados obtidos são marginalmente superiores mas ainda assim pouco significativos. Esta ligeira disparidade corresponde igualmente à tendência verificada a nível da totalidade dos emigrantes portugueses em França: à mesma data, contavam-se 86 mil inscritos para as eleições francesas.

A nível político, verificamos que a participação em manifestações é quase nula.

Guiando-nos pela análise elaborada por Cordeiro desta realidade, podemos explicar os resultados obtidos tendo em conta o que o autor designa “*a estratégia de invisibilidade*”, ou seja, uma estratégia desenvolvida por parte de uma comunidade de emigrantes no sentido de evitar conflitos ou tensões com a população do país de acolhimento, que se traduz pela ausência de reivindicações e manifestações identitárias e pelo não envolvimento na vida política do país de acolhimento. No que concerne o envolvimento na vida política do país de origem, o autor avança várias causas hipotéticas: o chamado “*argumento histórico*” (a maioria dos portugueses em França emigrou antes do fim da ditadura pelo que não lhe foi facultada

uma “*educação política e de cidadania*”, ao que acresce o baixo nível de escolaridade desta primeira geração), a falta de informação (questionável tendo em conta os esforços levados a cabo pelos Consulados neste sentido), o simples desprendimento em relação à vida política portuguesa como consequência natural do processo de emigração ou ainda o sentimento de nada dever aos políticos, que nada fizeram por eles (Cordeiro, 2005:46-49).

A “*invisibilidade*” da comunidade portuguesa em França traduz-se numa convivência pacífica com a população francesa bem como numa imagem positiva desta comunidade aos olhos dos dirigentes franceses, ilustrada pelas declarações de Francisco Seixas da Costa, embaixador de Portugal em França entre 2009 e 2013: “[...] *a comunidade portuguesa não dá, nem nunca deu, quaisquer razões de especial preocupação em matéria de segurança pública em França [...]. Nunca ouvi o menor comentário de nenhum responsável francês nesse sentido. Pelo contrário, sempre vi sublinhado positivamente o papel dos cidadãos portugueses no seio da sociedade francesa*” (Seixas da Costa, 2010). Esta mesma estratégia de invisibilidade é evocada pelos atores institucionais entrevistados no âmbito do nosso trabalho, que destacam a integração pacífica da comunidade portuguesa na sociedade francesa (“*O português integra-se bastante bem, tem uma boa reputação de trabalhador, portanto chega, encontra um trabalho e integra-se na sociedade francesa*”, “*a única coisa que todos me disseram, sem exceção, é que os portugueses estão plenamente integrados na sociedade local, são uma comunidade muito pacífica, trabalhadora, e que ajudou a construir aqui a região*”, “*é uma emigração que não causa problemas, é passiva*”, “*Em relação a França, é uma integração cada vez maior, mais forte*”), o que, como refere Carolina Ribeiro, “*não é o caso de outras nacionalidades*”. Estes atores destacam igualmente o insuficiente exercício dos direitos cívicos e a fraca participação política, tanto em França como em Portugal (“*A taxa de recenseamento aqui em França para as eleições municipais e europeias, mas sobretudo municipais, é muito, muito baixa, o que denota que realmente não há uma integração cívica. Ao mesmo tempo isto também se verifica em Portugal*”, “*Um dos aspetos que falta talvez aos portugueses, pelo menos aqui na minha jurisdição, é ter uma participação eleitoral, já não digo que vão necessariamente votar por este ou por aquele, mas que estejam inscritos nos cadernos eleitorais, de uma forma mais significativa e muito mais de acordo com a sua presença aqui*”, “*Em relação às práticas políticas... não temos uma cultura muito política, não nos está no sangue. [...] Somos conhecidos como a comunidade menos politizada [...]. Temos a reputação, junto dos franceses, de estarmos pouco envolvidos na política.*”).

Se Cordeiro sublinha que a abstenção nas eleições portuguesas não é necessariamente sinónimo de uma cidadania passiva visto que “*a não participação eleitoral*

*pode esconder comportamentos de responsabilidade cidadã através do associativismo [...], do sindicalismo, da ação humanitária, da solidariedade e outras formas de altruísmo cívico*⁴¹ (2005:40), é de referir que as taxas de participação em manifestações de carácter político e de pertença a associações de emigrantes que averiguámos não são reveladoras de uma cidadania ativa “alternativa”.

Transnacionalismo económico

Práticas transnacionais económicas	Grau de participação dos inquiridos
Envio de dinheiro para familiares e/ou amigos em Portugal	Nulo (0/14)
Ter uma profissão ligada a Portugal (empresa que comercializa com Portugal, empresa portuguesa, etc...)	Baixo (3/14)
Ter recorrido a ajuda de contactos portugueses para obter trabalho	Baixo (2/14)
Consumo de produtos importados de Portugal/Frequentação de comércio portugueses	Total (14/14) Médio (8/14)
Levar consigo produtos franceses para oferecer à família/amigos quando se desloca a Portugal	Médio (8/14)
Trazer consigo produtos portugueses no regresso a França	Médio (9/14)

Podemos verificar que a maioria dos inquiridos se dedica a práticas económicas essencialmente ligadas ao consumo de produtos portugueses em França (frequentação de estabelecimentos de comércio portugueses) e à circulação de bens de consumo entre os dois países (levando produtos franceses para Portugal e trazendo produtos portugueses para França). Este facto é precisamente invocado por Ana Maria Torres: “*Nos hábitos de consumo, há sempre a nostalgia dos produtos nacionais... Mas não é todos os dias*”. Estes resultados podem ser explicados tendo em conta a proximidade geográfica entre os dois países, que permite uma mobilidade regular entre os dois e o transporte de bens de consumo de forma prática e relativamente rápida (quer seja por via rodoviária, ferroviária ou aérea). Um outro fator prende-se com a disponibilidade de produtos portugueses nas superfícies comerciais

⁴¹ Tradução livre da autora. No original : « la non-participation électorale peut cacher des comportements de responsabilité citoyenne, via l’associativisme [...], le syndicalisme, l’action humanitaire, la solidarité envers les autres, et autres formes d’altruisme civique ».

francesas, a existência de comércios portugueses e a crescente uniformização dos produtos entre Portugal e França (as mesmas marcas são comercializadas nos dois países).

Inversamente, no que respeita às práticas económicas ligadas ao âmbito profissional, o número de emigrantes cuja profissão é ligada a Portugal ou que fizeram uso de uma rede de contactos portuguesa de forma a obter trabalho em França é bastante reduzido. Podemos ligar este facto às declarações dos atores institucionais, que descrevem a progressiva saturação do mercado de trabalho francês, a qual implica naturalmente uma rarefação das oportunidades de trabalho: *“Esta nova geração que vem para um mercado de trabalho de certa forma já saturado, estamos num país que tem mais de 3 milhões de desempregados, portanto é muito mais difícil...”*, *“o mercado de trabalho está a começar a ficar saturado [...] Em França começa a ser difícil também, as mulheres ainda são capazes de encontrar trabalho facilmente nas limpezas mas os homens começam a ter problemas”*, *“a França, como outros países da Europa, está a sofrer também da crise, estão a dar sinais de alguma preocupação económica e social e se assim for poderá ser difícil que os portugueses possam vir para França e encontrar alternativa de trabalho neste país, se realmente as coisas se complicarem muito em França”*, *“Muitas empresas francesas também estão a fechar, mesmo no sector da construção...”*, *“que o mercado de trabalho aqui está saturado, portanto hoje é extremamente difícil encontrar aqui um emprego e um emprego que dê as condições mínimas para viver aqui de uma forma confortável”*.

É de notar que nenhum dos inquiridos se dedica ao envio de remessas, o que não corresponde aos dados registados a este respeito nos últimos anos: com efeito, mesmo tendo em conta um decréscimo entre 2010 e 2012, a França é a fonte mais importante de remessas (Banco de Portugal, 2014).

Figura 3 - Tabela de valores de remessas enviadas por emigrantes portugueses entre 2011 e Janeiro de 2014

	Total	União Europeia						Canadá	EUA	Suíça	Brasil	Venezuela	Resto do mundo	Por memória: OCDE	
		Total	Alemanha	Espanha	França	Luxemburgo	Reino Unido								
	Total	European Union						Canada	USA	Switzerland	Brazil	Venezuela	Rest of the world	Memo item: OECD	
		Total	Germany	Spain	France	Luxembourg	United Kingdom								
	1=2+8+...+13	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	
11	2 430 491	1 354 183	113 420	88 409	867 606	67 848	105 314	40 223	130 423	680 734	8 734	9 258	206 936	2 213 095	
12	2 749 461	1 512 621	172 943	129 910	846 149	74 532	130 487	45 900	135 553	697 326	10 733	12 098	335 229	2 399 245	
13	3 015 777	1 693 386	197 247	156 697	894 932	86 937	156 227	42 792	140 320	738 128	16 524	6 974	377 653	2 622 437	
12	Ago	226 121	121 746	12 774	9 637	68 122	7 667	11 495	5 150	11 548	54 427	1 696	461	31 093	193 617
	Set	191 545	104 914	13 310	9 364	55 354	4 348	10 785	3 435	10 002	45 061	657	1 685	25 791	164 140
	Out	225 245	119 876	15 142	11 100	65 005	4 584	10 936	3 327	9 846	56 287	1 177	756	33 975	190 332
	Nov	204 028	106 292	13 628	10 410	55 229	4 529	9 613	2 786	9 025	55 178	418	429	29 899	173 513
	Dez	290 853	139 438	16 583	13 906	71 986	7 539	13 166	3 743	12 605	101 278	906	333	32 549	257 718
13	Jan	216 843	124 628	14 064	10 488	69 578	6 990	10 186	2 822	10 970	51 957	984	1 142	24 340	190 878
	Fev	202 012	116 205	13 051	10 217	62 233	7 012	9 184	2 544	10 078	45 004	1 028	200	26 955	174 706
	Mar	225 425	128 318	15 625	12 752	66 811	6 180	11 163	3 344	11 020	49 812	1 781	433	30 717	193 094
	Abr	252 708	147 524	16 576	13 196	81 837	6 919	11 602	3 058	11 070	56 785	1 666	471	32 134	218 939
	Mai	248 153	144 910	18 125	12 467	76 863	8 181	12 089	4 357	13 288	53 068	1 239	424	30 868	216 224
	Jun	232 133	134 036	16 989	12 152	70 750	6 730	11 716	4 790	10 918	52 360	1 046	300	28 683	202 599
	Jul	374 538	215 597	18 225	14 516	131 376	12 562	17 771	4 497	17 793	97 947	1 810	488	36 407	336 586
	Ago	227 038	130 237	17 004	13 457	61 871	6 465	15 394	3 822	10 153	49 111	1 081	879	31 754	194 038
	Set	211 825	117 484	14 957	11 692	57 695	5 232	15 138	2 804	10 277	50 385	1 133	775	28 966	181 536
	Out	252 489	140 299	16 043	14 576	75 403	6 507	13 216	3 787	11 275	61 997	1 441	515	33 176	218 013
	Nov	221 977	119 493	14 441	13 547	59 072	6 066	12 284	3 633	10 122	55 819	1 333	811	30 764	189 748
	Dez	350 634	174 656	22 145	17 638	81 442	8 093	16 483	3 331	13 356	113 882	1 982	536	42 891	306 076
14	Jan	219 444	124 216	14 092	13 448	63 471	5 949	13 565	2 577	9 628	45 926	1 336	323	35 437	183 112

Fonte: Banco de Portugal (2014), Boletim Estatístico de Março de 2014

A maioria dos atores institucionais entrevistados no âmbito do nosso trabalho invocou um aumento importante do volume das remessas nos últimos anos, bem como do investimento financeiro e imobiliário por parte dos emigrantes portugueses em França (*“Sempre houve uma forte ligação da comunidade pelo envio das remessas, pelos seus investimentos, e continua”, “nos últimos dois anos tem havido um forte regresso das remessas de poupanças dos emigrantes em Portugal. Por outro lado um regresso também de um forte investimento, sobretudo no sector imobiliário mas não só, dos emigrantes portugueses em Portugal”, “Podemos dar apoio [em relação às questões imobiliárias], é uma nova ligação com Portugal e até temos feito em Paris o Salão do Imobiliário”*), o que nos leva a crer que, a nestes aspetos, o nível de transnacionalidade económica dos emigrantes participantes neste estudo não corresponde à realidade global da comunidade portuguesa em França. Por outro lado, podemos ter em conta a explicação fornecida por Ana Maria Torres: *“os portugueses hoje já não vivem como viviam década de 60, quando se privavam exatamente para isso [enviar remessas]... Querem uma vida com um mínimo de conforto aqui e portanto não lhes resta muito para enviar”*.

Transnacionalismo sociocultural

Práticas transnacionais socioculturais	Grau de participação dos inquiridos
Participação em festas e eventos culturais em	Médio (8/14)

Portugal	
Ser membro de uma associação de emigrantes portugueses em França	Nulo (0/14)
Deslocar-se regularmente (pelo menos uma vez por ano) a Portugal	Médio (9/14)
Contactar regularmente (pelo menos uma vez por mês) com familiares e/ou amigos em Portugal	Elevado (11/14)
Participação em festas portuguesas em França	Baixo (2/14)
Manter-se a par das notícias portuguesas	Elevado (12/14)

É a nível sociocultural que se regista o mais elevado grau de transnacionalidade, em geral. Com efeito, verificamos que a maioria dos emigrantes inquiridos contacta regularmente com a família e amigos em Portugal e se mantem a par das notícias portuguesas. Estes resultados podem ser explicados tendo em conta as facilidades de comunicação e acesso aos *media* portugueses: vários operadores de telecomunicações franceses propõem tarifários a baixo custo de chamadas para países europeus (redes fixas e redes móveis) e o canal de televisão RTP Internacional está incluído na maioria dos *bouquets* de televisão por cabo.

Constatamos ainda níveis significativos de participação em festas e eventos culturais em Portugal e de deslocações frequentes a Portugal. É de notar que estes resultados podem ser explicados tendo em conta a proximidade geográfica as facilidades de transporte entre os dois países. As perspetivas dos atores institucionais entrevistados no quadro do nosso trabalho confirmam esta análise: “*se for preciso estão em Portugal três a quatro vezes por ano, [estão] mais perto que outras regiões de França*”, “*nas festas, nos bailes tradicionais, há sempre muita gente. A pessoa precisa de ir procurar as suas raízes nesses lugares, os portugueses têm essa necessidade*”, “*há uma tipificação muito própria daqui em resultado da proximidade com Portugal*”, “*Quantas vezes se vê as carrinhas cheias de gente à quinta-feira à noite a ir para Portugal e na segunda de manhã já estão cá a trabalhar... Em geral vão e vêm com facilidade, estão lá e cá. É talvez a região que permite isso...*”.

Por outro lado, é interessante verificar que nenhum dos inquiridos é membro de uma associação de emigrantes e que a participação em eventos culturais portugueses em França é pouco significativa. Em relação à participação em associações de emigrantes, os emigrantes declararam maioritariamente não estar interessados por esta possibilidade e não sentir essa necessidade. Podemos estabelecer um paralelo com a participação em eventos culturais portugueses em França pois as duas práticas estão intimamente ligadas: as associações de emigrantes contribuem habitualmente para a organização destes eventos culturais e o mesmo sentimento está subjacente às duas práticas. Assim, se os emigrantes declaram não sentir

necessidade para se envolver em associações que promovem a cultura portuguesa em França, é de esperar que também não sintam necessidade de participar nos eventos que visam promover esta mesma cultura. Podemos igualmente equiparar estes dois resultados aos obtidos na categoria de práticas transnacionais políticas: os níveis de associativismo e a participação em eventos de carácter identitário (considerando que a realização e participação em festas e outros eventos culturais portugueses em França é uma forma de reivindicação e reforço dos laços identitários a Portugal) podem ser interpretados como uma outra manifestação da estratégia de invisibilidade e da apatia cívica da comunidade portuguesa. Outra interpretação prende-se com a regularidade das deslocações a Portugal, que, ao contribuir para o reforço da ligação a Portugal e da identidade nacional, pode explicar uma menor necessidade de se envolver em eventos e/ou associações que reforcem esta mesma identidade no dia-a-dia dos emigrantes.

Tendo analisado os resultados respetivos aos indicadores económicos, políticos e socioculturais definidos, cabe-nos agora esboçar uma resposta à nossa problemática e estimar assim a transnacionalidade geral da nossa população de estudo, tendo em conta a definição de “transmigrantes”.

Em que medida podemos qualificar os emigrantes portugueses de transmigrantes?

Segundo a definição de Glick Schiller, Basch e Szanton-Blanc, “os imigrantes são transmigrantes quando desenvolvem e mantêm múltiplas relações – familiares, económicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas – que atravessam fronteiras” (Glick Schiller *et al.*, 1992: ix). Tendo em conta os resultados obtidos através das entrevistas que realizámos, os emigrantes participantes no nosso estudo desenvolvem e mantêm relações transfronteiriças mas a frequência do recurso a estas práticas transnacionais é variável: se verificamos uma forte componente de cariz sociocultural e em certa medida económica (no que respeita aos hábitos de consumo e circulação de bens), os dados obtidos relativamente aos indicadores políticos levam-nos a declarar que esta componente é praticamente inexistente.

Assim, se analisamos os resultados obtidos à luz dos conceitos elaborados pelos autores dos primeiros estudos no âmbito do transnacionalismo migratório (Portes, Guarnizo, Itzigsohn, etc...), a atribuição do adjetivo “transmigrantes” aos emigrantes participantes neste estudo não é evidente. A título de exemplo, de acordo com a tipologia proposta por José Itzigsohn, Carlos Cabral, Esther Medina e Obed Vázquez (1999), na qual as práticas transnacionais são divididas em categorias de acordo com a intensidade, regularidade e

constância, verificamos que o transnacionalismo dos emigrantes participantes no nosso estudo se classificaria em grande medida como “*narrow transnationalism*”, ou seja, um recurso limitado e pouco frequente às práticas transnacionais à exceção das práticas respeitantes aos hábitos de consumo e à circulação de bens e do contacto com Portugal através de deslocações e de meios de telecomunicação, que se classificariam como “*broad transnationalism*” (recurso regular, frequente e constante a práticas transnacionais). Da mesma forma, se nos guiamos por Portes (1999), que limita a aplicação do termo “transnacional” às atividades que envolvem uma relação social transfronteiriça contínua e duradoura, vemos que os emigrantes portugueses em França não correspondem totalmente à definição de “transmigrantes”.

Podemos ainda discutir as hipóteses avançadas por Itzigsohn e Saucedo (2002:772) para explicar a variabilidade do grau de transnacionalidade de diferentes comunidades de emigrantes e a sua pertinência tendo em conta a nossa comunidade de estudo. A primeira hipótese (“Quanto mais forte é a ligação sentimental com o país de origem, mais os emigrantes se dedicam a práticas transnacionais”) não se verifica: se a ligação sentimental dos emigrantes participantes no nosso estudo a Portugal é indubitavelmente forte, a frequência de recurso a práticas transnacionais que verificámos não lhe é proporcional. Quanto à segunda hipótese (“Quanto maiores são os recursos económicos, mais os emigrantes se dedicam a práticas transnacionais”), os dados dos quais dispomos não nos permitem conhecer com exatidão os recursos económicos dos emigrantes. Por último, a terceira hipótese (“Quanto mais o emigrante sente que a sua experiência de vida no país de acolhimento é negativa, mais se dedica a práticas transnacionais”) parece-nos válida. Com efeito, tendo em conta as respostas dos emigrantes inquiridos e dos atores institucionais, podemos avançar que a experiência de vida em França é positiva, o que, segundo Itzigsohn e Saucedo, explicaria o recurso pouco frequente a práticas transnacionais.

Mas, tal como referimos anteriormente, a transnacionalidade desta comunidade deve ser analisada à luz do contexto específico que a permeia. Com efeito, a emigração portuguesa para França é singular, não só pelas especificidades da população que a compõe (nomeadamente a nível da cultura política, a qual, como vimos, pode explicar os resultados averiguados a nível do transnacionalismo político desta comunidade) mas igualmente tendo em conta o contexto no qual ela tem lugar atualmente (União Europeia, proximidade geográfica, coabitação pacífica com a população francesa e o nível de desenvolvimento económico equiparável dos dois países). Tendo isto em conta, consideramos que os emigrantes participantes no nosso estudo não correspondem à categoria de “*long-distance transmigrants*”, invocada por Van Houtum, e Gieilis (2006) para designar os migrantes cujos

países de origem e de acolhimento são separados por uma distância geográfica considerável. Esta categoria, que se aplica aos migrantes alvos de análise nos primeiros estudos consagrados ao transnacionalismo migratório, cujos autores mencionámos acima, reflete um contexto diferente daquele que permeia a emigração portuguesa para França e justifica o uso de indicadores e critérios também eles diferentes. Concretamente, defendemos aqui que uma comunidade migrante cujo país de origem se situa a uma distância significativa do país de acolhimento terá necessidade de recorrer a métodos de ligação ao seu país de origem (associações de emigrantes, participação em eventos culturais que promovem a sua cultura de origem no país de acolhimento, etc...) visto que a possibilidade de se deslocar frequentemente ao país de origem é limitada.

Por outro lado, a emigração portuguesa para França também não se enquadra na categoria de “*short-distance transmigrants*”, pois não existe uma possibilidade realista de se circular de forma quotidiana entre os dois países como se poderia verificar no caso de uma emigração a partir de uma região fronteiriça (entre o País Basco espanhol e o País Basco francês, por exemplo). Propomos assim incluir esta comunidade na categoria de “*medium-distance transmigrants*”: sem que haja uma possibilidade realista de se circular de forma quotidiana entre os dois países, a proximidade geográfica entre eles é ainda assim suficiente para permitir uma frequência anual ou “mesmo” plurianual de deslocação a Portugal. Esta qualificação reflete, na nossa perspetiva, os hábitos de vida dos migrantes em questão: o quotidiano é vivido em França mas as deslocações a Portugal são suficientemente regulares para que o contato com o país de origem seja realizado tanto em pessoa como através do uso de meios de telecomunicação. Este facto pode em certa medida explicar a rara participação em eventos culturais portugueses em França e em associações de emigrantes.

Esta deslocação frequente a Portugal, em conjunto com o contato frequente através dos meios de telecomunicação, o interesse manifestado pela atualidade portuguesa e, sobretudo, a dupla identificação da maioria dos inquiridos com Portugal e com a França (que se auto definem como portugueses e franceses, embora não obrigatoriamente na mesma medida) levam-nos a considerar que os emigrantes participantes no nosso estudo levam a cabo práticas transnacionais. Atendendo a este facto, o envolvimento dos emigrantes portugueses em França em práticas transnacionais, com uma forte componente sociocultural e uma componente política pouco significativa, parece-nos ainda assim suficientemente significativo para lhes atribuir a qualificação de transmigrantes, tal como ela é definida por Glick Schiller, Basch e Szanton.

No que toca à visão dos atores institucionais sobre a transnacionalidade da comunidade portuguesa em França, esta corrobora a nossa análise, embora não de forma unânime. Assim, mesmo se na opinião de Ana Maria Torres esta transnacionalidade não se verifica na maioria dos casos (*“para nos integrarmos aqui ou esquecemos tudo ou não esquecemos nada e fingimos que estamos integrados. [...] para mim a maioria dos emigrantes portugueses não tem esta dupla cultura, são ou só portugueses ou só franceses”*), para António Leão Rocha, Jorge Silva e Carolina Ribeiro os emigrantes portugueses em França são indubitavelmente transnacionais: *“Sim, sim. Quantas vezes se vê as carrinhas cheias de gente à quinta-feira à noite a ir para Portugal e na segunda de manhã já estão cá a trabalhar... Em geral vão e vêm com facilidade, estão lá e cá”*, *“Sim, completamente. Pelo menos aqui em Bordéus os nossos emigrantes, os tradicionais, são completamente transmigrantes [...] se bem que mantendo toda a ligação e o forte sentimento relativamente a Portugal, também são franceses”*, *“Sim, sim. Têm uma dupla cultura”*.

Atendendo ao exposto, concluímos que a definição de “transmigrante” concebida por Glick Schiller, Basch e Szanton-Blanc se adequa à caracterização dos emigrantes inquiridos neste trabalho tendo em conta a frequência observada de recurso a determinadas práticas transnacionais, ao contato frequente que a maioria dos inquiridos declara estabelecer com Portugal e à forma como estes se autodefinem, maioritariamente, como simultaneamente franceses e portugueses.

CONCLUSÕES

No âmbito deste trabalho, interessámo-nos pelas migrações internacionais e nomeadamente pelo conceito de transnacionalismo migratório, tendo como objetivo determinar em que medida a nossa população de estudo (emigrantes portugueses instalados na região de Aquitaine) podia ser qualificada de “transmigrante”, tendo em conta a definição proposta por Glick Schiller, Basch e Szanton-Blanc.

De forma a formular uma resposta a esta problemática, começámos por rever o panorama migratório atual e o papel das migrações internacionais na disciplina de Relações Internacionais, bem como o conceito de transnacionalismo tal como é compreendido no contexto desta mesma disciplina. Analisámos a pertinência da aplicação deste conceito às migrações internacionais e apresentámos os conceitos e instrumentos elaborados pelos principais autores de estudos dedicados a comunidades migrantes no âmbito do transnacionalismo. Tendo constatado a singularidade da emigração portuguesa para França enquanto objeto de estudo no contexto do transnacionalismo migratório, especificámos as opções metodológicas que guiaram o nosso estudo, apresentando e explicando a pertinência dos indicadores escolhidos para avaliar o grau de transnacionalidade da nossa comunidade de estudo. Enfim, após termos exposto os resultados obtidos através de inquéritos aos emigrantes e de entrevistas aos atores institucionais ligados à emigração portuguesa na região de Aquitaine, procedemos à análise destes dados.

Verificámos que existem disparidades entre a frequência do recurso a práticas transnacionais socioculturais, por um lado, e económicas e políticas por outro lado. Com efeito, no que toca às práticas transnacionais políticas constatámos que poucos são os emigrantes inscritos para votar e que votam efetivamente tanto nas eleições portuguesas como nas eleições municipais francesas, uma participação quase nula em manifestações de carácter político em Portugal e em França e uma ausência total de envolvimento em associações de emigrantes em França. No que toca às práticas transnacionais económicas, averiguámos que nenhum dos inquiridos se dedica ao envio de remessas e que apenas uma minoria exerce uma atividade profissional ligada a Portugal e teve recurso a ajuda de contatos portugueses para encontrar trabalho em França. Contudo, os resultados são mais significativos quanto ao consumo de produtos importados de Portugal, à frequência de comércios portugueses e ao transporte de produtos franceses aquando das deslocações a Portugal bem como de produtos portugueses no regresso a França. Por último, quanto às práticas transnacionais socioculturais, constatámos que a maioria dos inquiridos participa em festas e eventos culturais em Portugal, contacta pelo menos uma vez por mês com familiares e/ou amigos em Portugal, mantém-se a

par das notícias portuguesas e desloca-se pelo menos uma vez por ano a Portugal. Todavia, a participação em festas portuguesas em França é pouco significativa e nenhum dos inquiridos faz parte de uma associação de emigrantes. Em conjunto com estes resultados, realçamos ainda que a maioria dos inquiridos se auto define como simultaneamente português e francês, embora não obrigatoriamente na mesma medida).

Através das entrevistas que efetuámos junto dos atores institucionais, verificámos que estes corroboram a nossa análise, embora não de forma unânime, considerando maioritariamente que os emigrantes portugueses em França podem ser considerados como transmigrantes.

Tendo em conta a reduzida dimensão da população inquirida no nosso estudo e a particularidade que caracteriza a região de Aquitaine (nomeadamente em termos de proximidade geográfica e vias de acesso a Portugal), consideramos que não é possível, a partir dos resultados obtidos, inferir dados relativos à totalidade da população portuguesa emigrada em França. Defendemos ainda assim que uma análise desta natureza oferece uma nova perspetiva para o estudo desta emigração, particularmente no que toca ao contexto em que esta se desenrola atualmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR (1993), *The State of the world's refugees, 1993: the challenge of protection*, New York: Penguin Books, <http://www.unhcr.org/4a4c6da96.html> [10 de Maio de 2014].

Adamson, Fiona (2006), “Crossing Borders: International Migration and National Security”, *International Security*, 31(1), 165-99.

Almeida, Aníbal de (2012), Declarações à Lusa, 15 de Julho de 2012, http://www.jn.pt/PaginaInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=2667180&page=-1 [4 de Novembro de 2013]

Badie, Bertrand & Smouts, Marie Claude (1992), *Le retournement du monde. Sociologie de la scène internationale*. Paris : Presses de Sciences Po.

Badie, Bertand; Birnbaum, Pierre; Braud, Philippe & Hermet, Guy (2005), *Dictionnaire de la science politique et des institutions politiques*, Paris : Armand Collin.

Baganha, Maria Ioannis (1993), “Principais características e tendências da emigração portuguesa”, in AAVV (org.), *Estruturas Sociais e Desenvolvimento. Actas do II Congresso de Sociologia*. Lisboa: Fragmentos

Banco de Portugal (2014), *Boletim Estatístico – Março de 2014*, <https://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/BolEstatistico/BEAnteriores/Lists/FolderDeListaComLinks/Attachments/165/BEMar14.pdf> [20 de Maio de 2014]

Barreto, António (2007) “Mudança Social em Portugal, 1960/2000”. *Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Working paper 6-02*. Lisboa.

Basch, Linda; Glick Schiller, Nina & Blanc-Szanton, Cristina (1994), *Nations unbound: transnational projects, postcolonial predicaments and deterritorialized nation-states*, Amsterdão: Gordon and Breach.

Battistella, Dario (2009), *Théories des relations internationales*, Paris : Presses de Sciences Po.

Berlusconi, Silvio & Sarkozy, Nicolas (2011), Carta comum Franco-Italiana à Comissão Europeia e Conselho Europeu, Abril, http://www.euractiv.de/fileadmin/images/Lettre_conjointe_FR_IT_avril_2011.pdf [14 de Setembro de 2013]

Borges Graça, Pedro (2009) “Eléments stratégiques de la diaspora”, *Géoéconomie* 1:48, 57-66.

Bourne, Randolph (1916), “Trans-National America”, *Atlantic Monthly*, 118, 86-97.

Branco, Jorge Portugal (2001a), "A comunidade portuguesa em França (I)". *Janus*, 148-149.

Branco, Jorge Portugal (2001b), "A comunidade portuguesa em França (II)". *Janus*, 150-151.

Branco, Jorge Portugal (2013), “Implantação geográfica dos Portugueses em França: evolução observada entre 1990 e 2009”, *Lusojornal*, 2(110), 12-13.

Carmo, Hermano & Ferreira, Manuela M. (1998) *Metodologia da Investigação. Guia para Auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

Cesário, José (2013), Declarações à agência Lusa, 25 de Janeiro de 2013, <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/200-mil-portugueses-sairam-do-pais-nos-dois-ultimos-anos-1582063> [20 de Novembro de 2013]

Chevalier, Louis (1964), “Chronique de l’immigration”, *Population*, 19(3), 569-578.

Comissão Europeia (2007), “The single market: review of achievements”, Commission Staff Working Document, 20 de Novembro de 2007, http://ec.europa.eu/citizens_agenda/docs/sec_2007_1521_en.pdf [13 de Fevereiro de 2014]

Cordeiro, Albano (2004), “Comment interpréter la faible participation civique des Portugais en France ? Exception ou conformisme ambiant?”, *Cahiers de l’Urmis : “Portugais de France ; immigrés et citoyens d’Europe”* 9, 55-68.

Cordeiro, Albano (2005), « Le non-exercice des droits politiques par les Portugais de France », *Hommes et migrations*, 1256, 39-51.

Dannreuther, Roland (2007), *International Security: The Contemporary Agenda*, Cambridge, Massachusetts: Polity Press.

Diogo, Hélder (2012), Entrevista concedida ao site web Observatório da Emigração, 24 de Outubro de 2012, <http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/3303.html> [2 de Setembro de 2013]

El-Ojeili, Chamsy & Hayden, Patrick (2006), *Critical Theories of Globalization*, Hampshire: Palgrave Macmillan.

Faist, Thomas (1998), “Transnational social spaces out of international migration: evolution, significance and future prospects”. *Archives Européennes de Sociologie*, 39(2), 213–247.

Faist, Thomas (2000), *The Volume and Dynamics of International Migration and Transnational Social Spaces*, Oxford: Oxford University Press.

Ferreira, Alexandra C. S. (2009) *A Emigração Portuguesa e as Políticas Migratórias Europeias*. Tese de mestrado em Ciência Política. Universidade de Aveiro.

Fong, Eric; Cao, Xingshan & Chan, Elic (2010), “Out of Sight, Out of Mind? Patterns of Transnational Contact Among Chinese and Indian Immigrants in Toronto”, *Sociological Forum*, 25:3, 428-449.

Fundação Vox Populi (2010), Estudo das Comunidades Portuguesas no Estrangeiro – França, http://www.fvp.pt/edicoes/imagens/@ficheiros/2725_Portugueses%20e%20Luso-descendentes%20em%20Franca%202010.pdf [24 de Abril de 2013]

Ghemmaz, Malika (2008) *Des Portugais En Europe Du Nord : Une Comparaison France, Belgique, Luxembourg. Contribution A Une Sociologie Electorale De La Citoyenneté De L'union Européenne*. Tese de doutoramento em Ciência Política. Universidade de Lille II.

Ghiglione, Rodolphe & Matalon, Benjamin (1993), *O inquérito - Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora.

Glick Schiller, Nina; Basch, Linda & Blanc-Szanton, Cristina (1992a), “Towards a Definition of Transnationalism”. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 645, ix-xiv.

Glick Schiller, Nina; Basch, Linda & Blanc-Szanton, Cristina (1992b), “Transnationalism: A New Analytic Framework for Understanding Migration”. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 645, 1–24.

Guarnizo, Luis (2003), "The Economics of Transnational Living", *International Migration Review*, 37(3), 666-699.

Hollifield, James (1992), “Migration and International Relations: Cooperation and Control in the European Community”, *International Migration Review*, 26(2), 568-595.

INSEE (2010a), “Recenseamento 2010 - Repartição de estrangeiros por nacionalidade”, Institut National de la Statistique et des Etudes Econmiques, http://www.insee.fr/fr/themes/tableau.asp?reg_id=0&ref_id=etrangersnat [3 de Março de 2014]

INSEE (2010b), “Recenseamento 2010 – Repartição de imigrantes por sexo, idade e país de nascimento”, Institut National de la Statistique et des Etudes Econmiques, http://www.insee.fr/fr/themes/tableau_local.asp?ref_id=IMG1B&millesime=2010&niveau=1&nivgeo=METRODOM&codgeo=1 [3 de Março de 2014]

Instituto Geográfico Português (2005), *Atlas de Portugal*, Lisboa: Instituto Geográfico Português.

Itzigsohn, Jose; Dore, Carlos; Hernandez, Esther & Vasques, Obed (1999), “Mapping Dominican Transnationalism: Narrow and Broad Transnational Practices”, *Ethnic and Racial Studies*, 22(2), 316-39.

Itzigsohn, Jose & Saucedo, Silvia (2002), "Immigrant Incorporation and Sociocultural Transnationalism", *International Migration Review*, 36(3), 766-798.

Jackson, Robert & Sorënsen, Georg (1999), *Introduction to International Relations: Theories and Approaches*, Oxford: Oxford University Press.

Jornal Expresso (2013),“Emigrantes portuguesas preferem votar nas eleições francesas”, artigo publicado a 20 de Fevereiro, <http://expresso.sapo.pt/emigrantes-portuguesas-preferem-votar-nas-eleicoes-francesas=f788114> [18 de Novembro de 2013]

Keohane, Robert & Nye, Joseph (1972), *Transnational relations and world politics*, Cambridge: Harvard University Press.

Keohane, Robert & Nye, Joseph (1977), *Power and interdependence: World politics in transition*, Boston: Little, Brown.

Kivisto, Peter (2001), “Theorizing transnational immigration: a critical review of current efforts”, *Ethnic and Racial Studies*, 24(4), 549–577.

Knight, W. Andy (2002), “Conceptualizing Transnational Community Formation: Migrants, Sojourners and Diasporas in a Globalized Era”, *Canadian Studies in Population*, 29(1), 1-30.

Koikkalainen, Saara (2011), “Free movement in Europe: Past and Present”. *Migration Information Source*. Washington, DC: Migration Policy Institute.

Lacroix, Thomas (2003), *Espace Transnational et Territoires: Les Réseaux Marocains du Développement*. Tese de doutoramento em Geografia e Ciências Políticas. Universidade de Poitiers.

- Leandro, Maria Engrácia (1999), “Le mouvement migratoire au Portugal à la fin du XXème siècle”. *Migrance*, 15, 65-66/73 (número especial sobre « *Le Portugal entre émigration et immigration* »).
- Levitt, Peggy (1998), “Social Remittances: Migration Driven Local-Level Forms of Cultural Diffusion”. *International Migration Review*, 32(4), 926-948.
- Levitt, Peggy (2001), “Transnational Migration: Taking Stock And Future Directions”, *Global Networks*, 1(3), 195-216.
- Lewellen, Ted (2002), *Anthropology of Globalization: Cultural Anthropology Enters the 21st Century*, Westport, Connecticut: Greenwood Publishing Group.
- Liang, Zai (2007), “The Sociology of Migration” in Bryant, Clifton & Peck, Dennis (eds.), *21st Century Sociology: A Reference Handbook*, Alabama: Sage Publications.
- Lourtie, Pedro (2012), Declarações à agência Lusa no âmbito do seminário «A Emigração Portuguesa na Europa - Desafios e Oportunidades», 8 de Outubro de 2012, http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Vida/Interior.aspx?content_id=2815902&page=-1 [13 de Dezembro de 2013]
- Mahler, Sarah J. (2000), “Constructing international relations: The role of transnational migrants and other non-state actors”. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, 7(2), 197-232.
- Malheiros, Jorge (2011), "Portugal 2010: o regresso do País de emigração?", *Janus*, 133-142.
- Massey, Douglas; Arango, Joaquin; Hugo, Graeme; Kouaouci, Ali; Pellegrino, Adela & Taylor, J. Edward (1993), “Theories of International Migration: A Review and Appraisal”, *Population and Development Review*, 19(3), 431-66.
- Miller, Mark (1998), "International Migration and Global Security" in Poku, Nana & Graham, David (eds) *Redefining Security: Population Movements and National Security*, Westport, Connecticut: Praeger.
- Mitchell, Matthew (2012), “The Perils of Population Movement in International Relations: new directions for rethinking the migration-conflict nexus”. Paper presented at the Canadian Political Science Association Annual Meeting. Edmonton, Alberta.
- Moreira, Humberto (2005), “Emigração Portuguesa (Estatísticas retrospectivas e reflexões temáticas)”. *Revista de Estudos Demográficos*, 38, 47-65.

- Nye, Joseph (1988), “Neorealism and Neoliberalism”, *World Politics*, 40(2), 235-251.
- Ó Tuathail, Gearóid (2000), “The Postmodern Geopolitical Condition: States, Statecraft, and Security into the Twenty First Century”, *Annals of the Association of American Geographers*, 90(1), 166-178.
- Observatório da Emigração (2013), “Os 10 países com mais portugueses emigrados – últimos seis anos disponíveis”, <http://www.observatorioemigracao.pt/np4/2586.html> [14 de Maio de 2014]
- OCDE (2013), «Les migrations internationales en chiffres», Contribuição das Nações Unidas e da OCDE au Diálogo de Alto Nível sobre as Migrações e o Desenvolvimento, 3 e 4 de Outubro de 2013, <http://www.oecd.org/fr/els/mig/les-migrations-internationales-en-chiffres.pdf> [14 de Maio de 2014]
- OIM (2011), *Glossary on Migration, 2nd edition*. Genebra: Organização Internacional para as Migrações, <http://publications.iom.int/bookstore/free/Glossary%202nd%20ed%20web.pdf> [18 de Maio de 2014]
- OIM (2007), *Glossaire de la migration*. Genebra: Organização Internacional para as Migrações, http://publications.iom.int/bookstore/free/IML_9_FR.pdf [18 de Maio de 2014]
- Østergaard-Nielsen, Eva (2003), “The Politics of Migrants' Transnational Political Practices”, *International Migration Review*, 37: 760–786.
- Peixoto, João (1993), “Portugal e as migrações internacionais: as perspectivas de evolução” in *Vários, Estruturas Sociais e Desenvolvimento - Actas do 2º Congresso Português de Sociologia*, Vol. I, Lisboa: Fragmentos, 849-862.
- Pereira, Victor (2002), “L’Etat portugais et les Portugais en France de 1958 à 1974”, *Lusotopie*, 10 :9-27.
- Pereira, Victor (2012), “Os futebolistas invisíveis: os portugueses em França e o futebol”, *Etnográfica*, 16(1), <http://etnografica.revues.org/1403> [20 de Junho de 2014].
- Peres, Américo (1999), *Educação Intercultural: Utopia ou Realidade? Processos de pensamento dos professores face à diversidade cultural: integração de minorias migrantes na escola (Genebra e Chaves)*. Porto: Profedições.

PNUD (2009), *Relatório do Desenvolvimento Humano 2009 - Ultrapassar barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos*. New York: Nações Unidas, <http://www.acidi.gov.pt/cfn/4d42e5f09a032/live/Relat%C3%B3rio+de+Desenvolvimento+Humano+2009+Ultrapassar+barreiras%3A+Mobilidade+e+desenvolvimento+humanos> [17 de Maio de 2014]

PNUD (2013), *Relatório do Desenvolvimento Humano 2013 - A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado*. New York: Nações Unidas, http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2013_portuguese.pdf [17 de Maio de 2014]

Portes, Alejandro; Guarnizo, Luis & Landolt, Patricia (1999), “The study of transnationalism: pitfalls and promise of an emergent research field”, *Ethnic and Racial Studies*, 22(2), 217-237.

Portes, Alejandro; Guarnizo, Luis & Halle, William (2003), “Assimilation and Transnationalism: Determinants of Transnational Political Action among Contemporary Migrants”, *American Journal of Sociology*, 108 (6), 1211–1248.

Quivy, Raymond & Campenhoudt, Luc (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Rocha Trindade, Beatriz (2011), Declarações à agência Lusa, 26 de Fevereiro de 2011, <http://noticias.sapo.ao/lusa/artigo/12203181.html> [14 de Abril de 2013]

Rudolph, Christopher (2003), “Globalization and Security: Migration and Evolving Conceptions of Security in Statecraft and Scholarship”, *Security Studies*, 13(1), 1-32.

Salih, Ruba (2002), “Shifting Meanings of ‘Home’: Consumption and Identity in Moroccan Women’s Transnational Practice between Italy and Morocco” in Nadjie, Al-Ali & Khalid Koser (Ed.) *New Approaches to Migration?: Transnational Communities and the Transformation of Home*, Londres: Routledge, 51-67.

Schiltz, Aline (2013), *Migrations et développement dans un espace politique changeant - Analyse de la mobilité intra-européenne entre le Portugal et le Luxembourg*. Tese de doutoramento em Ciência Política, Universidade do Luxemburgo.

Seixas da Costa, Francisco (2010), Declarações à agência Lusa, 4 de Agosto de 2010, <http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/1936.html> [16 de Abril de 2014]

Smith, Michael Peter & Guarnizo, Luis Eduardo (eds.) (1998) *Transnationalism from below: comparative urban and community research, volume 6*, New Brunswick, New Jersey: Transaction Publishers.

Snel, Erik; Engbersen, Godfried & Leerkes, Arjen (2006), “Transnational Involvement and Social Integration”, *Global Networks*, 6(3), 285–308.

Stahl, Heinz Michael et al (ed.) (1982) *Perspectivas da emigração portuguesa para a CEE 1980-1990*, Lisboa: Moraes Editores.

Strijdhorst dos Santos, Irène (2002), « Des lusodescendants dans les sociétés française et portugaise : mémoires de la migration et appartenances enchevêtrées », *Recherches en anthropologie au Portugal*, 8, 17-38.

Teixeira Lopes, João (2013) “Geração Europa?": Um Estudo Sobre Jovem Emigração Qualificada Para França”.

União Europeia (2004), Diretiva 2004/38/CE do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu sobre o direito dos cidadãos da União Europeia e membros das suas famílias de circular e residir livremente no território dos Estados-Membros, <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=CELEX:32004L0038> [17 de Maio de 2014]

Van Houtum, Henk & Gieilis, Ruben (2006), "Elastic Migration: The Case Of Dutch Short-Distance Transmigrants In Belgian And German Borderlands", *Tijdschrift voor economische en sociale geografie*, 97:195–202

Vertovec, Steven (1999), “Conceiving and Researching Transnationalism”, *Ethnic and Racial Studies*, 22(2), 447-462.

Volovitch-Tavares, Marie-Christine (1999), “Les années fondatrices des « Portugais de France » : 1947-1974”, *Migrance*, 44-59 (número especial sobre « *Le Portugal entre émigration et immigration* »).

Wihtol de Wenden, Catherine (2013), *La question migratoire au XXIème siècle. Migrants, réfugiés et relations internationales*, Paris: Presses de Sciences Po.

Zacher, Mark & Matthews, Richard (1995), “Liberal International Theory. Common Threads, Divergent Trends” in Kegley, Charles (ed.) *Controversies in International Relations Theory. Realism and the Neo-liberal Challenge*, New York: St. Martin’s Press.

ANEXOS

Anexo 1: Guião do questionário distribuído aos emigrantes

Questões gerais

Sexo :

Idade:

Qual a sua cidade de origem em Portugal?

Onde vive em França?

Qual a sua profissão?

Emigração para França

Em que ano emigrou?

Porque emigrou (que razões o levaram a emigrar)?

Emigrou sozinho ou acompanhado?

Se acompanhado, por quem?

Emigrou com a ajuda de pessoas conhecidas em França?

Quem deixou em Portugal?

Vida transnacional

Mantém contacto com os familiares e amigos em Portugal?

Se sim, como (telefone, Internet, etc...)?

Quantas vezes por mês?

Viaja para Portugal?

Se sim, quantas vezes por ano?

Por que meio (carro, autocarro, avião, comboio)?

Está a par das notícias portuguesas?

Se sim, como (televisão, jornais, familiares)?

Porquê?

Fala português no dia a dia?

Se sim, com quem (trabalho, casa)?

Práticas políticas

Participa em manifestações?

Está inscrito nas listas para votar nas eleições portuguesas?

Se sim, vota? Porquê?

Se não, porque não?

Sabe que pode votar nas eleições municipais francesas?

Se sim, vota? Porquê?

Se não vota, porque não?

Práticas económicas

A sua profissão está ligada a Portugal (empresa portuguesa por exemplo)?

Teve ajuda de portugueses para arranjar trabalho aqui em França?

Envia dinheiro à sua família ou amigos em Portugal?

Compra produtos portugueses?

Se sim, quais?

Faz compras em comércios portugueses em França?

Quando vai a Portugal leva produtos franceses?

Se sim, quais?

Quando regressa a França, traz consigo produtos portugueses?

Se sim, quais?

Práticas socioculturais

Quando vai a Portugal, vai às festas de aldeia ou outras festas?

Participa em festas portuguesas em França?

Faz parte de uma associação de emigrantes?

Se não, porque não?

Sugestões

Aqui em França, o que lhe faz falta de Portugal?

Portugal

Sente-se apoiado por Portugal?

O que acha que Portugal devia fazer pelos emigrantes?

Acha que deveria existir mais Consulados?

Acha que os Consulados deveriam oferecer mais serviços?

Identidade

Sente-se só português, só francês, mais português do que francês, ...?

Porquê?

Tem a nacionalidade francesa?

Se sim, porquê?

Se não, porque não?

Se não, quer tê-la?

Pensa regressar definitivamente a Portugal ou ficar aqui em França?

Anexo 2: Guião da entrevista realizada junto dos atores institucionais

A minha tese centra-se sobre a emigração portuguesa em França. Procuo saber em que medida os emigrantes portugueses em França são “**transmigrantes**”, ou seja, emigrantes cuja vida quotidiana depende de interacções entre os dois países e cuja identidade engloba as duas nacionalidades. Verifico esta correspondência através de indicadores respeitantes a práticas transnacionais de carácter económico, político e sociocultural. Procuo ainda saber como estes emigrantes definem a sua própria identidade, ou seja, se se sentem portugueses e/ou franceses e em que medida.

Nesta etapa, procuro entrevistar responsáveis e funcionários de instituições que estabelecem uma ligação entre Portugal e França e que atuam assim para os emigrantes como uma ponte entre os dois países.

- 1 - Qual a sua empresa/instituição?
- 2 - Que função desempenha e há quanto tempo ocupa este cargo?
- 3 - Que serviços oferece a sua empresa/instituição aos emigrantes portugueses?
- 4 - De que forma estes serviços permitem aos emigrantes manter ligações com Portugal?
- 5 - Que tipo de serviços não oferecidos pela sua empresa/instituição procuram os emigrantes portugueses?
- 6 - O seu contato regular com os emigrantes leva-o a considerar que estes mantêm ligações fortes com Portugal? Porquê?
- 7 - Na sua perspectiva, de que forma evoluíram estas ligações desde o início das suas funções nesta empresa/instituição?
- 8 - Que diferenças verifica entre os emigrantes chegados a França na década de 60/70 e os atuais?
- 9 - Na sua opinião, os emigrantes portugueses estão totalmente integrados na sociedade francesa? Porquê?
- 10 - Tendo em conta a sua experiência considera que os emigrantes portugueses são “transmigrantes” (ver definição acima)? Porquê?
- 11- Na sua opinião, qual a evolução típica da ligação do emigrante a Portugal ao longo dos anos passados em França?
- 12 - Em que medida considera que a emigração portuguesa difere da de outras nacionalidades em França?
- 13 - Considera que o número de emigrantes portugueses em França vai aumentar nos próximos anos? Porquê?
- 14 - Considera que França é um bom destino para a emigração portuguesa? Porquê?
- 15 - Que sugestões propõe para reforçar a ligação dos emigrantes tanto a Portugal como a França?